

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE – PPGTE

TALITA KETLYN COSTA CABRAL

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:
Um olhar sobre o processo de execução de Medida Socioeducativa no
Município de Rio Branco do Sul - Paraná

DISSERTAÇÃO

CURITIBA
2018

TALITA KETLYN COSTA CABRAL

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:

Um olhar sobre o processo de execução de Medida Socioeducativa no
Município de Rio Branco do Sul - Paraná

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Tecnologia e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Linha de pesquisa: Tecnologia e Trabalho.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Lindamir Salette Casagrande.

CURITIBA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C117a
2018 Cabral, Talita Ketlyn Costa
Adolescentes em conflito com a lei : um olhar sobre o processo de execução de medida socioeducativa no município de Rio Branco do Sul – Paraná / Talita Ketlyn Costa Cabral.-- 2018.
111 f. : il. ; 30 cm

Disponível também via World Wide Web
Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Curitiba, 2018
Bibliografia: f. 100-108

1. Delinquentes juvenis – Paraná. 2. Reabilitação de delinquentes juvenis – Paraná. 3. Menores – Estatuto legal, leis, etc. – Brasil. 4. Assistência a menores – Brasil. 5. Adolescentes – Conduta. 6. Adolescentes e violência. 7. Menores – Estatuto legal, leis, etc. – Rio Branco do Sul (PR). 8. Tecnologia – Dissertações. I. Casagrande, Lindamir Salete. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

CDD: Ed. 23 – 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba
Bibliotecário: Adriano Lopes CRB-9/1429

TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria Geral do Campus Curitiba
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e
Sociedade



TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação N° 516

Adolescentes em conflito com a lei: um olhar sobre o processo de execução de medida socioeducativa no município de Rio Branco do Sul - Paraná

por

Talita Kettlyn Costa Cabral

Esta dissertação foi apresentada às 14:00 do dia 16 de abril de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE, Área de Concentração – Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e trabalho, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho _____ (aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

Prof.^a. Dr.^a. Nanci Stancki da Luz
(UTFPR)

Prof.^a. Dr.^a. Maria Inez Barbosa Marques
(Unespar)

Prof.^a. Dr.^a. Gabriela Isabel Reyes Ormeno
(UFPR)

Prof.^a. Dr.^a. Lindamir Salete Casagrande
(UTFPR)
Orientadora

Visto da coordenação:

Prof.^a. Dr.^a Marília Abrahão Amaral
Coordenadora do PPGTE



DEDICATÓRIA

A Deus,

Que em todos os momentos, bons ou ruins, esteve presente me segurando em seus braços com seu infinito amor. Porque na minha fraqueza, Ele é forte, porque na escuridão Ele é a luz e porque quando eu caio, Ele me levanta e me conduz!

A Minha Mãe,

Que sempre me incentivou e não me deixou desistir frente às provações, que sempre se faz presente mesmo estando longe. Mãe, você é o meu exemplo de força, te amo!

A Minha família,

Só Deus sabe as lutas que passamos nesses últimos dois anos, mas a cada reencontro, estamos mais unidos, unidos e fortes em amor.

Ao meu pai (*in memoriam*),

Que um dia sonhou em ter uma filha doutora. Medicina não era para mim, nem o Direito, mas hoje, dou mais um passo rumo a este sonho.

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa se conclui em minha vida. Debaixo de muitas lágrimas (muitas mesmo), muitos sorrisos, muitos altos e baixos, aqui estou! Pode ser que haja quem tenha duvidado se eu chegaria até aqui, mas muitas/os mais são as/os que acreditaram em mim e me apoiaram. Como um dos resultados destes dois anos de muito aprendizado e vivência, esta dissertação!

Inicialmente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade – PPGTE, as/aos professoras/es deste programa, que contribuíram imensamente com a aquisição de conhecimento teórico e crescimento pessoal. À UTFPR e a CAPES que me possibilitaram realizar o mestrado na condição de bolsista. Poder me dedicar exclusivamente aos estudos proporcionou uma experiência ímpar em minha vida.

Agradeço a Secretaria Municipal de Assistência Social, no momento representado pelo Sr. Alisson Nagib Bonfim e ao Ministério Público do Município de Rio Branco do Sul, representado pela Meritíssima Juíza de Direito Sra. Marina Lorena Pasqualotto, por terem autorizado a realização da minha pesquisa na cidade. Estendo meus agradecimentos à equipe do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS): Eloína, Maria, Beatriz, Simone, Jocelia, Mara, Graça, Salete, que tiveram muita paciência comigo durante as inúmeras visitas para coletar dados. Pelo mesmo motivo agradeço a equipe da Vara da Infância e Juventude e Família. O meu muito obrigada, ao Secretário Municipal de Planejamento, Marcos Novak, que forneceu os mapas para a pesquisa.

Agradeço a minha banca examinadora, professoras e mulheres que eu admiro, Gabriela Isabel Reyes Ormeno, Nanci Stancki da Luz e Maria Inez Barbosa Marques, por todas as contribuições no processo da pesquisa. Suas sugestões e palavras de entusiasmo me ajudaram a montar este quebra-cabeça chamado dissertação.

Dentre as/os amigas/os que o mestrado me presenteou, teve uma pessoa em especial que mesmo me conhecendo pouco se dispôs a ser um anjo em minha vida e me guiou até o processo seletivo do PPGTE, Glacielli T. de S. Oliveira. Muito obrigada por ter me encorajado a correr atrás deste sonho, você é muito especial, um exemplo de mulher forte e feliz. Agradeço também as pessoas maravilhosas que conviveram comigo: Tânia Incerti, Ana Maria Carvalho, Michel Ferreira, Michelle Mi,

Guilherme Ferreira, Alexandre, Alessandra, Ana Maria, Gabriela, Kaciane, Lucas, Janaína, Camila, Elio, Giseli, Henrique, Oengredi, Ricardo. Vocês deram um colorido especial a estes dois anos!

Agradeço de todo o meu coração a minha família de sangue, que mesmo estando longe, sempre me apoiaram, me ajudaram, acreditaram em mim. Se cheguei até aqui é porque vocês me amaram: Mãe, Gilberto, Carlinhos, Gilbertinho, Avó Maria, Tia Cidinha, Tio Milton, Israel, Deusiane, André, Maria Eduarda, Arthur, Tia Fatima, Tio Nelsito, Tio Junior, Tia Luzmila, Tia Emília, Tio Adriano, Marcela, Stanislaw, Antonella. Amo vocês. Agradeço ainda as/aos minhas/eus amigas/os de Londrina: Angélica, Andréa, Mayara, Naiara, Meire, Léo e Cidy Fenniman, e a todas/os que fazem parte da minha história!

Também sou muito grata a minha “família Curitibana”, que aguentaram de pertinho todos os meus choros, sorrisos, dúvidas... Meninas e menino do apartamento: Carol e Igor, Helo, Jhenifer, Thamy, vocês são tudo de bom, amo vocês! Em especial, agradeço ao Chico, ao Francisco, a Vivian e a Vivinha. Vocês fazem TODA a diferença na minha vida. Abriram as portas das suas casas e corações e me acolheram com muito amor. Muito obrigada!

Em Rio Branco do Sul, aonde “tudo” começou, também fiz grandes amigos e reencontrei amigos de faculdade: Fernando Câmara, Lurdinha e Família, Márcia e Família, Maria e Família, Eloína e Família, Simone e Luka, Bia e Denis, Jesiel e Thatiane, Dirlene, Juciara, Sandra, Tios João, Valéria. Vocês foram fundamentais para que eu superasse “aquela” fase ruim que passei. Nunca vou me esquecer de todo amor e apoio que recebi de cada um, vocês são muito especiais!

E para encerrar, gostaria de agradecer a minha orientadora Lindamir Salete Casagrande, que mesmo sendo de uma área diferente da minha, me escolheu. Obrigada por encarar o meu projeto, pela compreensão, pelas palavras assertivas, pelo caminhar ao meu lado. Aprendi muito com você, dentro e fora da sala de aula. Obrigada!

RESUMO

CABRAL, Talita K. C. **Adolescentes em conflito com a lei**: Um olhar sobre o processo de execução de medida socioeducativa em Rio Branco do Sul - Paraná. 2018. 111f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba, 2018.

Esta dissertação tem como tema principal as questões de gênero nas medidas socioeducativas em meio aberto. Como objetivo geral, definiu-se: analisar as questões de gênero e educacionais com base nos processos de execução de medidas socioeducativas das/os adolescentes que cometeram atos infracionais no Município de Rio Branco do Sul – Paraná. Como objetivos específicos elencaram-se: mapear os atos infracionais e medidas socioeducativas a eles associados frente sua incidência entre meninas e meninos; identificar a situação escolar das/os adolescentes na época em que cometeram o ato infracional assim como a aplicação de medidas de proteção concomitantes as medidas socioeducativas; verificar a participação dos familiares como responsáveis legais no processo de execução das medidas socioeducativas, e; analisar a situação processual das adolescentes no momento da coleta de dados. Esta pesquisa delineou-se como qualitativa, exploratória e documental. A coleta de dados foi realizada através da observação dos processos de execução de medida socioeducativa ocorridos no Município de Rio Branco do Sul – Paraná, no período de setembro de 2014 a dezembro de 2016. Para a interpretação destes dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. O universo da pesquisa foi de cem adolescentes, sendo vinte e cinco meninas e setenta e cinco meninos. Verificou-se que os meninos cometem uma variedade maior de atos infracionais do que as meninas. A gravidade destes atos também se diferenciou no período estudado, apontando registros de infrações graves somente entre os meninos. A pesquisa mostrou que os papéis sociais incutidos às/aos adolescentes e seus familiares interferem diretamente no desenvolvimento destas meninas e meninos enquanto pessoas. As expressões de gênero, de educação e trabalho, permearam todas as categorias estudadas. Embora as medidas socioeducativas estejam em evidência nos estudos acadêmicos, a pesquisa mostrou que existe a necessidade de se visibilizar os sujeitos deste processo, atentando-se a eles não parcialmente, mas em sua integralidade.

Palavras chave: Medida Socioeducativa. Ato infracional. Relações de Gênero.

ABSTRACT

CABRAL, Talita K. C. **Young offenders:** A look at the process of executing socio-educational measures in Rio Branco do Sul - Paraná. 2018. 111f. Dissertation (Master degree in Technology and Society) - Graduation Program in Technology, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba, 2018.

This dissertation has as main theme gender issues in socio-educational measures in open environment. As a general objective, it was defined: Analyze gender and educational issues based in execution procedures for socio-educational measures for adolescent who committed offending acts in the Municipality of Rio Branco do Sul - Paraná. As specific objectives: map the infractions and socio-educational measures associated with them in relation to their incidence among girls and boys; Identify the adolescent's school situation at the time they committed the offending act as well the application of protective measures concomitant with socio-educational measures; Verify the participation of family members as legal guardians in the process of execution socio-educational measures, and; analyze the procedural situation of adolescents at the time of data collection. This research was delineated as qualitative, exploratory and documentary. The data collection was carried out through the observation of the processes of execution of socio-educational measures that occurred in the Municipality of Rio Branco do Sul – Paraná, in the period of September 2014 and December 2016. For the interpretation of these data, the technique of content analysis was used. The universe of the research was of one hundred adolescents, being twenty five girls and seventy five boys. It has been found that boys committed a greater variety of offending acts than girls. The severity of these acts also differed in the period studied, pointing out records of serious infractions only among boys. Research has shown that the social roles instilled in adolescents and their families directly interfere in the development of these boys and girls as individuals. The gender expressions, education and work relations permeated all the categories studied. Although socio-educational measures are evident in academic studies, this study has shown that there is a need to make aware the subjects of this process, not partially paying attention to them, but in their entirety.

Key words: socio-educational measure, offending act, gender issues

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localidade.....	67
Figura 2 – Regiões hidrográficas e hidrografia.....	68
Figura 3 - Localidades rurais.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Assunto das referências	54
Quadro 2 - Medidas socioeducativas por tipo e sexo	71
Quadro 3 - Tipo e tempo de medida socioeducativa	74
Quadro 4 - Medida socioeducativa e ato infracional	76
Quadro 5 - Medidas socioeducativas de advertência	78
Quadro 6 - Medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade	79
Quadro 7 – Cúmplices	80
Quadro 8 - Local do ato infracional	81
Quadro 9 - Idade das/os adolescentes no ato infracional	82
Quadro 10 - Idade e escolaridade	85
Quadro 11 - Medidas de proteção e escolaridade	87
Quadro 12 - Responsável no processo	89
Quadro 13 - Região residencial	90
Quadro 14 - Situação do processo	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CENSE - Centro de Socioeducação

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

MP - Ministério Público

ONG - Organização Não Governamental

PIA - Planos Individuais de Atendimento

SEDH - Secretaria Especial do Desenvolvimento Humano

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SPDCA - Subsecretaria de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO: CONCEITOS NORTEADORES	19
2.1 EDUCAÇÃO	19
2.1.1 Educação e trabalho	24
2.2 Trabalho	29
2.2.1 Divisão sexual do trabalho	32
2.3 GÊNERO	39
2.4 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVOS: A CONCEITUAÇÃO E O CAMINHO LEGISLATIVO	47
2.5 O QUE SE DIZ SOBRE O TEMA	53
2.5.1 O liame entre as produções acadêmicas e as especificidades do tema	58
3 METODOLOGIA	62
3.1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: CAMINHO TRILHADO	62
3.2 MÉTODOS E TÉCNICAS APLICADOS NA PESQUISA	64
3.3 CAMPO DE PESQUISA: O CENÁRIO DE RIO BRANCO DO SUL – PARANÁ	67
3.4 UNIVERSO DA PESQUISA E OS/AS ADOLESCENTES PESQUISADOS/AS	70
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	71
4.1 ATOS INFRACIONAIS E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	71
4.2 SITUAÇÃO ESCOLAR E MEDIDAS PROTETIVAS	81
4.3 FAMÍLIA, COMUNIDADE E PROCESSO DE EXECUSSÃO	88
4.4 SITUAÇÃO PROCESSUAL	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	100
ANEXO 1 - Autorização de coleta de dados MP	109
ANEXO 2 - Autorização de coleta de dados SMAS	110
ANEXO 3 – Quadro completo - Medida socioeducativa e ato infracional	111

1 INTRODUÇÃO

Um adulto quando infringe as leis, está cometendo um crime. Um adolescente¹, por ser uma pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, quando infringe as leis comete ato infracional, que está equiparado ao crime, mas traz como consequência as medidas socioeducativas. Estas medidas socioeducativas podem ocorrer em meio aberto quando o ato infracional não foi grave ou não ofereceu risco à sociedade e, em meio fechado, quando foi o oposto. Meninas e meninos a partir dos doze anos até atingirem a maioridade, caso cometam um ato infracional, estão sujeitos a receberem as medidas socioeducativas.

A aplicação, execução e exclusão das medidas socioeducativas são realizadas visando cumprir o objetivo pedagógico das determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no título III, Da Prática do Ato Infracional, Capítulo I, Disposições gerais, que trata sobre o ato infracional como conduta de crime ou contravenção penal. Esta legislação destaca que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, devendo assim receber atendimento especializado voltado para seu pleno desenvolvimento. O ECA ressalta a importância de garantir os direitos das/os adolescentes e de orientá-las/os quanto as suas obrigações levando-as/os a refletir sobre a infração cometida.

Especificamente sobre as medidas socioeducativas, instituiu-se o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que de acordo com a normativa do 3º art. da Resolução nº119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) vem estabelecer “[...] um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa”. Estas legislações servem como norteadoras para ações nesta área.

Durante a minha atuação profissional como assistente social do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), do Município de Rio Branco do Sul² - Paraná, onde a execução das medidas socioeducativas da cidade é

¹ Considerou-se como adolescente pessoa com idade entre doze e dezoito anos, conforme descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

² Rio Branco do Sul é um Município da região metropolitana de Curitiba – Paraná. Detalhes na página 67.

gerenciada, surgiu o interesse em aprofundar-me no conhecimento sobre as meninas que recebiam as medidas socioeducativas em meio aberto. Em uma breve busca teórica, foi possível observar que pouco se tem produzido a respeito da temática, que o recorte de gênero praticamente não é realizado e quando acontece está voltado para as adolescentes que tiveram sua liberdade restringida.

Assim, a escolha da temática: as expressões de gênero nas medidas socioeducativas em meio aberto, veio nortear o presente estudo, buscando responder os seguintes questionamentos: quem são, onde estão e o que fazem estas/es meninas e meninos? Os atos infracionais que cometeram e suas motivações são iguais entre as meninas e os meninos? A educação escolar faz parte da vida destas/es adolescentes? Qual o papel desempenhado pelos familiares, enquanto representantes legais das/os adolescentes, no processo de execução das medidas socioeducativas? Buscando dirimir tais dúvidas elaborou-se esta pesquisa.

Com o tema escolhido, definiu-se como objetivo geral: analisar as expressões de gênero e educacionais com base nos processos de execução de medidas socioeducativas das/os adolescentes que cometeram atos infracionais no Município de Rio Branco do Sul – Paraná no período de setembro de 2014 a dezembro de 2016. Como objetivos específicos elencaram-se: mapear os atos infracionais e medidas socioeducativas a eles associados frente sua incidência entre meninas e meninos; identificar a situação escolar das/os adolescentes na época em que cometeram o ato infracional assim como a aplicação de medidas de proteção concomitantes as medidas socioeducativas; verificar a participação dos familiares como responsáveis legais no processo de execução das medidas socioeducativas, e; analisar a situação processual das adolescentes no momento da coleta de dados.

Traçados os objetivos, desenhou-se os limites da pesquisa. Como *lócus* foi escolhido o CREAS e o Ministério Público (MP) do Município. Nas duas instituições foram coletados dados do período de setembro de 2014 (data de implantação do CREAS no município) a dezembro de 2016 (data de início da coleta de dados), dos documentos de atendimento às/aos adolescentes e dos processos de execução de medidas socioeducativas. Antes de me ater as escolhas teóricas e conceituais que fundamentaram a análise dos dados coletados, contarei um pouco sobre como tudo começou.

No ano de 2008, ao cursar o último ano da graduação em serviço social, aconteceu o meu primeiro contato com as medidas socioeducativas. Em uma

instituição filantrópica que prestava serviço para a Prefeitura Municipal de Londrina-PR, prestei serviço voluntário como educadora comunitária por dois anos. Essa atividade exigia que eu visitasse semanalmente por um período de seis meses a um ano, adolescentes que receberam como forma de remissão por terem cometido um ato infracional, a Liberdade Assistida. Durante estas visitas domiciliares, eu deveria estabelecer um relacionamento amigável com os/as adolescentes e coletar informações sobre seu desenvolvimento pessoal e social. Para controle deste procedimento, mensalmente era enviado um relatório informando se o/a adolescente estava frequentando a escola, trabalhando, se relacionando bem com a família e comunidade dentre outros.

Depois de formada, novamente tive contato com adolescentes que cometeram ato infracional enquanto trabalhava em uma Organização Não Governamental (ONG) que atendia famílias de alta vulnerabilidade social. Esta experiência me despertou o interesse em compreender melhor tal realidade. Em setembro de 2014, agora na cidade de Rio Branco do Sul – PR, fui contratada para trabalhar no CREAS que havia sido implantado oficialmente naquele mesmo mês. Junto com a equipe multiprofissional, composta por uma psicóloga, uma pedagoga e mais uma assistente social, fomos designadas a implantar no município a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida. Neste início, havia 42 processos em aberto aguardando execução, porém, ainda não havia estrutura física para atender a estas/es adolescentes.

Outro fato relevante é que o MP do Município atende simultaneamente todos os casos de mais quatro municípios vizinhos, gerando uma carga elevada de processos para serem resolvidos. Contando com apenas uma equipe psicossocial, inúmeras vezes os estudos de casos eram solicitados à equipe do CREAS, para que os processos, não só das medidas socioeducativas, pudessem tramitar normalmente. Como a nossa equipe realizava atendimento a todos os tipos de demandas da instituição, acabávamos nos organizando e trabalhando em conjunto com o MP.

Após elaborarmos um plano de ação, começamos a receber os/as adolescentes enviados/as pelo Ministério Público do Município e procurar locais para encaminhá-las/os para a prestação de serviço à comunidade. Neste momento a parceria com o Ministério Público foi de grande importância nos trazendo diversos

frutos positivos, sendo alguns deles: maior participação da rede socioassistencial na execução das medidas socioeducativas; maior adesão dos/as adolescentes a execução das medidas, e; maior aceitação das instituições em receber os/as adolescentes para prestarem serviços.

No decorrer deste um ano e meio de trabalho, tivemos bons resultados com as medidas socioeducativas. Adolescentes que estavam fora da escola voltaram a estudar, as/os que tinham idade suficiente entraram para o “Programa Jovem Aprendiz”³, em sua maioria frequentaram assiduamente as reuniões de cidadania e cultura ofertadas pelo Centro de CREAS criando um vínculo com a equipe, cumpriram as medidas socioeducativas e protetivas a eles/as aplicadas, assim como participaram de cursos profissionalizantes compatíveis com seus níveis escolares.

Com a aprovação no mestrado da UTFPR, no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, optei por pesquisar sobre a realidade das/os adolescentes que cometeram ato infracional no município de Rio Branco do Sul – PR, por ter observado durante a atuação profissional, que eram invisibilizadas/os. Apesar das meninas e meninos apresentarem-se em quantidade diferente, ambos estavam cometendo atos infracionais e aparentemente possuíam motivações e ações diferenciadas. Mostrar quem são e onde estão se faz necessário.

Para desenvolver este estudo, optamos em realizar pesquisa bibliográfica tendo como ponto de apoio a pesquisa bibliométrica para encontrar as produções acadêmicas sobre o tema, além da utilização de autores/as de referência na temática. Realizamos também a pesquisa documental com base nos processos de execução de medidas socioeducativas e Planos Individuais de Atendimento (PIA), disponibilizados pelo MP e CREAS de Rio Branco do Sul – PR. Para a análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo conceituada por Laurence Bardin (2009) por melhor atender as necessidades da pesquisa.

Considerando o exposto, a pesquisa tem como princípio não utilizar os dados quantitativos apenas para comparação, mas conciliar a utilização da pesquisa qualitativa em sua interpretação. Isto porque, de acordo com Maria Cecília de Souza Minayo, (2001, p. 43) “[...] a boa amostragem é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema a ser investigado em suas múltiplas dimensões”.

³ O “Programa Jovem Aprendiz” é um projeto do governo federal que se baseia na Lei 10.097 com o objetivo de capacitar profissionalmente adolescentes e jovens através de programas de aprendizagem oferecidos por empresas.

Nesta vertente de pensamento a pesquisa se caracteriza predominantemente como qualitativa, que segundo a autora, vem responder a questões muito particulares se preocupando com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Para a autora este tipo de pesquisa:

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reproduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22)

Dessa forma, será utilizada como abordagem a pesquisa qualitativa para possibilitar uma maior aproximação com o fenômeno de pesquisa. Cada etapa do desenvolver deste estudo será detalhada no terceiro capítulo quando abordaremos o percurso metodológico.

Definido os métodos e após estudar a literatura e a legislação selecionada, salientou-se ainda mais a necessidade de se pesquisar quem são as/os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e como as relações de gênero e educação se manifestam em suas vidas neste período de construção da personalidade, princípios e valores. Voltando-se para o resultado da pesquisa bibliométrica que expomos no segundo capítulo, podemos constatar que as produções científicas sobre o tema proposto estão voltadas para as formas de aplicação das medidas socioeducativas, em sua maioria, voltadas para o regime de restrição de liberdade, não abordando conjuntamente as relações de gênero e medidas em meio aberto, evidenciando a necessidade deste estudo.

A estrutura desta dissertação foi traçada para atender ao objetivo de gerar reflexão sobre o tema proposto e sua problemática. Está dividida da seguinte forma: O capítulo 1: Introdução – apresenta o tema, a delimitação da pesquisa, objetivos, procedimentos metodológicos e estruturação do estudo; capítulo 2: Embasamento teórico – apresenta o referencial teórico e conceitual utilizados como base para o estudo; capítulo 3: Procedimentos metodológicos – mostra todo o trajeto percorrido para a realização da pesquisa e a metodologia utilizada em cada etapa; capítulo 4: Apresentação e Análise dos Dados – traz o mapeamento dos dados coletados e sua análise com base no referencial teórico e conceitual; capítulo 5 – Considerações Finais: relata as formulações elaboradas com o resultado da pesquisa e os novos questionamentos que surgiram delas, assim como a reflexão da autora sobre o estudo. Em sequência, estão os elementos pós-textuais: referências bibliográficas e apêndices.

Realizada a apresentação inicial desta dissertação, começaremos o segundo capítulo trazendo as contribuições de cada referencial teórico e cada conceito escolhido na construção da pesquisa em busca dos resultados. Salientamos o que cada autor/a traz de contribuição para o estudo, apresentando também as formulações básicas sobre os desdobramentos do tema e o cenário da produção acadêmica sobre este recorte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: CONCEITOS NORTEADORES

Ao olhar para o tema escolhido nos deparamos com assuntos que corroboram para a compreensão do todo. Entendemos que para discorrer com propriedade sobre os adolescentes que receberam medidas socioeducativas em meio aberto no município de Rio Branco do Sul, precisamos olhar para elas em sua integralidade. Antes de serem jovens que cometeram um ato infracional, elas/eles são filhas de alguém, participam de uma ou mais comunidades, estudam ou não, possuem carências e eficiências em várias áreas.

Neste capítulo, trazemos referenciais teóricos sobre educação, trabalho e gênero, além de suas relações entre si. Traçamos também uma linha do tempo a respeito das medidas socioeducativas com uma breve pontuação sobre sua execução e seu percurso legislativo até os dias atuais. Apresentaremos ainda os resultados obtidos com o estado da arte.

2.1 EDUCAÇÃO

Para falar sobre educação nos basearemos nas autoras Bárbara Freitag (1986), Guacira Lopes Louro (2002), Zélia Jófili (2002) e no autor Mariano Fernandez Enguita (1989), com o qual começaremos a abordagem.

Em seu estudo sobre educação, Enguita (1989) realiza um levantamento histórico a luz do contexto das sociedades através dos séculos e das teorias apresentadas pelos/as diversos/as pensadores/as que abordavam a temática. Constata que sempre existiu algum processo preparatório para a integração nas relações sociais de produção e que este é um processo educativo onde as diversas instâncias estavam interligadas.

O autor começa sua narrativa referindo-se a Roma Arcaica, relatando sua semelhança com a sociedade da idade média onde a educação inicialmente era responsabilidade da família e se reduzia aos ensinamentos básicos de ofícios e crenças. Cita como exemplo as comunidades inglesas medievais, que após as crianças completarem sete anos de idade, eram enviadas a outra família para que esta, sem o prejuízo do afeto, pudesse educá-las e supri-las com roupas e alimentos numa forma de intercâmbio.

Com o forte crescimento industrial, segundo o autor, a educação passou a ser pensada como forma de controle da sociedade de classe baixa e/ou miserável (incluindo adultos sem profissão, moradores de rua, crianças órfãs, dentre outros), não declaradamente, mas mascarada de boas intenções. Para exemplificar essa realidade, cita relatos de pensadores, tais como Varela (1983)⁴ e Furniss (1965)⁵ que apresentam dados históricos de sociedades em que a classe dominante defendia a ideia que as crianças órfãs deveriam ser internadas em instituições que as ocupassem de forma integral, ensinando a elas um ofício, colocando como justificativa a possibilidade de minimizar os danos possivelmente gerados por passarem anos nos hospícios e orfanatos.

O foco da educação neste cenário era a preparação e o fornecimento de mão de obra barata, fácil de ser moldada. Estas crianças deveriam ir para estas instituições de ensino aos quatro anos de idade, passar dez horas por dia aprendendo a trabalhar e apenas duas horas sendo alfabetizadas. Entendia-se que se dessem um ofício para essas crianças, elas causariam menos problemas quando se tornassem adultas. Seria ensinado apenas o que fosse necessário para se desempenhar determinada função. As ciências em sua forma mais pura eram conhecimentos que deveriam ser concedidos apenas à elite.

Com o objetivo de educar para evitar problemas futuros de delinquência, havia um consenso em se ensinar para esta camada da população, apenas o suficiente para aprenderem a respeitar a ordem social sem questioná-la e desempenhar um ofício. Em consonância com este pensamento, em meados do século XIX, a educação passou a ser executada como forma disciplinar, assimilando muitas vezes os padrões militares e/ou dos conventos beneditinos. Tinha então a educação o intuito de conservar o aluno o maior tempo possível dentro das salas de aula e ensiná-los apenas o necessário para domar seu caráter e moldar o seu comportamento.

Enguita (1989) ressalta que a trajetória da educação foi colocada pelos diversos pensadores como uma conquista da classe operária, um progresso social, porém não foi isto que os fatos mostraram. Segundo o autor, essa interpretação é errada e no mínimo tendenciosa. Buscando fomentar a discussão e talvez

⁴ VARELA, J. (1983): Modos de educación en la España de la contrarreforma, Madrid, La Piqueta.

⁵ FURNISS, E.S. (1965): The position of the laborer in a system of nationalism: A study in the labor theories of the later English Mercantilists, Nova York, Augustus M. Kelly.

desmistificar a história da escola, levanta questionamentos sobre poder afirmar que realmente a educação começa e chega a algum lugar, que seguiu uma evolução, que tenha feito algo paulatinamente ou que a história tenha sido algo parecido a um permanente desenvolvimento.

Para o autor fica claro que as escolas precederam as indústrias e o capitalismo e continuaram a se desenvolver com eles, porém, em grande parte para atender aos interesses deste sistema. Os objetivos pedagógicos e emancipatórios não eram o foco naquele momento.

Partindo agora para um enfoque sociológico, trazemos as contribuições de Freitag (1986), que buscou traçar um quadro teórico sobre a educação, mostrando algumas das teorias mais conhecidas e seus pontos positivos e negativos. Nos estudos que realizou, a autora mostrou que existem dois pontos de concordância em quase todos as/os autoras/os que discutem a temática. O primeiro ponto é que a educação de forma explícita ou não, traz em si uma doutrina pedagógica que baseia-se em uma filosofia de vida, na forma de perceber o ser humano e a sociedade. O segundo ponto trata sobre o processo educacional se dar por meio de instituições específicas tais como a escola, igreja, comunidade e a família propagando uma determinada doutrina pedagógica.

Para a autora essa filosofia de vida e sua propagação se dão através da transmissão de conhecimento das gerações mais velhas para as mais novas, com o intuito de garantir sua sobrevivência. Afirma que:

A educação é um fato social. Portanto, se impõe coercitivamente ao indivíduo que, para o seu próprio bem, sofrerá a ação educativa, integrando-se e solidarizando-se com o sistema social em que vive. Os conteúdos da educação são independentes das vontades individuais; são as normas e valores desenvolvidos por uma certa sociedade (ou grupo social) em determinado momento histórico, que adquirem certa generalidade e com isso natureza própria, tornando-se assim “coisas” exteriores aos indivíduos. (FREITAG, 1986, p. 16)

A autora ressalta que este é um dos princípios desta teoria que ainda é utilizado até hoje, o altruísmo. O indivíduo egoísta, passa pelo processo educacional para se tornar apto a viver em sociedade, colocando de lado as necessidades individuais para atender as necessidades coletivas, tornando assim, a educação em um fator essencial e constitutivo da própria sociedade.

O quadro teórico traçado pela autora, ao apontar os pontos positivos e negativos das principais teorias, auxilia na compreensão da história da educação e como esses fatores refletiram na construção do sistema educacional no Brasil

através dos tempos. Voltando os nossos olhares para o cenário nacional, tomaremos como base a autora Louro (2002). Ela inicia sua análise no período da proclamação da independência, quando, em seu ponto de vista, emergiu na classe dominante a necessidade de construir uma imagem do país que fosse avançada, culta e desenvolvida, deixando para trás o estereótipo colonial.

Na busca por atender a esta necessidade, legislativamente houve a imposição da criação das escolas de primeiras letras, mas o que se via era uma imensidão de pessoas analfabetas, que se intensificava em quantidade ao se referir a mulheres e crianças. O ensino era diferenciado para cada sexo como podemos observar no recorte a seguir:

Aqui e ali, no entanto, havia escolas – certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos — professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas. Deveriam ser, eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas. (LOURO, 2002, p. 444)

A diferença entre os meninos e as meninas não se encontrava apenas na quantidade de escolas ofertadas, mas também no que se era ensinado. Segundo a autora, o ensino inicial era o mesmo, os mestres e mestras deveriam ensinar as crianças a ler, escrever, as quatro operações básicas e a doutrina cristã. Para além destes ensinamentos, os meninos aprenderiam geometria e as meninas bordado e costura, deixando nítida a distinção de tratamento entre os sexos.

Louro (2002) destaca ainda que devido à diferenciação no ensino, as meninas teriam acesso apenas às pedagogias. Por mais que na legislação se falasse em salários iguais para homens e mulheres, o mesmo não acontecia. Isto porque de acordo com a autora, a diferença curricular representava uma diferença salarial no futuro. No processo educativo de transformar crianças em mulheres e homens, esta diferença no ensino, assim como as divisões de classes, raças e etnias tinha um papel importante nas opções profissionais.

De acordo com a autora, as variadas vertentes de pensamento que se tinha desde a independência do Brasil até final do século XIX, de alguma forma tendiam a colocar a necessidade de se educar as mulheres e não de instruí-las. Caberia a mulher o papel do cuidado das crianças, das atividades domésticas ou governança das mesmas no caso de mulheres da classe alta, além de terem o dever de serem agradáveis aos seus maridos. O espaço público era restrito para as mulheres, sendo

diretamente ligado a atividades religiosas em ocasiões especiais, apresentado a elas como uma das poucas formas de lazer.

A autora relata que na tentativa de apagar a ideia de trabalho árduo relacionado às atividades desempenhadas pelas mulheres, elas foram colocadas na função de educadoras das novas gerações, incumbidas de passar os princípios morais e cristãos às crianças. Qualquer sacrifício era justificado pela honrosa tarefa de construir o caráter dos filhos e filhas, como mães dedicadas a sua importante função social. Todas estas atribuições tornavam a fragilidade feminina algo contraditório.

Apesar de ocuparem o papel de educadoras, somente com a instituição do magistério como profissão, as mulheres tiveram acesso à formação. Segundo Louro (2002) não foi uma trajetória fácil, pois apesar do magistério ser considerado uma profissão, estava intrinsecamente ligado ao afeto, cuidado, delicadeza e moralidade. Esta caracterização fez com que os homens não se interessassem pela profissão, dificultando assim a manutenção das escolas, que naquela época só permitiam que as mulheres lecionassem para meninas.

Com isso, o conflito estava gerado: a maioria que teria acesso às escolas eram meninos, e a maioria dos mestres eram mulheres. Assim, fez-se necessário remodelar o sistema educacional, permitindo que as mulheres lecionassem tanto para meninas quanto para meninos, salvo-guarda sua integridade física e moral. A autora relata que neste contexto em que houve um esvaziamento masculino na maestria, para não desconstruir o papel de cuidadora atribuído às mulheres, imbuíu-se o sentimento de que o magistério era uma extensão da maternidade.

A educação em sua contextualização, seja ela histórica, sociológica ou de outros diversos olhares, perpassa pelas questões do cuidado, da família, do gênero, da coerção, da aceitação, da reivindicação, dos silenciamentos. Louro (2002, p. 478) afirma que:

É mais adequado compreender as relações de poder envolvidas, nessa e em outras histórias, como imbricadas em todo o tecido social, de tal forma que os diversos sujeitos sociais exercitam e sofrem efeitos de poder. Todos são, ainda que de modos diversos e desiguais, controlados e controladores, capazes de resistir e de se submeter.

Sofrer a ação educacional não é uma opção, ela está posta em suas mais variadas formas. Seja no âmbito doméstico, acadêmico ou profissional a educação é formada e vivenciada por todos os sujeitos, transformando e sendo transformada

permanecendo em constante movimento. Falar de educação em movimento nos remete ao conceito de construção do conhecimento, detalhado no estudo de Jófili (2002), que realiza sua análise a partir da instituição escola. Com base nas teorias de Jean William Fritz Piaget⁶, Lev Semyonovich Vygotsky⁷ e Paulo Reglus Neves Freire⁸ a autora estuda como se dá construção do conhecimento, mostrando seu ponto de vista sobre qual deveria ser o papel do/a professor/a, apresentando as diferenças entre o ensino tradicional e o ensino construtivista.

Conclui que no enfoque construtivista, o/a professor/a abriria mão de sua vaidade (sentimento de orgulho ou de poder), por ser o/a detentor/a do conhecimento passando a ser condutor/a que possui um conhecimento diferenciado. Assim, a distância que existe entre aluno/a e professor/a seria reduzida, ampliando os ganhos para ambos os lados. A autora coloca como um dos pontos fortes do ensino com enfoque construtivista a presença da criticidade, que em sua visão, não se deve importar ideias, mas sim, recriá-las. O ensino então seria construtivista crítico, não tendo um modelo engessado, seria um modelo no qual os/as professores/as se inspirariam e se adequariam de acordo com as suas realidades.

Tomando como base as conceituações realizadas por Freitag (1986), Louro (2002), Jófili (2002) e Enguita (1989) se faz necessário abordar a relação da educação com o trabalho. A educação considerada em sua forma ampla perpassa o âmbito familiar, religioso, comunitário e escolar, mas não podemos deixar de olhar para sua importância no preparo das pessoas para o futuro. De que forma a educação esta relacionada com a formação profissional ou com a concepção de trabalho presente na sociedade? Este e outros questionamentos abordamos a seguir.

2.1.1 Educação e trabalho

A educação e o trabalho são questões presentes nas sociedades por toda a história. Apresentados em alguns momentos como coisas positivas e em outros nem

⁶ PIAGET, J. **A linguagem e o Pensamento da Criança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1973.

⁷ VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

⁸ FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade**. (Cultural Action for Freedom) 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

tão positivos assim, a relação da educação com o trabalho é um assunto muito estudado, mas que ainda está longe de consenso. Para esta pesquisa, tomamos como base as reflexões dos autores Paulo Freire (1967), Demerval Saviani (2007) e Gaudêncio Frigotto (2007).

Começamos nossa explanação nos voltado para uma das obras de Freire (1967), que aborda a educação como prática da liberdade. Um dos objetivos do autor nesta obra é retratar o que acreditava ser o melhor caminho para a educação, porém deixa claro que sua proposta foi elaborada de acordo com o cenário brasileiro vivenciado naquele momento, com necessidades específicas.

Para compreender tal proposição, é preciso se atentar ao fato de que o ser humano é relacional e se coloca frente ao mundo com ações que o transforma, de forma consciente ou não. Esse ciclo de mútuas transformações, ser humano-mundo e mundo-ser humano, faz com que o ser humano esteja aberto a sua realidade e se confronte com os desafios da vida. A criticidade, quando o ser humano não se torna alienado e/ou manipulado, surge deste embate entre o homem e os relacionamentos estabelecidos com seus pares e com o mundo, gerando uma transformação do ser, construindo novos conhecimentos, dando um sentido a sua existência.

Do ponto de vista freiriano, quanto mais crítico um grupo humano se torna, via de regra se torna mais democrático e permeável. Quanto mais democrático, mais o grupo se liga às condições de sua circunstância. Se tiverem menos experiências democráticas que exijam o conhecimento crítico de sua realidade, por sua interação e intimidade com ela, torna-se mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. Para o autor, quanto menos formos críticos, nossas percepções de realidade e problemas serão ingênuas e passíveis de formas verbosas de representação e superficialidade.

O autor olha para a educação como o objeto de libertação do ser, onde quanto mais se adquire conhecimento, seja ele informal ou intelectual, mais se tem autonomia de decisão sobre a própria vida e as situações que o envolve. De acordo com este pensamento, a educação tem o poder libertador por que é capaz de dar sentido a existência do ser humano, este que deixa de apenas viver e passa a compreender o significado de existir no mundo. Freire (1967) considera a educação um ato de amor e assim sendo, é também um ato de coragem sobre o qual não se deve temer o debate e a análise da realidade. Não se deve fugir à discussão

criadora, incorrendo o risco de ser considerada uma farsa. Sobre esta compreensão, destaca:

Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou predominantemente crítica, a ação também será. (FREIRE, 1967, p. 105-106)

A ação humana acontece de várias formas sendo uma delas a transformação da matéria, ou seja, o trabalho. Embora exista a tentativa de desvencilhar a relação educação-trabalho, sua separação não foi vivenciada historicamente. Passando agora para o olhar do autor Demerval Saviani (2007) sobre esta questão, mostraremos sua busca nos fundamentos ontológicos e históricos pra explicar o porquê desta relação e o porquê sua dissolução é tão complexa.

O autor traz questões sobre o que faz do trabalho e da educação algo inerente aos seres humanos. Aborda o conceito da essência humana, ressaltando que o que nos torna pertencentes a uma espécie são as semelhanças e que é pela diferença específica que somos classificados em gênero, sendo a racionalidade o caráter de atributo essencial do ser humano.

Considera que apesar do trabalho ser considerado por Aristóteles algo não digno de homens livres, a possibilidade de modificar a natureza para adequá-la as suas necessidades é algo que faz parte da essência humana e conseqüentemente a educação, como forma de propagação das condições de sobrevivência. A essência do homem é o trabalho, porém não é dada, não nasce com ele, é construída por ele, é um feito, é um processo histórico. Segundo o autor:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem que ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele precisa aprender a ser homem, precisa aprender a produzir a própria existência. Por tanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154)

Em sua concepção, coloca que a educação em sua relação com o trabalho é em si uma relação de identidade. Sobre a emergência histórica da separação entre trabalho e educação, o autor diz que o desenvolvimento da produção e a apropriação privada da terra levou a divisão do trabalho, dividindo os seres humanos em duas classes: os proprietários de terras e os não proprietários. Inicialmente

afirmava-se que o ser humano não poderia viver sem trabalho, mas com essa divisão, os proprietários de terra passaram a viver do trabalho dos outros e os não proprietários de terras, passaram a ter que trabalhar para si mesmos e para os donos de terra.

Essa divisão também influenciou a educação, que passou a ter duas modalidades: uma para seres humanos livres, voltada para o pensar e falar, a formar lideranças, governantes; e a outra, direcionada aos escravos e serviçais, inerente ao processo produtivo. Considerava-se a primeira forma como educação propriamente dita, realçando a separação entre trabalho e educação. Com a separação entre a escola e a produção, processou-se a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. A educação assumiu dupla identidade, tendo de um lado uma educação concomitante o processo de trabalho manual e por outro lado, a educação voltada para o trabalho intelectual.

Saviani (2007) questiona a separação e as tentativas de restabelecimento do vínculo entre trabalho e educação, pois com o surgimento do modo de produção capitalista, a relação entre trabalho e educação sofre novas determinações. A simplificação dos ofícios através da introdução das máquinas materializa o ensino intelectual e reduz a necessidade de qualificação específica, tornando o trabalho em algo abstrato. Para o autor, o impacto da revolução industrial colocou em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo, forçando a escola a estabelecer, de alguma forma, uma relação com o mundo da produção.

Dessa dupla manifestação emerge uma proposta de escola para trabalhadores/as e escolas de ciências e humanidades, para futuros/as dirigentes e uma outra proposta de escola única, que internamente definia quais eram as funções sociais para as quais se destinavam com base em suas origens sociais. Esboça sobre a organização do sistema de ensino com base no princípio educativo do trabalho, inspirado nas reflexões de Gramsci, afirmando que a escola unitária, hoje no Brasil, corresponderia ao ensino fundamental e médio.

Sobre o ensino fundamental discorre que a relação entre trabalho e educação seria implícita e indireta e já no ensino médio seria o contrário, tendo como objetivo propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das diversas técnicas produtivas, o que se chamaria de politecnia e se diferenciaria do ensino médio profissionalizante. Ao concluírem o ensino médio politécnico, teriam duas opções: irem para o mercado

de trabalho ou irem para o ensino superior, que tinha como objetivo além da formação especializada organizar a cultura superior.

A educação como caminho para a formação profissional e/ou intelectual, é discutida também por Frigotto (2007). O autor busca destacar as principais funções da educação na sociedade capitalista: produzir as qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e a formação de quadros e a elaboração de métodos para um controle político. Traz uma configuração breve da especificidade do capitalismo no Brasil e como ele se apresenta atualmente.

O autor apresenta uma análise das dificuldades objetivas e subjetivas da afirmação da concepção e da prática da educação escolar omnilateral e politécnica, assim como dos processos massivos de qualificação científico-técnica do/a trabalhador/a que superem a lógica do adestramento. Destaca alguns pontos e desafios para as forças sociais de esquerda socialista na luta contra hegemônica por um projeto de desenvolvimento nacional popular e democrático de massa no Brasil, articulado a um projeto de educação escolar e qualificação científico-técnica dos/as trabalhadores/as.

Frigotto (2007) aborda sobre o trabalho como atividade vital e como alienação sob o capitalismo, trazendo as distinções entre o trabalho na sua dimensão ontológica e em sua forma alienada, entre a necessária divisão social do trabalho e divisão técnica. Estes são fundamentos cruciais e elementares para não se incorrer ao determinismo tecnológico do fim de classes sociais ou da negatividade absoluta.

Para o autor, não é plausível separar a técnica, da tecnologia e da ciência, porque se trata de uma unidade do diverso. Focar em apenas uma delas pode configurar formas institucionais diversas, mas não permite separar o que a realidade humana une dialeticamente. A divisão técnica do trabalho faz com que o/a trabalhador/a fique limitado e não compreenda a unidade dessas dimensões. Afirma que apesar do Brasil ter avançado significativamente desde a década de 30, o cenário nacional de forma geral, contribui para o acirramento das desigualdades sociais. Conseqüentemente, afeta de forma negativa a educação e o trabalho com a precarização do ensino e os baixos investimentos e incentivos a ciência e tecnologia.

Para que seja possível superar o que nomeia como modernização conservadora no Brasil, é preciso que os grupos sociais em condições de igualdade e não pautados no capitalismo, rompam com essas estruturas e resignifiquem

através da educação pública laica, politécnica e/ou tecnológica a educação efetiva, buscando mudanças sociais. Articulada a esta formação básica está a formação técnico-profissional dos adultos, como direito social de prosseguir se qualificando e como possibilidade de se inserir na produção de novas bases científico-técnicas que lhes são inerentes.

Com as questões sobre educação e sua relação com o trabalho esclarecido, nos ateremos agora a estudar um pouco mais sobre a conceituação de trabalho. Em busca de compreender o que é o trabalho, traremos autores/as que teorizam sobre sua construção histórica e seus significados.

2.2 TRABALHO

Assim como vimos no item anterior, desde que se fala em humanidade se fala também de educação e trabalho. O trabalho em si, faz parte da educação do ser humano e vice-versa, gerando sentido a sua existência. Nos basearemos agora na concepção de trabalho apresentada pelo autor Ricardo Antunes.

A cultura das sociedades assim como as religiões dentre outros fatores, contribuíram para que o trabalho e o ócio assumissem papéis ora positivos, ora negativos, ora similares, ora opostos. Na visão do autor, essa dualidade, em alguns momentos contraditória, fez com que o trabalho permanecesse como foco central das nossas vidas ao longo da história, colocando como um desafio crucial dar sentido ao trabalho e tornando também a vida fora do trabalho dotada de sentido.

O trabalho é inerente ao ser humano, sendo uma das características que o diferencia das demais espécies. Isto porque o trabalho exige um raciocínio prévio, mesmo que breve e superficial em algumas situações, para sua execução. Apesar do processo de trabalho no capitalismo sofrer constantes mudanças, tirando do/a trabalhador/a a consciência do resultado final de sua ação, ainda é capaz de proporcionar minimamente significância a sua existência. Antunes (2009, p. 12) aponta:

Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e seu poder emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Isto porque, [...] o sentido do trabalho que estrutura o capital acaba sendo desestruturante para a humanidade; na contrapartida, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital.

A sociabilidade que surge simultaneamente ao trabalho, traz em si a primeira divisão do trabalho. Com isso, o ato laborativo, se dá enquanto origem do trabalho e da sociabilidade, onde o trabalho se constitui como fator que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Para o autor, na antologia do ser social tem-se o trabalho. É por ele e através dele que se dá a sua fundamentação e formação. A princípio, o homem trabalha em prol de atender as suas necessidades para manter sua vida e tornar possível sua reprodução, fazendo com que o ato laborativo não seja apenas uma reação, mas um processo, de uma contínua cadeia temporal que busca sempre novas alternativas de forma autogovernada.

Ainda sobre a relação entre o trabalho e a teleologia, ressalta que o trabalho é um elemento mediador inserido entre a necessidade humana e sua realização. O comportamento consciente se sobressai aos comportamentos espontâneos de instinto biológico quando o trabalho intervém como mediador entre necessidade e satisfação imediata. É nesse processo de autorrealização da humanidade que o trabalho se configura como referencial ontológico da práxis social, pois o seu agir instintivo perde forças frente ao seu agir consciente.

Ao considerar o trabalho como um dos fatores constituintes da práxis social, o autor afirma que entender o trabalho em seu sentido mais genérico e abstrato, como produtor de valores de uso, sendo a expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza. O ato mais primitivo de transformar a natureza em coisas que lhe são úteis, também proporciona aos seres humanos relações com os outros seres sociais criando uma interação entre eles. Portanto, o trabalho tanto em sua origem como em seu desenvolvimento, tem em si uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem com amplo sentido. O trabalho é um processo que altera ao mesmo tempo o trabalhador e a natureza, este processo laborativo devido à existência de uma teleologia e de uma atitude prática, transforma o ser humano.

Para o autor essa transformação que acontece a partir do processo laborativo, faz com que surja um novo ser social, dotado de consciência e focado em encontrar sentido para a sua vida cotidiana. Assim, esta busca por uma vida cheia de sentido, repleta de autenticidade, encontra no trabalho sua primeira concretização. Esta busca é socialmente empreendida pelos seres sociais para sua

autorrealização individual e coletiva. Este fator é algo genuinamente humano, não se apresentando de outra forma na natureza.

Antunes (2009) deixa claro que o trabalho não é o único fator que dá sentido à vida humana, porém ressalta ser um fator de primeira importância. Como não considera o trabalho um fenômeno natural, entende que ele é dotado de sentido e de consciência, o que gera ação. Afirma que além do trabalho, as artes, a criatividade, o tempo livre dentre outras coisas, vem para completar essa vida cheia de sentido almejada pelos seres humanos. Em conjunto com o trabalho, as atividades realizadas nas horas livres, as que também não são fenômenos naturais e por este motivo também são dotadas de sentido, contribuem para que o ser social se humanize e emancipe.

Segundo o autor o trabalho é uma categoria originária e de mediação, permite o salto ontológico entre os seres anteriores e o ser que se torna social reafirmando a contribuição do trabalho como fenômeno atrelado a liberdade. O trabalho transforma ao mesmo tempo a relação metabólica entre homem e natureza assim como em um patamar superior, transforma a relação entre os próprios seres sociais, autotransformando a natureza humana e o próprio ser humano. Por estarem presentes pela primeira vez todas as determinações constitutivas da essência do ser social no interior do trabalho, podemos considerá-lo como categoria originária.

Considerando que o ser social humanizado precisa ter uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho, Antunes (2009) ressalta que de encontro com este objetivo está à necessidade de adequação da carga horária de trabalho. Segundo o autor é necessário que se tenha um equilíbrio entre as atividades laborativas e as demais, pois ambas são essenciais. A relação entre o trabalho e tempo de não trabalho é muito forte. Se o ser não se realiza no trabalho provavelmente não terá condições de se realizar fora do trabalho. Este fato se dá porque o trabalho não é apenas para a provisão das necessidades básicas, é também a categoria originária, inicia as relações interpessoais do ser, dá condições para o salto ontológico. Assim como vimos ao estudar sobre educação, a significância da existência do ser social e humanizado se dá na completude de seus fenômenos, nas mais diversas esferas.

A sociabilidade criada entre homens e mulheres no meio social, por livre escolha, em conformidade com suas aspirações cotidianas por uma vida cheia de sentido, contribui para a construção de uma identidade individual e humana expressa por sua multilateralidade em suas diversas dimensões. Tanto para o

indivíduo quanto para o coletivo, o trabalho é um fenômeno importante. Porém, o autor afirma que com a persistência do antagonismo entre capital social e a totalidade do trabalho, dar sentido ao tempo de não trabalho é uma tarefa difícil, pois fatores como a produção de desperdício e a manipulação do consumo interferem diretamente. Afirma que:

Se o indivíduo é expressão da singularidade e o gênero humano é uma dimensão de universalidade, a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam situações de similitude em sua existência concreta no mundo da produção e reprodução social. A consciência de uma classe é, pois, a articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular. Essa consciência do ser que trabalha é, portanto, uma processualidade, algo em movimento, em seu ir-sendo. (ANTUNES, 2006, p. 119)

Vimos até aqui, que o trabalho contribui para a formação da completude da vida cheia de sentido do ser humano enquanto ser social. Seja o trabalho caracterizado como formal ou informal, produtivo ou improdutivo, assalariado ou não, o trabalho é uma das categorias originárias do ser humano. Seria possível então, classificar o trabalho segundo o sexo ou classe? Para melhor compreendermos esta e outras questões que dela derivam, veremos algumas argumentações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho.

2.2.1 Divisão sexual do trabalho

Compreender as questões que envolvem a divisão sexual do trabalho nos ajudará a entender um pouco melhor a realidade das meninas que cometeram ato infracional e suas famílias. Mulheres que chefiam seus lares, mulheres que praticam jornadas duplas e até triplas de trabalho, mulheres que estão fora do mercado de trabalho formal, suas posições sociais, influenciam diretamente na formação destas adolescentes. Começaremos esta reflexão mostrando o olhar do autor Antunes (2006), o qual utilizamos anteriormente para falar sobre trabalho. Na sequência, apresentaremos as considerações sobre o assunto realizadas pelas autoras: Nanci Stancki da Luz e Leda Gitahy (2016), Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), Cristina Bruschini (2000), Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2001/02), assim como o autor Renan Gomes de Moura e as autoras Paloma de Lavor Moura e Regina Coeli da Silveira (2016) e dados do IBGE (2010).

Retomando o pensamento de Antunes (2006), partindo da compreensão sobre classes e gênero, iniciamos a discussão sobre a divisão sexual do trabalho.

Para o autor o trabalho feminino está aumentando significativamente, porém de forma precarizada e desregulamentada. Apesar do avanço alcançado pelas mulheres em relação à inserção no mercado de trabalho, as desigualdades salariais, a inadequação dos direitos e condições de trabalho, são ainda obstáculos a superar. Ressalta que:

Acrescente-se a isso outro elemento decisivo, quando se tematiza a questão de gênero no trabalho, articulando-a, portanto, com as questões de classe. A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. (ANTUNES, 2006, p. 108)

Para o autor esta duplicidade de trabalho é o que permite, indiretamente, as condições de trabalho. Tanto a mulher, como os demais integrantes de sua família, precisa que tais condições básicas (geralmente criadas na segunda jornada de trabalho da mulher através dos afazeres domésticos) para que possam reproduzir a força de trabalho. Esta esfera de produção que não está diretamente ligada ao mercado, mas sem ela, o metabolismo social do capital estaria comprometido. Constata que vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, isto porque nos espaços de educação, sejam eles a família ou a escola, homens e mulheres são preparados diferentemente para o trabalho, refletindo diretamente nas desigualdades da divisão social do trabalho. Apesar deste fato, o autor reconhece que o aumento significativo do número de mulheres inseridas no mercado de trabalho significa um avanço em prol da emancipação feminina frente à opressão vivenciada.

Do ponto de vista do autor, ainda sobre a vida cheia de sentido, ressalta que nas profundezas do processo de emancipação do ser humano, existe uma ação coletiva e importante entre os homens e mulheres que trabalham. Esta ação, no sistema capitalista, gera subordinação e estranhamento. A busca pela vida cheia de sentido se torna uma luta contra esse sistema de metabolismo social reconhecendo-se também como uma ação de classe, do trabalho contra o capital.

O autor considera que só será possível as mulheres alcançarem uma emancipação no mundo do trabalho se lutarem contra as construções históricas que viabilizam a opressão masculina. Isto porque a luta feminista emancipatória, é pré-capitalista e encontra vigência sob o domínio do capital. Esta luta será também pós-capitalista, porque a sociedade de classes não é o único fator que possibilita a opressão. A emancipação feminina é vista pelo autor como um fator decisivo para a

emancipação do gênero humano, visto que eliminada a opressão masculina, as diferenças de gênero deixam de ser motivo de confronto.

Corroborando com este assunto, trazemos as autoras Luz e Gitahy (2016) que abordam as concepções e implicações da divisão sexual do trabalho. Para as autoras os avanços frente à conquista dos direitos das mulheres não impediram que a associação de profissões ao sexo permanecesse. Atribuir características femininas ou masculinas a uma determinada atividade profissional por ela ser voltada para o cuidado ou por exigir esforço físico, contribui para que as desigualdades geradas pela divisão sexual do trabalho não sejam superadas. Assim:

Embora concepções de gênero binárias e excludentes, que insistem na diferença entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, estejam gradativamente perdendo a força e alterações na divisão sexual do trabalho tenham possibilitado redução das desigualdades de gênero e valorização do trabalho feminino, diversas atividades permanecem sendo identificadas como masculinas ou femininas, seja pelo perfil de gênero/sexo dos seus profissionais ou pela forma como seus saberes e conhecimentos continuam sendo estruturados e organizados. (LUZ; GITAHY, 2016, p. 52, grifos das autoras)

A divisão sexual do trabalho posta com suas desigualdades está diretamente ligada com as relações de poder e subordinação entre homens e mulheres, reforçando o feminino como papel secundário. Com isso, condiciona direta e indiretamente nas escolhas profissionais, na aceitação e naturalização desta condição de valorização do masculino em detrimento ao feminino. Assim como Antunes (2006), Luz e Gitahy (2016) ressaltam a relevância da categoria gênero para análise do mundo do trabalho.

Para as autoras, somos iguais, porém, diferentes. Iguais enquanto espécie e diferentes enquanto indivíduos. É necessário observar e questionar os critérios dominantes de igualdade e diferença e os diferentes tipos de inclusão e exclusão que o legitimam, para que se possa compreender porque algumas diferenças particulares são usadas como justificativa para as distorções sociais tais como o preconceito e a subordinação. Apontam que a desigualdade de gênero no mundo do trabalho tem se destacado como uma das formas consolidadas de exploração e de discriminação, apesar dos inúmeros avanços conquistados pelas mulheres.

Sobre o trabalho feminino as autoras ressaltam que a divisão sexual do trabalho se expressa quando as mulheres são destinadas para a esfera doméstica e reprodutiva, enquanto os homens ficam com a esfera pública e de produção. Embora as atividades “designadas” para as mulheres sejam tão importantes quanto

às “designadas” para os homens, a sociedade atribui maior valor ao trabalho masculino. O trabalho das mulheres é geralmente associado ao amor, afeto, cuidado, pressupondo atitude de doação e não de produção monetária ou profissional, traz como uma das consequências à invisibilidade destas atividades.

Os papéis sociais assumidos por homens e mulheres não deveriam ser condicionantes para suas opções profissionais. Atribuir características supostamente naturais e específicas do sexo, faz com que as desigualdades da divisão sexual do trabalho se acentuem. Ninguém nasce profissional, as atividades laborativas são aprendidas e ensinadas, não fazem parte de uma natureza de gênero, podendo assim, homens e mulheres, exercerem a profissão que quiserem.

Partimos agora para a contribuição de Hirata e Kergoat (2007). As autoras relatam que desde o início dos movimentos feministas, as mulheres já eram conscientes de que realizavam a maior parte das atividades não remuneradas, geralmente desenvolvidas no espaço doméstico. Atribuíaam a este fato a associação do trabalho gratuito a sua relação com o amor e dever materno. Mesmo com as várias análises que passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade laborativa e profissional, a invisibilidade permaneceu.

Segundo as autoras, as relações sociais se renovam através dos espaços educacionais, sejam eles a família, a escola ou a empresa dentre outros. Mesmo com os avanços já alcançados pelas mulheres, pode-se afirmar ainda que as atividades domésticas permanecem como atribuições femininas. Indagam que ter consciência da opressão vivenciada não fez com que as mulheres abrissem mão desta atribuição, e as que o fizeram, ainda realizam a gestão do mesmo. As autoras ressaltam que é importante refletir sobre os porquês desta situação, mas que é ainda mais relevante buscar soluções para tal.

Reforçando a argumentação de Hirata e Kergoat (2007) trazemos as considerações de Bruschini (2000). Para a autora sempre é importante lembrar que a manutenção do modelo de família patriarcal no qual a mulher é a responsável pelos afazeres domésticos e socializadores, incute nas mulheres uma identidade de comprometimento com o lar e condicionam a sua participação no mercado de trabalho. Esta condicionante afeta também fatores referentes a qualificação profissional e oferta de trabalho para as mulheres, porém o mesmo não acontece com os homens.

Outro ponto levantado pela autora, diz respeito a um limitador que não está ligado diretamente ao mercado de trabalho e sim aos papéis que as mulheres assumem socialmente. Ser mulher trabalhadora implica em conciliar as atividades domésticas, maternas e de esposa, de acordo com sua composição familiar, para além de sua função profissional. Esses fatores condicionam sua formação e tempo disponível para trabalhar, dificultando o acesso a determinadas atividades laborativas e as deixando em desvantagem frente aos homens. Segundo a autora “o trabalho das mulheres não depende apenas da demanda do mercado e das suas necessidades e qualificações para atendê-las, mas decorre também de uma articulação complexa, e em permanente transformação, dos fatores mencionados”. (BRUSCHINI, 2000, p. 17)

Voltando os olhares para o cenário brasileiro, Bruschini e Lombardi (2001/02) abordam sobre o trabalho feminino no final do século XX. As autoras ressaltam, assim como Bruschini (2000), os papéis assumidos pelas mulheres dentro do âmbito familiar influenciam diretamente em suas atividades profissionais e assim, também influenciam na formação de sua identidade. As transformações dos padrões sejam elas culturais ou de valores, ligadas aos papéis que as mulheres representam na sociedade estão sendo impactados pelos movimentos feministas desde a década de sessenta. As mulheres estão cada vez mais presentes nos espaços públicos e no mercado produtivo, gerando alterações na constituição da identidade feminina.

Apesar das dificuldades encontradas, as mulheres vêm se adaptando e lutando para uma maior e mais atuante inclusão e permanência no mercado de trabalho. A cada dia, as mulheres conquistam novos espaços na vida pública e política, ultrapassando os limites do âmbito doméstico, embora nem sempre o tenham superado. De acordo com IBGE (2010), as famílias que em sua composição contam com a presença de filhos de até cinco anos de idade (cerca de 30,3% das famílias brasileiras) a mulher é apontada como responsável:

Apesar da possibilidade de compartilhar as atividades relacionadas ao cuidado de dependentes com o cônjuge ou companheiro, quando este está presente no arranjo familiar, ainda assim estas atividades recaem principalmente sobre a responsabilidade das mulheres, conforme indicam diversos estudos e pesquisas neste tema. Dessa maneira, na restrição de oferta de creche e pré-escola e também de maior coparticipação no cuidado de crianças entre os pais, a presença de crianças nesta faixa etária se torna um fator que potencialmente afeta a inserção ou a evolução da mulher no mercado de trabalho. (IBGE; 2010)

Além de estarem cada vez mais presentes no mercado de trabalho, as mulheres acabam assumindo os cuidados para com suas famílias, passando assim a travarem duas e até três jornadas diárias de trabalho. Com filhos ou não, os afazeres domésticos recaem massiva e frequentemente sobre elas. Cabe ainda, discutir aqui sobre a formação das famílias monoparentais femininas. Segundo Moura, Lopes e Silveira (2016) estes arranjos sociais, são entendidos como um grupo familiar composto por uma mulher mãe, e seus filhos menores de 25 anos e solteiros. Com frequência, neste tipo de situação, a mulher a única responsável pelo provimento financeiro da família.

Devemos considerar que o acesso à educação é um dos fatores que pode contribuir significativamente para a melhoria do trabalho feminino, viabilizando a ampliação dos conhecimentos. Se dotada de criticidade, a educação pode auxiliar na reflexão e conscientização das mulheres no que tange aos seus papéis e direitos enquanto cidadãs. Assim, talvez as mulheres possam lutar para a superação das desigualdades, sejam elas de classe, raça ou gênero, podendo também buscar novas possibilidades profissionais e de carreira.

Voltando as reflexões das autoras Luz e Gitahy (2016), corroborando com as ideias apresentadas de Bruschini e Lombardi (2001/02), ressaltamos que mesmo com conhecimento, determinação e muita luta, as desigualdades de gênero permanecem presentes. Luz e Gitahy (2016, p. 61) afirmam que:

Deve-se considerar que a reprodução de uma divisão de trabalho não igualitária, portanto não justa, cria condições para perpetuar a desigualdade social. A grande presença de mulheres em atividades que ocupam inúmeras horas de trabalho, mas, que pouco contribuem para alterar suas condições precárias de vida, gerar autonomia financeira ou efetivar o direito à dignidade humana, mantém as mulheres entre a parcela mais pobre da população, o que reforça as desigualdades de gênero e nos distanciam da justiça social.

As diferenças entre homens e mulheres não deveriam ser justificativas para a desigualdade de gênero presentes nas relações de trabalho. A invisibilidade atribuída ao trabalho doméstico faz com que as mulheres, chefes de família, não consigam atingir os mesmos patamares profissionais que os homens, pois são muito mais exploradas e menos recompensadas por suas atividades. Embora seja presente a discriminação no mercado de trabalho, muitas vezes ela acontece de forma subliminar.

As proibições legais não foram suficientes para eliminar as discriminações no mercado de trabalho. Homens e mulheres que ocupam cargos iguais não recebem

os mesmos salários, mesmo possuindo as mesmas qualificações. Essa diferença é tão bem disfarçada, que muitas vezes passa despercebida entre os profissionais do mesmo local de trabalho, justificada em promoções, gratificações, níveis, dentre outros.

De acordo com Luz e Gitahy (2016) a escolarização é um fator importante, porém, desvinculado dos demais, não é capaz de extinguir as desigualdades nas relações de trabalho entre homens e mulheres. Financeiramente, para que as mulheres consigam se igualar aos homens é necessário que se busque soluções para a superação desta defasagem valorativa. Isso só será possível, quando se pensar em políticas públicas que atendam as particularidades de gênero e que desconstruam os estereótipos, dando visibilidade e autonomia para as mulheres. Somente com alterações significativas na configuração da divisão sexual dos processos de formação e do trabalho produtivo e reprodutivo, as relações de igualdade no mercado de trabalho seriam estabelecidas.

Quando pensamos na divisão sexual do trabalho e vemos todas as desigualdades nela presentes, precisamos nos atentar para a origem do problema ou seu local de propagação. Desde que nascemos, somos ensinados como devemos agir e ser, somos condicionados a corresponder às expectativas que o sexo nos impõe. De acordo com as autoras Luz e Gitahy (2016), quando dizemos, por exemplo, que um brinquedo ou uma cor é de menino ou de menina estamos afirmando que as mulheres e os homens nascem predestinados a desenvolverem determinados papéis na sociedade, fato que não acontece. Mesmo que inconscientemente, estamos preparando as crianças de forma diferenciada, interferindo em suas escolhas presentes e futuras, formando identidades construídas com base em diferenças vistas como naturais.

Embora essa naturalização das diferenças torne as discriminações invisíveis, elas estão presentes no mercado de trabalho como obstáculos que as mulheres deverão encontrar muito mais que os homens. As autoras ressaltam que não podemos negar as conquistas femininas, mas ainda existe a necessidade de se lutar para superar os obstáculos para eliminar preconceitos, buscando a concretização da igualdade e a transformação das relações de gênero.

Para as autoras, as relações de poder presentes na divisão sexual do trabalho só serão dissipadas quando erradicarmos todas as formas de preconceito e discriminação que ainda impedem esta construção da igualdade. O direito de ser

tratada enquanto profissional independente de sexo ou identidade de gênero deve ser buscado veementemente tanto pelos homens quanto pelas mulheres. Embora existam diferenças entre os sexos elas não são condicionantes para as atividades laborativas. Simone de Beauvoir (1967, p. 9) traz-nos sua celebre frase: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, que podemos aplicar também para este cenário: ninguém nasce profissional, torna-se. Assim sendo, se não é natural, se precisamos aprender a trabalhar, podemos homens e mulheres exercer a profissão que quisermos.

A divisão sexual do trabalho nos leva a refletir sobre como as expressões de gênero se desvelam na sociedade. Para contribuir com este debate e por considerar a categoria gênero uma categoria de grande importância tanto no cenário educacional quanto para as relações de trabalho, nos ateremos a seguir em apresentar uma breve conceituação do tema.

2.3 GÊNERO

Falar sobre gênero é uma tarefa desafiadora. Diversos/as estudiosos/as definiram o conceito de gênero e com isso surgiram direcionamentos diferenciados que corroboram ou não entre si. Buscamos aqui fazer um breve resgate das principais teorias sobre esta categoria, dando enfoque ao conceito que adotamos como norteador da pesquisa. Para isso, faremos referência as autoras Joan Wallach Scott (1985), Claudia Lima Costa (1994), Margareth Rago (1998), Donna Haraway (2004), Glacielli Thais Souza Oliveira (2017) e ao autor Daniel Schroeter Simião (2005).

Tentar explicar a categoria gênero com base no sentido semântico da palavra nos remeteria ao erro de enquadrar algo que é transponível. Segundo Scott (1985) as palavras assim como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, possuem história se fazendo necessário considerar o contexto, as relações entre homens e mulheres. A categoria gênero nasce com caráter social, suprimindo inicialmente a lacuna dos estudos que anteriormente se voltavam apenas para a binaridade biológica do sexo, homem/mulher. A autora define gênero como uma importante categoria de análise, que por ser relacional, deve ser compreendida para além de si mesma e das relações de poder que estão mutuamente interligadas. Para

esta pesquisa, como conceito norteador, adotou-se a conceituação de gênero como relacional.

Sobre a relevância dos estudos de gênero como relacional, trazemos o apontamento de Oliveira (2017). A autora ressalta que a categoria gênero se constitui como um importante conceito de análise, que de forma transversal se compõe frente às expressões da questão social na atualidade. Considerando gênero como relacional e entendendo a necessidade de se compreender não somente o sujeito, mas também a conjuntura na qual ele está inserido, estudar a categoria gênero permite uma ampliação do olhar frente ao objeto de pesquisa. Ressalta:

Desse modo, a categoria analítica de gênero tem sido um suporte teórico importante para proporcionar uma avaliação crítica diante das expressões da questão social como, por exemplo, a violência contra a mulher, a divisão sexual do trabalho, o preconceito pelo fato de ser mulher, a questão da discriminação (sic) do aborto dentre outros. (OLIVEIRA, 2017, p. 57)

Segundo Haraway (2004) no sentido crítico e político, pode-se dizer que o conceito de gênero foi articulado, progressivamente contestado e teorizado no contexto dos movimentos de mulheres feministas do pós-guerra, trazendo em si fortes características da conjuntura daquele momento. Assim como trouxemos anteriormente com a autora Scott (1985), Haraway (2004) considera a construção social do gênero e a influência da história na abordagem do conceito. Complementa ainda que:

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente construídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo. (HARAWAY, 2004, p. 211)

Segundo a autora durante as formulações sobre o conceito de gênero buscou-se mudar o lugar das mulheres retirando-as do natural e as colocando no cultural. Assim, a mulher deixaria de ocupar uma posição imposta pela natureza e passaria a ocupar um lugar de ação, escolhido por vontade própria, tornando-se sujeita de si mesma. Neste momento de elaboração as feministas argumentavam contra o determinismo biológico e a favor do construcionismo social, o que acabou por dificultar a luta pela desconstrução da objetificação dos corpos na biologia. Outro problema ocorrido neste período inicial foi a demarcação do uso dos termos natureza e corpo feminino.

A história das mulheres e a categoria gênero estão interligadas e relacionadas mutuamente em um movimento de construção e modificação. Apesar desta relação, a categoria gênero vai além do que é ser mulher, transcende ao ser biológico pré-estabelecido, abrange a multiplicidade das identidades do sujeito social. De acordo com Rago (1998, p. 92):

A categoria gênero permitiu, portanto, sexualizar as experiências humanas, fazendo com que déssemos conta de que trabalhávamos com uma narrativa extremamente dessexualizadora, pois embora reconheçamos que o sexo faz parte constitutiva de nossas experiências, raramente este é incorporado enquanto dimensão analítica. É claro que não estou me referindo apenas à importância dos estudos da sexualidade, como a história do amor, das práticas sexuais, da prostituição ou da homossexualidade.

Embora a sexualidade e suas especificidades estejam presentes em nosso cotidiano, é importante ressaltar que foi com o surgimento dos estudos da categoria gênero que se voltaram os olhares para as identidades múltiplas que se formam para além do binarismo biológico do sexo masculino e feminino. Segundo Rago (1998) é com a categoria gênero que se começa a pensar nas subjetividades das identidades, possibilitando analisarmos as relações socioculturais de uma forma mais ampla.

Conforme afirma a autora, a categoria gênero permitiu nomear campos das práticas sociais e individuais que não conhecemos bem, mas que de alguma forma, as intuímos. Para que o conhecimento destes campos das práticas sociais e individuais não permaneça no secularismo da intuição, é importante direcionarmos os esforços em desvelá-las, ampliarmos os estudos e estarmos abertos/as para algumas ressignificações caso sejam necessárias. As experiências históricas repletas de valores, as formas de pensar, acreditar e de significância também são diferenciadas sexualmente e isso nos leva a perceber que o universo feminino, não somente pelas determinações biológicas, apresenta muitas diferenças em relação ao universo masculino.

Embora os construtos históricos remetam a concepções biologizantes da sexualidade, a categoria gênero vem abrindo possibilidades de compreensões diferenciadas, capazes de abarcar subjetividades antes não consideradas. Mesmo não existindo uma definição única e delimitada do termo gênero, ele vem para abrir caminhos e discussões sem o intuito de responder a todas as questões. Rago (1998, p. 93) afirma que, em sua compreensão,

A categoria do gênero não vem substituir nenhuma outra, mas atende à necessidade de ampliação do nosso vocabulário para darmos conta da

multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais. Neste caso, a dimensão sexual. O sexo participou indubitavelmente e de forma central na construção histórica de nossa identidade pessoal e coletiva, especialmente no Brasil, mas foi por muito tempo colocado à margem na leitura das práticas sociais.

Segundo a autora, é importante percebermos que a construção das diferenças sexuais é determinada histórica e culturalmente. É necessário desnaturalizar as representações engessadas na área do imaginário social, não só para refletirmos sobre o passado, mas também para construirmos no hoje, formas mais libertárias de convivência. Historicamente as diferenças de sexo entre homens e mulheres eram consideradas universais e ligadas ao biológico.

Para compreender melhor a categoria gênero, é necessário ressaltar que seu uso teve origem no meio acadêmico por meados dos anos 1970 com a emergência dos movimentos feministas. As diversas áreas acadêmicas que fizeram uso da terminologia agregaram a ela suas características justificando assim as diferentes e inúmeras abordagens. Simião (2005) relata que cada área foi dando “cores” diferentes a terminologia de acordo com a base conceitual específica que seus currículos acadêmicos continham.

Para Simião (2005) essa diversidade de abordagens fez com que surgisse, entre as feministas deste dado momento histórico (e ainda em alguns movimentos feministas atuais), o questionamento sobre a despolitização do termo mulher e/ou até mesmo o enfraquecimento de sua agenda de lutas frente a amplitude da categoria gênero e sua suposta suavidade semântica. Nas palavras do autor (SIMIÃO, 2005, p. 15, grifos do autor):

Muito do receio de que gênero despolitizasse a ação social e política se deve a que esse conceito veio ocupando nos últimos anos um lugar antes dominado pela categoria “mulher/mulheres”, tanto nos estudos produzidos na universidade, quanto nas discussões da cooperação internacional. É esse movimento de deslocamento do termo “mulher” que marca a trajetória do gênero.

Essa trajetória do gênero, para o autor, é uma trajetória política, que causou mudanças significativas no campo da cooperação internacional. Passando de um discurso que tinha sua centralidade na possibilidade de integrar as mulheres ao desenvolvimento, de forma abrangente, passou-se para uma concepção que envolvia trabalho de diferentes setores sociais com o objetivo de transformar nas diversas dimensões das vidas de homens e mulheres nas relações de gênero.

Costa (1994) vem afirmar que as mudanças causadas pela utilização da categoria gênero corroboraram na transformação da ótica que homens e mulheres têm sobre si e sobre o mundo, assim como na desconstrução de duas das mais resilientes categorias dicotômicas do pensamento Ocidental: objetivismo e subjetivismo; masculino e feminino. A autora também ressalta o papel das feministas na construção da conceituação de gênero, dando ênfase nas críticas feitas por elas ao objetivismo fomentando e viabilizando novos desenvolvimentos na epistemologia. Segundo a autora essas críticas apontavam a polaridade entre o masculino e o feminino incitando questionamentos ainda não abordados. Discorre que:

Ademais, as críticas ao objetivismo e à oposição entre os gêneros como diferença sócio-hierárquica não se dão separadamente. A postura objetivista em relação ao conhecimento tem historicamente sido a postura masculina. Assim, um repensar radical destes dualismos culturalmente incrustados constitui um primeiro passo necessário na tentativa de sobrepujar qualquer forma de opressão e dominação. (COSTA, 1994, p. 142)

Buscando desvelar o subtexto de gênero, Costa (1994), analisa as pesquisas do campo da linguagem e do gênero. A autora separa as pesquisas em cinco linhas: gênero como uma variável binária; gênero como papéis dicotomizados; gênero como uma variável psicológica; gênero como sistemas culturais, e; gênero como relacional. Essa divisão foi referenciada por diversos/as autores/as por desenhar os caminhos teóricos e epistemológicos, mostrando os pontos fortes e fracos de cada vertente, subsidiando uma melhor compreensão da categoria de gênero.

A primeira linha abordada é gênero como uma variável binária. Discorre que inicialmente se usava gênero como recurso linguístico, muitas vezes usado com relações estatísticas que não diferenciavam os lugares de fala do homem e da mulher.

A segunda linha aborda o gênero como papéis dicotomizados. De uma forma no mínimo equivocada, se olhou para o caráter social do gênero como um determinante de papéis que os homens e as mulheres devem assumir perante a sociedade. A socialização aconteceria a partir do momento em que cada sujeito internalizasse e assumisse para si o papel que lhe cabe e lhe é ensinado de acordo com as especificidades de sua identidade masculina ou feminina. A ordem social estaria estabelecida com a sociedade recompensando quem se adequa a seu papel e punindo os/as desajustados/as. Segundo Costa (1994, p. 178):

Embora essa abordagem do gênero representasse um avanço em relação ao paradigma da diferença sexual – já que analisa o gênero quanto a papéis

institucionais e sociais específicos e não como uma característica intrínseca à biologia dos indivíduos – ela contém, não obstante, pressuposições questionáveis e falhas graves.

A autora aponta falhas como a do ideal normativo de comportamento e os estereótipos de papéis do homem e da mulher. Critica ainda a desconsideração da mudança social como fator que influencia as identidades, assim como o não questionamento das questões sobre as relações de poder e desigualdade.

A terceira linha, que traz o gênero como uma variável psicológica foi pensada, em sua maioria, por investigadores/as da área da psicologia que não se viam contemplados/as com as formulações anteriormente apresentadas sobre o tema. Buscaram então, conceituar gênero como uma orientação ou força da personalidade. Segundo Costa (1994, p. 150):

Na busca de uma conceitualização de gênero que se desse mais num *continuum* do que numa dicotomia, investigadores (a maioria proveniente da psicologia) desenvolveram um instrumento onde as diferenças entre masculinidade e feminilidade constituiriam mais uma questão de grau do que de oposição. Neste instrumento, os coeficientes de alta masculinidade – alta feminilidade encontram-se nos extremos da escala, com a androgenia representando uma combinação de pontuações elevadas tanto na masculinidade quanto na feminilidade. Assim, a pessoa andrógina exibia traços masculinos e femininos.

Assim, criaram uma escala para medir a masculinidade e a feminilidade associando a primeira a instrumentalidade e a segunda a expressividade. De acordo com a autora, esse tipo de associação tal como a rotulação das pessoas, tem uma tendência negativa que obscurece os saberes. Apesar de seus métodos de verificação terem apontado que as formas de medidas utilizadas pela vertente não eram relevantes, permaneceram fundamentando-se nas noções tradicionalistas e rígidas de masculino e feminino. Para a autora o principal ponto fraco desta teoria é o fato dela restringir o conhecimento a termos funcionais ou psicológicos, não dando conta do todo, focando-se apenas na individualidade do ser.

Sobre o gênero como sistemas culturais a autora inicia sua discussão apontando a forte influência do movimento feminista culturalista e do discurso sobre a diferença. Afirma que nesta linha, a experiência enquanto mulher expressa sua diferença frente aos homens, agregando sentido ao seu lugar de fala estando intimamente ligada ao contexto e não simplesmente a linguagem. Tanto na prática quanto na teoria esta vertente apresenta inúmeros problemas. A autora pontua três principais questões de conflito. A primeira está relacionada ao discurso sobre mundos separados que enaltece as diferenças entre os seres humanos, ignorando

que as semelhanças também possuem sua importância. Outra questão é a pressuposição de que existe uma única voz ou cultura feminina homogênea, não se atentando para as multiplicidades. E por fim, aponta a tendência de idealizar o mundo das mulheres a ponto de romantizar a opressão. Sobre esta vertente a autora conclui que:

Assim, a celebração da diferença, através do reforço de dualidades e contrastes (ex., instrumental/expressivo; competitivo/cooperativo) falha em desfiar e transformar aquelas práticas institucionais que construíram o gênero como diferença hierárquica (gênero para a mulher sendo experimentado como desigualdade, opressão e inferioridade internalizada). (COSTA, 1994, p.156)

Trabalhar no âmbito do binarismo homem e mulher acaba por inferir na subordinação do segundo frente ao primeiro. A autora deixa claro que trabalhar as diferenças não consiste em um erro, pois tem o seu lado positivo, mas deixar de trabalhar as semelhanças não seria coerente.

Entraremos agora na quinta vertente apresentada pela autora, que trabalha o gênero como relacional. Ressalta que esta é a vertente mais frutífera, por abordar as interações sociais como um todo e por basear-se na prática, que de forma analítica se constitui enquanto estratégia. Para a autora, tomando como base esta linha de investigação “podemos desenvolver uma concepção dinâmica de masculinidades e feminilidades como estruturas de relações sociais cujos significados são dados pelo sistema de sexo/gênero da formação social em questão” (COSTA, 1994, p. 158). Com isso, as universalizações erroneamente utilizadas nas explicações de gênero seriam evitadas.

Outro ponto suscitado é o da possibilidade de focar na dinâmica dos contextos sociais e as configurações particulares dos arranjos de gênero, que segundo a autora é um fator importante que nos permite pensar na pluralidade. Masculino e feminino deixam de ser uma forma única e rígida indiferentes entre si, passando ser dotada de multiplicidades, concebendo-se a conceituação de masculinidades e feminilidades.

O terceiro ponto trazido sobre esta vertente vem:

[...] abordar o gênero da perspectiva das práticas semântico-materiais e das experiências sociais do cotidiano dos indivíduos, bem como através da análise das interações entre sujeitos e contextos, permite-nos entender como gêneros são forjados e incrustados em uma economia semiótica da diferença sexual. (COSTA, 1994, p. 160)

De acordo com a autora quando analisamos a dinâmica social, ela nos capacita a entender também as diferenças de gênero em suas especificidades, pois

nos desvela detalhes riquíssimos da realidade cotidiana. A autora nos mostra que esta vertente por seu cunho analítico, permite que o gênero seja estudado como contextual e relacional, inclusive ampliando a ótica dos estudos de linguagem.

COSTA (1994, p. 161) afirma que:

Os gêneros passam a ser entendidos como processos também moldados por escolhas individuais e por pressões situacionais compreensíveis somente no contexto da interação social. De fato, essa abordagem oferece uma visão integrada de linguagem e gênero, conquanto ambos deixam de ser concebidos como sistemas monolíticos, para serem apreendidos como configurações complexas, múltiplas e heterogêneas.

Desta forma, a autora buscou mostrar que embora as vertentes almejem a crítica sobre as categorias dualísticas, elas estão permeadas de problemas. É preciso olhar atentamente para o que cada uma delas carrega de avanço e de positivo sem se esquecer de que todas apresentam, de alguma forma, falhas em sua análise. A autora pontua que a história da conceituação da categoria gênero está interligada com os movimentos feministas, porém estes não são unicamente suas referências tanto para a elaboração de uma agenda quanto para sua fundamentação teórica.

A categoria gênero é conceituada visando trabalhar questões antes não aprofundadas. A identidade social que é composta de raça, classe, etnicidade e nação dentre outros estando diretamente ligada às consequências das diferenças observadas nas dualidades. Afirma ser um grande desafio abandonar a segurança do domínio conceitual para desbravar novos horizontes, considerando que mesmo o discurso e a prática sendo, muitas vezes, contraditórios, são significativos.

Ainda nesta linha de pensamento, Simião (2005) ressalta que independente da vertente de gênero que se utilize, devemos considerar o seu significado empírico e analítico. Segundo o autor, estudar gênero não é só estudar as formas pelas quais as pessoas se relacionam, é estudar a realidade em que estas pessoas estão inseridas sob uma ótica de gênero. Pontua que é possível realizar uma análise de conjuntura sem se dar conta da forma que as relações de gênero estão agindo nesta realidade, assim como podemos diagnosticar um problema específico sem mencionar gênero. Porém, para enxergar a realidade como um todo, devemos nos perguntar se as relações de gênero, dentre outros fatores, influenciam nas relações entre si. Desta forma, estaremos utilizando gênero como uma categoria de análise, como um referencial importante para a compreensão da realidade pesquisada.

Segundo o autor utilizar gênero como uma categoria de análise vem para enriquecer o conhecimento da realidade. Simião (2005, p. 13, grifos do autor) conclui que:

Vemos assim que gênero tem duas dimensões fundamentais: é uma categoria empírica – ou seja, é “utilizado” pelas pessoas nos seus relacionamentos cotidianos, na medida em que dá os limites nos quais se operam com categorias e classificações baseadas em gênero – e analítica – no sentido de ser “utilizado” por quem deseja compreender uma dada realidade.

Com base nas autoras e no autor estudadas/os até o momento, enfatizamos a importância dos estudos de gênero e sua relevância. No que tange a esta pesquisa, optamos por utilizar como categoria de análise o embasamento de gênero como relacional, por possibilitar a leitura da conjuntura em questão, de forma mais aprofundada. Consideramos que usar o gênero como uma categoria analítica, partindo da conceituação de gênero como relacional, agregará significado aos dados coletados ampliando as possibilidades de compreensão da realidade estudada.

Falar sobre educação, trabalho e gênero nos possibilita enxergar as meninas que cometeram ato infracional com um olhar especial, buscando para além do fato, uma análise da conjuntura em que estão inseridas. Assim, para contribuir no refinamento deste olhar, apresentaremos agora o que são as medidas socioeducativas, para quem são direcionadas e para que servem.

2.4 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: A CONCEITUAÇÃO E O CAMINHO LEGISLATIVO

Historicamente o Brasil se respalda em legislações e tratados internacionais para elaborar suas próprias leis. Quando se trata dos direitos da criança e do adolescente não é diferente. Documentos como a declaração universal dos direitos da criança e do adolescente, declaração universal dos direitos humanos e a convenção americana de direitos humanos, serviram como norteadoras para o poder legislativo brasileiro. Para abordar as questões pertinentes a este assunto, nos basearemos nos autores Olympio de Sá Sotto Maior Neto (2017), Murilo José Digiácomo (2017) e na autora Ildeara de Amorim Digiácomo (2017). Utilizaremos também: Lei nº6.697 de outubro de 1979 – Código de Menores; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 –

Estatuto da Criança e do Adolescente, e; Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012 – Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

De acordo com Neto (2017), a primeira legislação brasileira a tratar claramente sobre a criança e o adolescente foi o código de menores, no ano de 1979. Esta lei era na prática a segregação frente às medidas socioeducativas, pois se permitia a internação até de adolescentes que não haviam cometido ato infracional, bastava serem considerados/as desajustados/as ou inadaptados/as ao meio social para que fossem privados/as de liberdade. Outro fator importante de ser ressaltado é que a falta de recursos materiais/financeiros era utilizada como condicionante para a destituição do poder familiar, essas crianças destituídas eram entregues a famílias, na maioria das vezes, estrangeiras (informação verbal) ⁹.

É na constituição de 1988 que se encontra o primeiro registro legal nomeando os direitos e deveres referentes à criança e ao adolescente, considerando-os pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Com isso, ficou determinado de quem eram as responsabilidades e deveres com base na doutrina de proteção integral, assim como quais eram os direitos da criança e do adolescente. A doutrina de proteção integral, como o próprio nome já pressupõe, busca englobar todas as necessidades de um ser humano para que o mesmo possa desenvolver plenamente sua personalidade. Considera as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, não mais como simples objetos passíveis de intervenção dos pais e do mundo adulto, mas que ainda precisam de proteção.

Embora com a constituição de 1988 já se tenha obtido um avanço referente à garantia de direito destes sujeitos, foi o ECA (1990) que conseguiu firmar as duas pilstras básicas: a explicitação dos direitos da criança e do adolescente e como colocar em prática tudo aquilo que a lei tratava (informação verbal) ¹⁰. Seu conteúdo aborda a doutrina de proteção integral de forma exaustiva e define o conjunto de ações a serem tomadas nas diversas situações, sendo uma delas as medidas socioeducativas.

Entretanto, a criação de uma lei não é sinônimo de sua plena execução. Após dezesseis anos da criação do ECA viu-se a necessidade de se elaborar um novo documento que deixasse claro as medidas a serem tomadas quando uma criança ou

⁹ Informação fornecida por Olympio de Sá Sotto Maior, procurador de Justiça do MPPR e coordenador do CAOP de Proteção aos Direitos Humanos, no Seminário: O Paraná discute os 27 anos do ECA, em Curitiba – Paraná, em 13 de julho de 2017.

¹⁰ Idem ao item 8

adolescente cometesse um ato infracional. Pensando em operacionalizar essas ações, foi construído coletivamente no decorrer dos anos, em diversas esferas do governo e da sociedade civil o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

Este novo sistema veio para reafirmar a diretriz do ECA sobre a natureza pedagógica das medidas socioeducativas, priorizando as medidas em meio aberto e articulando os três níveis de governo para desenvolver as políticas. Para atingir seus objetivos trabalha-se com a intersetorialidade em sua execução e com a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado. Outro ponto importante é a compreensão do adolescente como uma pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, priorizando ações socioeducativas sustentadas nos princípios dos direitos humanos, além do alinhamento conceitual, estratégico e operacional, estruturados principalmente em bases éticas e pedagógicas.

De forma mais sucinta, podemos afirmar que o SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução da medida socioeducativa. Inclui os sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todas as políticas, planos e programas específicos de atenção ao adolescente em conflito com a lei.

Baseando-se no princípio da integralidade de atendimento, o SINASE demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, incluindo-se aqui a família e sociedade civil. É atualmente o marco legal norteador para execução, monitoramento e avaliação das medidas socioeducativas no Brasil. Inicialmente vamos nos ater ao ECA para apresentar informações sobre as medidas socioeducativas e medidas de proteção e na sequência trataremos as contribuições do SINASE.

No ECA o título III trata sobre a prática do ato infracional, sendo o capítulo IV inteiramente dedicado à elucidação das medidas socioeducativas. Na seção I – Disposições gerais são apresentadas as medidas socioeducativas, sendo elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (medidas de proteção). Cada medida será aplicada de acordo com a capacidade

do/a adolescente em cumpri-la e a gravidade do ato praticado. Para um mesmo ato infracional o/a adolescente poderá receber uma ou mais medidas concomitantemente caso a autoridade responsável entenda como necessário, podendo também ser reavaliada e alterada a qualquer momento.

De acordo com o art. 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, e por este motivo estão sujeitos às medidas previstas nesta lei. A idade a ser considerada deve ser a do ato infracional, podendo o/a adolescente concluir a medida a ele aplicada, até completar vinte e um anos em condições específicas. As medidas de proteção descritas no art.101, I a VI, podem ser aplicadas como medidas socioeducativas caso haja necessidade. Veremos agora como deve ocorrer cada medida.

Iniciaremos falando sobre as quatro medidas socioeducativas aplicadas em meio aberto. A primeira é a medida socioeducativa de advertência que consiste em admoestação verbal, devendo ser redigida em termo e assinada pelo/a adolescente. Esta medida é aplicada quando o ato infracional é considerado leve e não ofereceu dano ou risco a sociedade. A segunda é a medida de obrigação de reparar o dano, que como o próprio nome diz, incute à/ao adolescente, que possua condições, reparar o dano causado. A terceira medida é a de prestação de serviço à comunidade, que pode ser aplicada pelo período máximo de seis meses, podendo ser reavaliada para prorrogação ou diminuição do prazo de execução. Esta medida é aplicada quando o ato infracional é considerado leve ou moderado. Os serviços a serem realizados pelos adolescentes não podem coloca-los em risco ou situações vexatórias, devem ser de utilidade para a sociedade e serem realizados sob supervisão de um profissional, em dias e horários que não interfira nas atividades escolares, laborativas e/ou culturais da/o adolescente. A quarta medida é a de liberdade assistida, geralmente aplicada pelo período de seis meses a um ano. Nestes casos é designado um/a orientador/a que realizará o acompanhamento do/a adolescente, para que possa auxiliar no que for necessário.

Em relação às medidas que restringem a liberdade do/a adolescente, temos a que acontece em regime de semiliberdade e a de internação. A medida de semiliberdade, de acordo com o ECA pode ser aplicada desde o início ou como forma de transição para o meio aberto após um período de internação. Esta medida prioriza a escolarização e profissionalização dos/as adolescentes assim como a

manutenção dos vínculos familiares e sociais. Sua duração não tem prazo determinado, estando geralmente associada às disposições relativas à internação.

A medida de internação restringe a liberdade do/a adolescente, atendendo aos princípios da brevidade, ou seja, deve ser reavaliada periodicamente para sua manutenção. Outro fato relacionado ao tempo de aplicação é que, apesar não haver uma determinação do prazo que o/a adolescente deverá permanecer internado, este período não poderá exceder três anos. Vale ressaltar que ao completar vinte e um anos de idade, caso esteja em regime de internação a liberação será compulsória. Segundo a lei, esta medida só será aplicada quando:

I – Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta; (BRASIL, 1990)

Quando se fala da medida de internação, devemos lembrar que a mesma só deve ser aplicada quando não houver outra medida adequada. De acordo com a diretriz do ECA reforçada no SINASE, deve-se priorizar as medidas em meio aberto em detrimento das restritivas de liberdade. As medidas socioeducativas não são aplicáveis aos menores de doze anos, sendo a estes direcionadas somente as medidas de proteção. São elas:

I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitário de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII – acolhimento institucional; VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar; IX – colocação em família substituta. (BRASIL, 1990)

As medidas de proteção, para os/as maiores de doze anos, podem ser aplicadas em conjunto com as medidas socioeducativas ou convertidas em medidas socioeducativas sempre que se julgar necessário. Neste sentido, para nortear e constituir parâmetros para a aplicação das medidas foi elaborado o SINASE. Sua implementação teve como objetivo primordial o desenvolvimento de ações socioeducativas que se sustentem nos princípios dos direitos humanos, com bases éticas e pedagógicas.

O SINASE apresenta informações sobre a realidade da socioeducação no Brasil com base nos dados da Secretaria Especial do Desenvolvimento Humano - SEDH em conjunto com a Subsecretaria de Proteção dos Direitos da Criança e do

Adolescente – SPDCA. Além destas informações, apresenta detalhadamente como as ações socioeducativas devem ser executadas para que seu conceito seja alinhado nacionalmente. Embora os esforços estejam voltados para a priorização das medidas socioeducativas em meio aberto, na plataforma do SINASE, ainda, constam apenas os levantamentos anuais referentes às medidas socioeducativas em meio fechado.

Quando olhamos para as/os adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, precisamos observá-las/os não só em suas individualidades, mas também em todas as suas relações, sejam elas familiares, comunitárias ou sociais. É com base no conhecimento dos fatores de risco e de proteção que influenciam ou afastam as/os adolescentes da conduta infracional que se pode pensar em prevenção. Para discutir um pouco mais sobre isso, utilizaremos as abordagens realizadas pelo autor Alex Eduardo Gallo em conjunto com a autora Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (2005; 2008).

Gallo e Williams (2005) pontuam a necessidade de se compreender as motivações que arrastam os jovens para a criminalidade para que se possa pensar na superação desta situação. Ressaltam que conhecer os fatores de risco e de proteção que interferem nas decisões das/os adolescentes em relação ao ato infracional possibilita encontrar um equilíbrio entre o reforço negativo e o positivo auxiliando na elaboração de ações preventivas. Assim, definem:

Os fatores de risco são condições ou variáveis que estão associadas à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis ao desenvolvimento humano, sendo que dentre tais fatores encontram-se os comportamentos que podem comprometer a saúde, o bem-estar ou o desempenho social do indivíduo. (GALLO; WILLIAMS, 2005, p. 83)

De acordo com os autores os fatores de risco podem ser pessoais, escolares, sociais, familiares e biológicos. Para cada pessoa, um conjunto de fatores pode ser adotado como de risco ou de proteção, interferindo diretamente nas reações e comportamentos. Deve-se considerar que o comportamento humano é determinado por um conjunto de relações complexas variáveis e não determinado por somente um fator. Isto por que:

[...] mesmo na presença de vários fatores de risco aqui apresentados, muitas crianças e adolescentes se desenvolvem sem apresentar comportamentos anti-sociais, sendo adaptados a lidar com os estressores ambientais e familiares. É fundamental, portanto, analisar também os fatores de proteção que dificultam ou neutralizam os fatores de risco, como por exemplo a escola. (GALLO; WILLIAMS, 2005, p. 91)

Os autores consideram ser possível identificar ao menos um fator de proteção que haja de forma reversa para cada fator de risco encontrado. Com condições de vida familiar, comunitária e social que proporcionem um desenvolvimento saudável, com educação de qualidade com base no diálogo, supervisão, afeto e limites é possível reduzir o risco de conduta infracional entre as crianças e adolescentes.

Voltando-nos para o cenário das produções acadêmicas, buscamos identificar se o tema desta dissertação está em discussão. Passaremos agora para uma reflexão baseada no estado da arte elaborado para esta pesquisa, apontando o que se tem produzido ou não, referente às medidas socioeducativas em meio aberto em relação às meninas.

2.5 O QUE SE DIZ SOBRE O TEMA

Por meio das produções acadêmicas podemos adquirir conhecimento nas mais diversas áreas, elas nos mostram para quais direções os olhares dos pesquisadores estão voltados, assim como quais assuntos estão sendo discutidos e estudados. Com o intuito de apresentar o que se tem produzido acerca do tema meninas e medidas socioeducativas em meio aberto, realizamos a pesquisa bibliométrica buscando identificar quais as deficiências e vantagens das abordagens existentes. Delimitamos como subáreas do tema: as relações de gênero presentes nas medidas socioeducativas em meio aberto; as relações de trabalho feminino na adolescência das meninas em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, e; as consequências das medidas socioeducativas em meio aberto na vida das adolescentes. Com o resultado, foi elaborando um breve quadro bibliográfico para auxiliar no desenvolvimento desta dissertação e talvez despertar novos interesses de pesquisa na área.

Para realizar a pesquisa bibliométrica, definimos como base de busca o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por meio do cadastro como aluna da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, que dá acesso a diversas bases de pesquisa nacionais e internacionais de artigos, dissertações e teses. Inicialmente realizamos alguns testes de aderência para encontrar os descritores que trariam os melhores resultados. Após o teste de aderência, optou-se por utilizar quatro das cinco fórmulas elencadas, por uma delas trazer resultados que não eram condizentes com o tema.

Sendo assim, com a utilização das quatro fórmulas escolhidas, obtivemos como resultado a indicação de cento e vinte e quatro referências.

Dentre as indicações obtidas, cinquenta e duas apareceram apenas uma vez, vinte e seis apareceram repetidas em duas fórmulas, sete em três fórmulas e apenas uma referência apareceu nas quatro fórmulas. Para selecionar quais destas referências seriam utilizadas, primeiramente realizou-se uma breve leitura do título e resumo de cada trabalho. Nesta etapa foram selecionadas vinte e seis referências, das quais vinte e três são artigos e três são dissertações. Como critério para a seleção destas referências, escolhemos apenas os trabalhos que abordassem a grande área do tema e ao menos uma de suas subáreas, mesmo que estes não fossem seus assuntos principais. As obras escolhidas tratam de forma geral de cinco assuntos e agrupam-se conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Assunto das referências

ASSUNTO	Nº DE REFERÊNCIAS
Influência familiar	3
Aplicação da proteção especial	8
Liberdade assistida	6
Sociabilidade	9
Gênero	1
TOTAL	27

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

Em todas as vinte e seis obras foi possível observar o cuidado dos/as autores/as em realizar mesmo que brevemente uma contextualização histórica sobre as medidas socioeducativas. Trouxeram, em sua maioria, dados sobre o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente apresentando a trajetória legislativa percorrida até a formulação atual. Os/as autores/as realizaram apontamentos sobre os avanços conquistados com o ECA frente às legislações anteriores, assim como ressaltam Maria Cristina dos Santos e Moisés Francisco Farah Junior (2012, p. 302):

O Estatuto (da criança e do adolescente – ECA) passou a adotar uma ordem jurídica totalmente diversa da anterior – correcional e repressiva. Acolheu a Doutrina da proteção integral, segundo a qual crianças e adolescentes são reconhecidos como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direito e destinatários de prioridade absoluta.

Afirmam que este olhar diferenciado, incluindo os/as infratores/as, voltando o foco para a totalidade das crianças e adolescentes, fazendo com que a sociedade, a família e as autoridades públicas ocupassem o papel de devedores no que diz respeito à garantia de direitos para estes sujeitos.

Cristiano Costa de Carvalho (2013) elucida a dificuldade enfrentada na execução do SINASE. Segundo o autor, as bibliografias existentes não norteiam a atuação profissional em relação aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, tendo estes que se basearem apenas no ECA. Ressalta a necessidade de novas pesquisas e estudos que auxiliem no direcionamento da aplicação efetiva deste sistema. Sobre as medidas socioeducativas de liberdade assistida, considera que:

O programa de liberdade assistida é umas das políticas públicas da assistência social, que tem como objetivo garantir o convívio social e conscientizar o adolescente do ato cometido, porém como toda política social inserida na lógica neoliberal, possui desafios devido ao seu caráter fragmentado, não reconhecendo o sujeito como um todo, e minimizando o atendimento perante as demandas dos adolescentes. (CARVALHO, 2013, p. 78)

Assim como Carvalho (2013) os/as autores/as Edenilza Gobbo e Crisna Maria Muller (2009), Leila Maria Torraca de Brito (2007), Fabio Silvestre Silva, Francisco Helder da Silva, Marcelo arruda Piccione e Roberta Freitas Lemos (2008), Maria Emilia Passamani e Edinete Maria Rosa (2009) falaram em suas obras sobre as medidas socioeducativas em meio aberto, com enfoque nas dificuldades e necessidades da execução da medida de liberdade assistida.

As autoras Claudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa e Simone Gonçalves de Assis (2006), por sua vez, destacaram as questões sobre a aplicação das medidas socioeducativas e sua importância. Em sua argumentação, apresentaram os fatores de proteção mais significativos ao desenvolvimento do adolescente em conflito com a lei, sendo eles: vínculos familiares fortes; êxito escolar; estabilidade; apoio mútuo; capacidade de tomar decisões; rotinas organizadas; compartilhamento de sentimentos; responsabilidade; autoestima; competência; religiosidade. Destes fatores, se aprofundaram nos três fatores, que com base nos limites de alcance das MSE, consideram ser de maior relevância: Fortalecimento de vínculos, autonomia e projeto de vida. Para as autoras, estes fatores são essenciais para que os adolescentes desenvolvam confiança em si e no meio em que vivem. Segundo as autoras, a promoção destes fatores:

pode resultar na aquisição de outros importantes recursos para que os adolescentes em situação de risco social desenvolvam a capacidade de resistir à destruição e a capacidade para se reconstruir, que constituem os dois componentes básicos da resiliência. (COSTA; ASSIS, 2006, p. 80)

Primordialmente, a execução das medidas socioeducativas deve garantir a promoção dos fatores protetivos. É necessário que se compreenda o contexto no qual o/a adolescente está inserido/a, quais as suas necessidades para além do ato infracional, qual a composição da rede de assistência que poderá ser acionada para que o atendimento aconteça de forma integral. Com base em Lisélen de Freitas Avila (2013, p. 43):

as medidas socioeducativas em meio aberto de PSC e LA requerem das entidades e serviços que as executam a articulação com os demais órgãos e serviços governamentais e não governamentais responsáveis pela garantia dos direitos da criança e do adolescente onde a família e a educação ocupam espaço fundamental. Dessa forma, o diálogo entre a escola e os serviços de execução das medidas socioeducativas em meio aberto é essencial para o sucesso da medida aplicada. As diferentes contribuições ampliam as possibilidades e apontam novos caminhos para o rompimento da prática infracional.

Abandonar o caráter sancionatório em prol do papel pedagógico delineado pelo SINASE é uma missão ainda em desenvolvimento. Dentre as obras selecionadas, separamos as contribuições das autoras Cândida Costa (2015), Olga Maria Pimentel Jacobina e Liana Fortunato Costa (2011), Edenilza Gobbo e Crisna Maria Muller (2011) que trabalham as questões implicadas neste recorte.

Sobre os desafios encontrados na implementação e efetivação da prática pedagógica, Costa (2015) trás sua contribuição alertando sobre o limite entre socializar e transformar os/as adolescentes. Segundo a autora, as tentativas de adequar os/as adolescentes tendem a despersonalizá-los. Devemos considerar as singularidades de suas aflições e experiências para planejarmos ações que sejam significativas.

Nesta mesma linha de raciocínio da prática pedagógica, Jacobina e Costa (2011) ressaltam que é necessário sair do papel passivo e assumir o papel ativo no acompanhamento dos/as adolescentes em conflito com a lei. Embora os avanços legislativos tenham sido significativos, na prática, na ação frente à criança e a/ao adolescente em situação de vulnerabilidade e/ou risco social ainda existe um longo percurso.

As autoras Gobbo e Muller (2011, p. 182) também reforçam a importância do olhar pedagógico nas medidas socioeducativas, afirmam que:

[...]o espaço do aprender é o próprio ser do individuo, pois é ali que ocorre o embate decisivo entre as diferentes influências, o que irá determinar o seu comportamento. Tal entendimento exige que não se subestime a experiência do educando, pois ela é tudo no processo educacional. Não que com isso o papel do mestre seja dispensável, pelo contrário.

Para as autoras, a prática pedagógica acontece quando se considera as subjetividades individuais em conjunto com a necessidade de aceitação e adaptação que o ser humano tem em relação ao meio que vive. Destacam que para o atendimento socioeducativo ser eficaz, é preciso que os olhares estejam voltados para a trajetória do adolescente em processo de desenvolvimento, suas relações e interligações com a realidade social.

Sobre a tomada de decisão referente a aplicação das medidas socioeducativas e suas consequências na vida dos/as adolescentes em conflito com a lei trazemos as autoras Maria Cristina Marushi e Ruth Estevão Marina Rezende Bazon (2013). Elas afirmam que identificar a medida que melhor se adeque ao/a adolescente, assim como sua amplitude, interfere diretamente nos resultados obtidos. Um atendimento que atenda as necessidades do/a adolescente de forma coerente pode contribuir no rompimento da prática infracional e auxiliar positivamente o processo de desenvolvimento do adolescente.

Por meio de exemplos de experiências bem-sucedidas, Claudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa (2005, p. 85-86) mostra o que tem dado certo no que tange a aplicação das medidas socioeducativas na busca de atingir seu objetivo pedagógico. Segundo a autora:

Ainda que a tese de continuidade e estabilidade da conduta infracional esteja presente no contexto socioeducativo, há que se considerar que outras trajetórias se delineiam enquanto possíveis, constituindo experiências de descontinuidade e mudança, apontando para outras direções, tornando factível a própria ideia que move o princípio socioeducativo: mudar é possível. Promover mudança é o que deve, portanto, vislumbrar o sistema socioeducativo.

A mudança que Costa (2005) propõe que deve ser vislumbrada pelo sistema socioeducativo, deve acontecer também no que tange as conceituações sobre o tema. As autoras Bianca Izoton Coelho e Edinete Maria Rosa (2013), ao trabalharem com as representações de adolescentes em LA, analisaram as representações sociais do ato infracional e medida socioeducativa e com isso, concluíram que o ato infracional ainda está condicionado ao crime adulto. Isto faz com que social e moralmente, não estejamos preparados para efetivamente agirmos acerca de direitos e deveres de adolescentes colocando-os como pessoas em condição de desenvolvimento. Afirmam ainda que:

Esse fato torna-se ainda mais preocupante, uma vez que nem mesmo os adolescentes conseguem se considerar providos de direitos e deveres. Assim, tem-se a impressão de que o ato infracional é mais um tipo de violência e, como toda violência, deve ser punida utilizando-se para isso de

qualquer meio. Não obstante, ai também esta inclusa a utilização de violência para o combate à violência. (COELHO; ROSA, 2013, p. 171)

A discussão aqui apresentada nos faz refletir sobre o paradigma existente entre teoria e prática. Embora na teoria tenhamos um avanço considerável referente às medidas socioeducativas, ainda temos um caminho longo e árduo para trilhar referente à prática. Caroline Santos de Viera (2009) argumenta que as decisões judiciais frente ao processamento e julgamento do/a adolescente que pratica o ato infracional devem ser subsidiadas pela instrumentação teórica elaborada no âmbito da ciência do direito, salvaguardando sempre o princípio da proteção integral.

Podemos, de forma resumida, afirmar que os/as autores/as até aqui apresentados, ressaltaram a necessidade de focar no princípio de proteção integral para se alcançar bons resultados com a execução das medidas socioeducativas. Destacaram também a importância de olharmos para o/a adolescente que pratica o ato infracional enquanto sujeito em situação peculiar de desenvolvimento, que tem suas subjetividades relacionadas às particularidades de seu cotidiano, necessitando assim de um planejamento individualizado para um atendimento eficaz.

2.5.1 O liame entre as produções acadêmicas e as especificidades do tema

A partir daqui, mostraremos com base na delimitação do tema, o que as produções selecionadas por meio da pesquisa bibliométrica trazem de contribuição para esta dissertação. Pontuaremos se as especificidades do tema e suas subáreas foram ou não abordadas, quais as deficiências e vantagens encontradas assim como as necessidades identificadas.

Com a leitura dos 27 referenciais, identificamos que apenas uma dissertação abordava diretamente as relações de gênero nas medidas socioeducativas em meio aberto e um artigo continha informações de gênero em seu conteúdo. Joana das Flores Duarte (2016, p. 95), em sua dissertação de mestrado intitulada: *Para além dos muros: As experiências sociais das adolescentes privadas de liberdade*, fala sobre as unidades de internação e relata:

No que se refere á discussão de gênero, enquanto fenômeno legal, dentre os motivos que justificam o atual modelo, a falta de parâmetros norteadores na legislação destinada às adolescentes permite a manutenção do modelo reformador, evidenciado pela pesquisa do CNJ ao afirmar que a falta de orientação e formação dos profissionais são um dos agravos que acarretam violações de direitos humanos nas unidades socioeducativas em todo Brasil.

A autora aponta questões como a invisibilização das adolescentes em restrição de liberdade, critica a perspectiva biologizante da normatização dos corpos, e faz considerações sobre identidade de gênero tomando como base grandes autores/as como Michel Foucault e Judith Butler.

Fernanda Ludke Nardi e Débora Dalbosco Dell'Aglio (2012) tinham como enfoque as percepções sobre as famílias dos/as adolescentes em conflito com a lei, porém é possível observar em vários apontamentos as questões de gênero e também de violência como podemos ver a seguir.

Um estudo feito com 50 meninas infratoras, que possuíam idades entre 13 e 20 anos, revelou a presença de violência intra e extra familiar no contexto em que as jovens viviam. As adolescentes estavam expostas a um contexto social e familiar caracterizado por agressões físicas, discussões verbais, ameaças, abuso sexual, envolvimento com o tráfico e uso de drogas, bem como escolhas amorosas por companheiros violentos e também envolvidos no mundo infracional. (NARDI; DELL'AGLIO, 2012, p. 183)

Embora estas duas obras apresentem informações que possibilitam o recorte de gênero, elas foram elaboradas com base nas medidas socioeducativas em meio fechado. Passando para a próxima subárea, buscamos nas obras selecionadas, informações sobre as relações de trabalho feminino na adolescência das meninas que cumpriram medida socioeducativa em meio aberto, mas não obtivemos sucesso. Nenhuma das obras estudadas abordou questões sobre o trabalho destas adolescentes. Podemos considerar, com base no resultado apresentado, que existe uma carência de produções que abordem o assunto.

Dentre as 26 referências, encontramos oito obras que, de alguma forma, traziam informações sobre as consequências das medidas socioeducativas em meio aberto na vida das adolescentes. O foco dos artigos escolhidos, em sua maioria, era as medidas socioeducativas de liberdade assistida e privação de liberdade. Todos apontaram que a educação, a família e o processo de (res)socialização interferem diretamente na prática infracional gerando consequências na vida dos/as adolescentes que nem sempre são positivas.

De acordo com Ivani Ruela de Oliveira Silva e Leila Maria Ferreira Salles (2012), Aline Fávaro Dias (2013) e Glaziela Cristiani Solfa Marques (2013), a educação e/ou ação educativa pode acarretar em inúmeras consequências na vida dos/as adolescentes que cometeram ato infracional. A escola e as instituições executoras das MSE possuem papel fundamental na formação de opinião e

superação das situações de conflito. Sobre o processo educativo, Marques (2013, p. 201) afirma que:

Compreende-se a ressignificação como processo desenvolvido junto ao adolescente, em que o mesmo possa refletir ao se deparar com suas limitações, suas ações, mas também com a descoberta de potencialidades, com novas formas de agir e estar no mundo. Nesse sentido o ato infracional é considerado como uma ocorrência na vida do adolescente, como uma situação a ser transposta. Deverá refletir sobre a sua realização, suas responsabilidades e implicações. Mas não ignora o contexto social em questão, nem tão pouco as situações de vulnerabilidades em que estão implicados, buscando uma problematização sobre as mesmas e alternativas ao seu sofrimento.

Para exemplificar como os problemas educacionais incidem na vida dos/as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, Dias (2013) ressalta que referente a escola, pesquisas de âmbito nacional indicam a repetência, a dificuldade em conseguir vagas e a evasão escolar como fenômenos comuns entre jovens que cometeram atos infracionais. A autora ressalta ainda que:

apesar da garantia da educação como um direito do público infanto-juvenil, diante dos dados apresentados, é possível perceber a dificuldade contrariando os direitos adquiridos e a tendência de democratização do acesso à escola. Tal exclusão pode significar limitar o desenvolvimento do indivíduo, impedindo-o, por exemplo, de construir novas significações sociais e adquirir consciência de sua situação através da intervenção escolar. (DIAS, 2013, p.74)

Para a autora, discutir a escola a partir da visão dos/as jovens que estão em conflito com a lei é muito importante porque pode contribuir para o entendimento do seu significado por estes/as adolescentes. Ao agregar significado a escola, ela passa a fazer sentido e até mesmo a fazer parte das vidas destes/as adolescentes acarretando inúmeros benefícios.

Mariana Friedrich Magro e Edenilza Gobbo (2007) por sua vez, trazem considerações a respeito da ressocialização, que mostram a importância de olharmos cuidadosamente para as medidas socioeducativas. Em casos nos quais a medida de liberdade assistida é aplicada como progressão da medida de internação, exige-se um comprometimento maior da sociedade e do poder público para que se atinjam os objetivos de acompanhamento efetivo que possibilite a ressocialização.

Outro autor que fala sobre a ressocialização é o Paulo Arthur Malvasi (2011), que argumenta a respeito dos/as adolescentes como sujeitos de direitos. O sistema socioeducativo, em sua opinião, deve representar para os/as adolescentes em conflito com a lei, a possibilidade de abandonarem as condutas desviantes e se perceberem parte da sociedade. Destaca ainda a importância de se trabalhar a

família, pois ela pode ser um fator de risco ou de proteção de acordo com cada situação.

Em concordância, nesta mesma linha de pensamento, as autoras Ana Paula Motta Costa e Juliana Maia Goldani (2015) concluem que a intervenção familiar é também uma forma de controle social no qual se impõe a normalidade e realiza-se a moralização que controla as massas. As famílias passam a ser fiscalizadas como forma de controlar as camadas mais pobres da sociedade.

Corroborando com esta ideia, Nardi e Dell'Aglio (2012) justificam que o comportamento violento de alguns/mas adolescentes autores/as de ato infracional pode ser explicado pelo padrão de relações estabelecidas dentro de sua família, assim como em suas relações sociais, reforçando assim a família como um fator importante nas consequências geradas pelas MSE na vida dos/as adolescentes.

Finalizando a análise da pesquisa bibliométrica podemos observar que o tema da dissertação não foi contemplado em sua plenitude. Ao focarmos a pesquisa no tema central medidas socioeducativas em meio aberto, as abordagens encontradas, em sua maioria, tratavam das medidas de liberdade assistida, deixando uma lacuna no que se refere às medidas de prestação de serviço à comunidade e as demais de meio aberto. Quando nos referimos às questões de gênero, pouco encontramos, sendo que a única obra a dar este enfoque se referia a meninas em medidas socioeducativas de internação.

Analisando este resultado, concluímos que existe a necessidade de pesquisas que abordem as medidas socioeducativas em meio aberto com enfoque de gênero, para que se possa subsidiar uma forma mais eficaz de garantia dos direitos destas/es adolescentes tirando-as/os desta condição de invisibilidade.

3 METODOLOGIA

Para relatar a metodologia aplicada na elaboração desta dissertação, inicialmente trazemos uma narrativa do percurso trilhado. Em seguida, elencamos os métodos e técnicas utilizados, realizamos uma breve apresentação sobre o município de Rio Branco do Sul – Paraná, aonde foi realizada a coleta de dados e por último descrevemos o universo da pesquisa.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: CAMINHO TRILHADO

A pesquisa aqui apresentada foi inicialmente pensada com o foco de mostrar um pouco sobre a realidade das meninas que cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Rio Branco do Sul – Paraná. Inicialmente, a escolha para *locus* de pesquisa foi o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS do Município de Rio Branco do Sul – Paraná. No primeiro momento, o público alvo escolhido foram as adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade e/ou liberdade assistida no CREAS no período de sua implantação que se deu em setembro de 2014 a dezembro de 2016.

Porém, ao ir a campo, os dados contidos nos documentos não foram suficientes para subsidiar a localização das adolescentes que já haviam se desligado da instituição, os telefones de contato estavam incorretos ou constantemente fora de área e os endereços estavam desatualizados. A busca por contato com as adolescentes para agendamento das entrevistas não trouxe bons resultados. Assim, foi necessário reestabelecer as delimitações da pesquisa.

Primeiramente, buscamos contato com as adolescentes que ainda estavam cumprindo as Medida Socioeducativa ou que possuíam algum vínculo com o CREAS. Estas adolescentes totalizavam seis, sendo que três delas estavam de licença maternidade, e três estavam em cumprimento. Das três em licença maternidade, uma concedeu entrevista e as outras duas não se conseguiu estabelecer contato por estarem em regiões de difícil acesso e sem rede telefônica. Entre as três em cumprimento, duas aceitaram participar da pesquisa e uma recusou-se.

Considerando que o número de meninas entrevistadas foi de apenas três dentre as vinte registradas, optou-se no mês de novembro de 2017 por entrevistar também os meninos. Porém, devido ao período de férias escolares, considerando que os locais que recebem os/as adolescentes para a prestação de serviço à comunidade, em sua maioria, são escolas, também não obtivemos sucesso.

O acesso a estes/as adolescentes fora dos locais de prestação de serviço à comunidade é difícil porque o contato via telefone ou visita domiciliar no município é precário. Por possuir uma vasta área territorial, com geologia diversificada e rica hidrografia, dentre outros fatores acumulados (como veremos no próximo item do capítulo) o acesso até as residências das/os adolescentes é complexo. Isto porque, alguns dos endereços elencados situam-se há mais de trinta quilômetros da região urbana da cidade, as estradas não possuem pavimentação, existe risco de erosão e alagamento, além da ausência de transporte público intramunicipal.

Ao nos voltarmos para o material coletado e analisar a riqueza dos dados obtidos nos processos de execução de Medidas Socioeducativas fornecidos pelo Ministério Público de Rio Branco do Sul, e já termos esgotado as possibilidades de busca para a realização de mais entrevistas, optou-se por utilizar somente os processos como fonte principal de informações para a pesquisa, descartando assim, as entrevistas.

Diante do exposto, delimitou-se como novo *lócus* da pesquisa o Ministério Público em conjunto com o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS do Município. Esta decisão possibilitou ampliar o público alvo, passando este a compreender todas/os as/os adolescentes que no período estipulado (setembro de 2014 a dezembro de 2016), receberam qualquer tipo de Medidas Socioeducativas em Rio Branco do Sul - PR. Isso totalizou 100 adolescentes.

O acesso aos dados do CREAS foi autorizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (anexo I) e a autorização para acessar aos processos foi dada pela Juíza de Direito alocada na Vara da Infância e da Juventude e da Família. Primeiro, realizamos a coleta de dados no CREAS onde digitalizamos os Planos Individuais de Atendimento – PIA de todas as meninas que foram atendidas pela instituição no período estipulado. Nesta etapa, realizamos também as tentativas de localização destas adolescentes por contato telefônico e visita domiciliar.

A coleta de dados no Ministério Público durou de junho de 2017 a janeiro de 2018, totalizando oito meses, pois os dias e horários de acesso disponíveis eram agendados conforme a demanda do fórum. A busca foi realizada, por intermédio de uma técnica judiciária, no sistema PROJUDI, que apresentava como delimitador de pesquisa o acesso aos processos em andamento ou arquivados no período escolhido, mas trazia como resultado todas as inserções processuais registradas, referente aos quatro municípios atendidos pelo Fórum. A seleção dos processos que correspondiam aos/as adolescentes de Rio Branco do Sul foi realizada manualmente, com a abertura individual de cada ocorrência.

Os processos de execução de medida socioeducativas não possuem um padrão de registro, as informações são inseridas de formas variadas, o que dificultou a localização das informações. As informações que não conseguimos localizar nos registros do MP, recorremos aos Planos de Individuais de Atendimento elaborados pelo CREAS, em casos de adolescentes que foram atendidos por ambas as instituições. Concluída a coleta e com a inviabilidade das entrevistas, realizamos a tabulação dos dados. Com isso, baseando-se na análise de conteúdo, realizamos a categorização e análise das informações obtidas que serão abordadas no próximo capítulo.

3.2 MÉTODOS E TÉCNICAS APLICADOS NA PESQUISA

O Serviço Social enquanto uma profissão que visa, através de suas ações, auxiliar na garantia, manutenção e aquisição de direitos, aborda diretamente questões sociais que afligem seus profissionais e público atendido. Não é de se estranhar que inúmeros questionamentos surjam e despertem o interesse de pesquisa, isto por que segundo Minayo (2001, p. 25, grifos da autora)

[...] o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementariedade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam.

Voltando-se para uma das inquietações levantadas na atuação profissional, optou-se por desenvolver esta dissertação no formato de pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo (2001) nos possibilita abranger um universo de significados que estão para além da quantificação dos dados.

Por ter como um de seus objetivos identificar os fatores que de alguma forma influenciaram ou contribuíram para o fenômeno estudado, esta pesquisa se desenvolve, em grande parte, como explicativa. Gil (1991) descreve que a pesquisa explicativa busca aprofundar os conhecimentos sobre a realidade estudada no intuito de encontrar os por quês das coisas.

Para a fundamentação teórica desta dissertação realizou-se a pesquisa bibliográfica analisando os artigos, livros e textos científicos relevantes para o tema. Em conjunto, realizou-se também a pesquisa documental, que segundo Gil (1991) diferencia-se da bibliográfica na questão da natureza das fontes, pois a bibliográfica se origina de materiais já organizados e publicados enquanto a documental é realizada a partir de instrumentos institucionais, documentos, materiais não sistematizados ou publicados.

Ao escolher a metodologia de análise para os dados coletados com esta pesquisa, consideramos adequada à análise de conteúdo proposta por Bardin (2009) por observar que esta melhor atende as necessidades apresentadas nesta pesquisa. Na análise de conteúdo tem-se como objeto de estudo o registro em si, seja este em documento, texto ou fala. Para sua aplicação são estabelecidas três etapas: 1 – definição de uma unidade de análise; 2 – determinação das categorias a serem analisadas, e; 3 – seleção de uma amostra de material a ser analisado. Segundo a autora, este tipo de análise pode ser aplicado em pesquisas quantitativas, qualitativas ou mistas sem qualquer prejuízo. Enquanto método se torna um conjunto de técnicas de análise das comunicações utilizando-se de procedimentos objetivos e sistemáticos para descrever o conteúdo presente nas mensagens.

Para Bardin (2009) a análise de conteúdo enriquece a análise de dados obtidos por meio de documentos, pois trabalha as mensagens contidas no material. Enquanto o objetivo da análise documental tem como objetivo a condensação das informações para fins de consulta e arquivamento, a análise de conteúdo busca a manipulação das mensagens contidas nos documentos, resgatando a expressão deste conteúdo para evidenciar os indicadores que possibilitam inferir sobre realidades além da apresentada na mensagem.

Na análise de conteúdo as fases da organização da pesquisa auxiliam no trajeto a ser percorrido até a interpretação dos dados obtidos. Desde a codificação, com a realização do recorte, da enumeração, da classificação e agregação, Bardin

(2009) apresenta detalhadamente cada passo a ser dado. Com a apresentação de exemplos da aplicabilidade de cada etapa a ser realizada, a autora mostra de forma clara como executar a análise de conteúdo permitindo que mesmo pesquisadores/as iniciantes consigam se beneficiar de sua teoria.

Assim, para esta pesquisa adotaremos a análise de conteúdo e dentro do seu conjunto de técnicas de análise utilizaremos a de análise por categorias que segundo a autora

No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é de citar em primeiro lugar: cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou *análise temática*, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (Sic) (significações manifestas) e simples. (BARDIN, 2009, p. 153, grifos da autora)

Por considerarmos a obra da autora consistente em seu rigor metodológico, sendo ela uma das principais referências sobre análise de conteúdo, nos basearemos em sua teorização para o desenvolvimento desta pesquisa. Esta metodologia nos permite observar as subjetividades apresentadas, sistematizando de forma objetiva as falas, nos aproximando ao máximo da realidade do fato em questão. Segundo Oliveira (2017, p. 87):

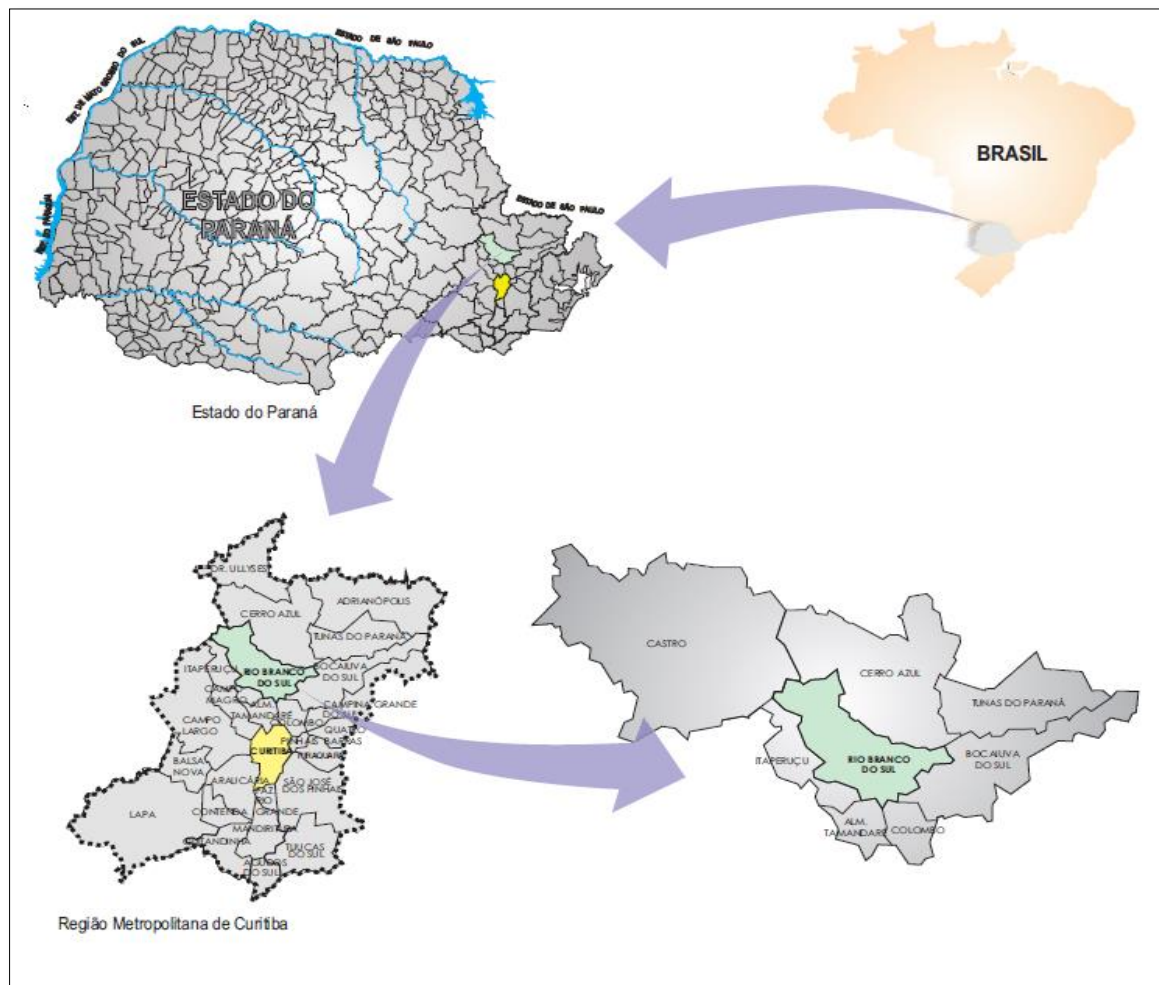
[...] a análise de conteúdo busca trazer à tona aquilo que está por trás do significado das palavras, através de técnicas como pré-análise que é o momento em que todo o material é separado e organizado. Busca-se que os conteúdos selecionados não sejam classificados em uma mesma categoria, tendo o cuidado que todo o material seja trabalhado de forma exhaustiva para que nenhuma parte sofra a omissão; na leitura flutuante o/a pesquisador/a terá maior propriedade do material explorado, para construir indicadores, que auxiliarão no processo de decodificação dos dados, que serão transformados e juntados nas categorias de análise.

Assim, a categorização dos dados de forma objetiva viabilizará um melhor aproveitamento do conteúdo analisado ampliando a perspectiva sobre o fenômeno estudado. Antes de falarmos sobre o universo da pesquisa, consideramos importante apresentar o município de Rio Branco do Sul – Paraná mostrando um pouco sobre sua história, seu desenvolvimento e território, possibilitando ao leitor uma aproximação com a conjuntura local.

3.3 CAMPO DE PESQUISA: O CENÁRIO DE RIO BRANCO DO SUL - PARANÁ

Localizado na região de Curitiba e do Vale do Ribeira, no estado do Paraná, o município de Rio Branco do Sul possui uma população estimada em 28.005 habitantes de acordo com o último senso em 2010. Inicialmente chamada de Votuverava, a cidade recebeu o nome atual em homenagem ao Barão do Rio Branco, acrescida da palavra “Sul” para se diferenciar da capital do Acre. Sua origem deu-se em prol das expedições exploratórias de ouro, sendo declarada oficialmente como cidade politicamente autônoma em 10 de outubro de 1947¹¹. Conforme disponibilizado no Plano Diretor Municipal, podemos na Figura 1: Localização, observar geograficamente a localização do município em relação ao país, estado e região metropolitana.

Figura 1 - Localidade



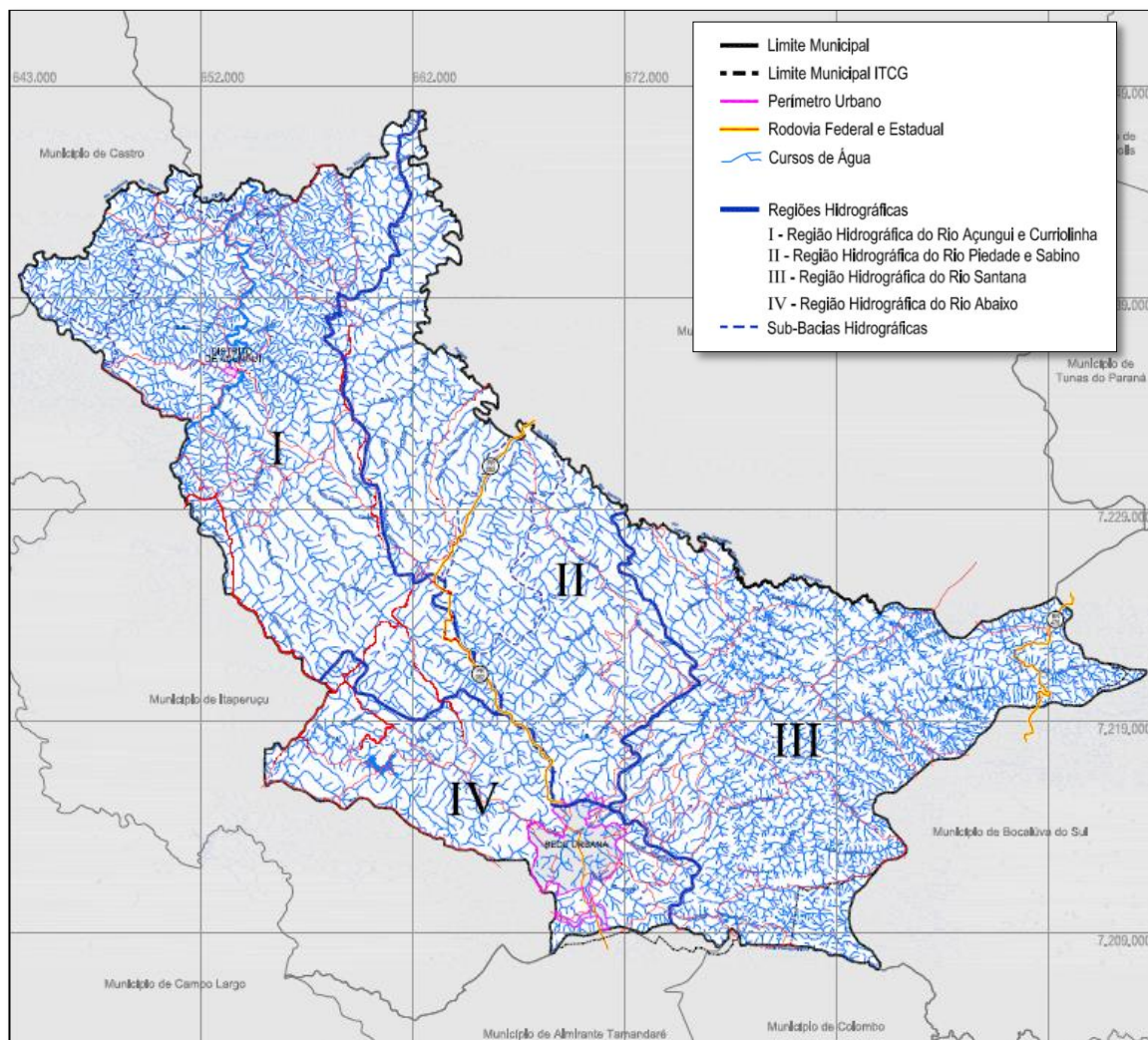
Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul e PARANACIDADE, 2010.

¹¹ Dados extraídos da página da Prefeitura de Rio Branco do Sul: <http://riobrancodosul.pr.gov.br/historia/>

No que tange a economia local o setor industrial é aquecido pela extração e refinaria de minérios não férreos. Na cidade está instalada a maior fábrica de cimentos da América Latina, pertencente a empresa Votorantim, sendo esta detentora exclusiva da concessão de uso da malha ferroviária do município. A extração de pedras e outros minerais também ocorrem, porém com incidência nos empreendimentos de pequeno porte, geralmente familiares.

Em sua vasta expansão territorial, a área rural é predominante e com pouca infraestrutura. Esses são alguns dos fatores que influenciam no desenvolvimento das atividades da população e dos profissionais da região, no que tange a acessibilidade e mobilidade. De acordo com o Plano Diretor Municipal, a região apresenta grande incidência hídrica, sendo possível afirmar que existem mais cursos de água do que ruas na cidade, conforme podemos observar na Figura 2.

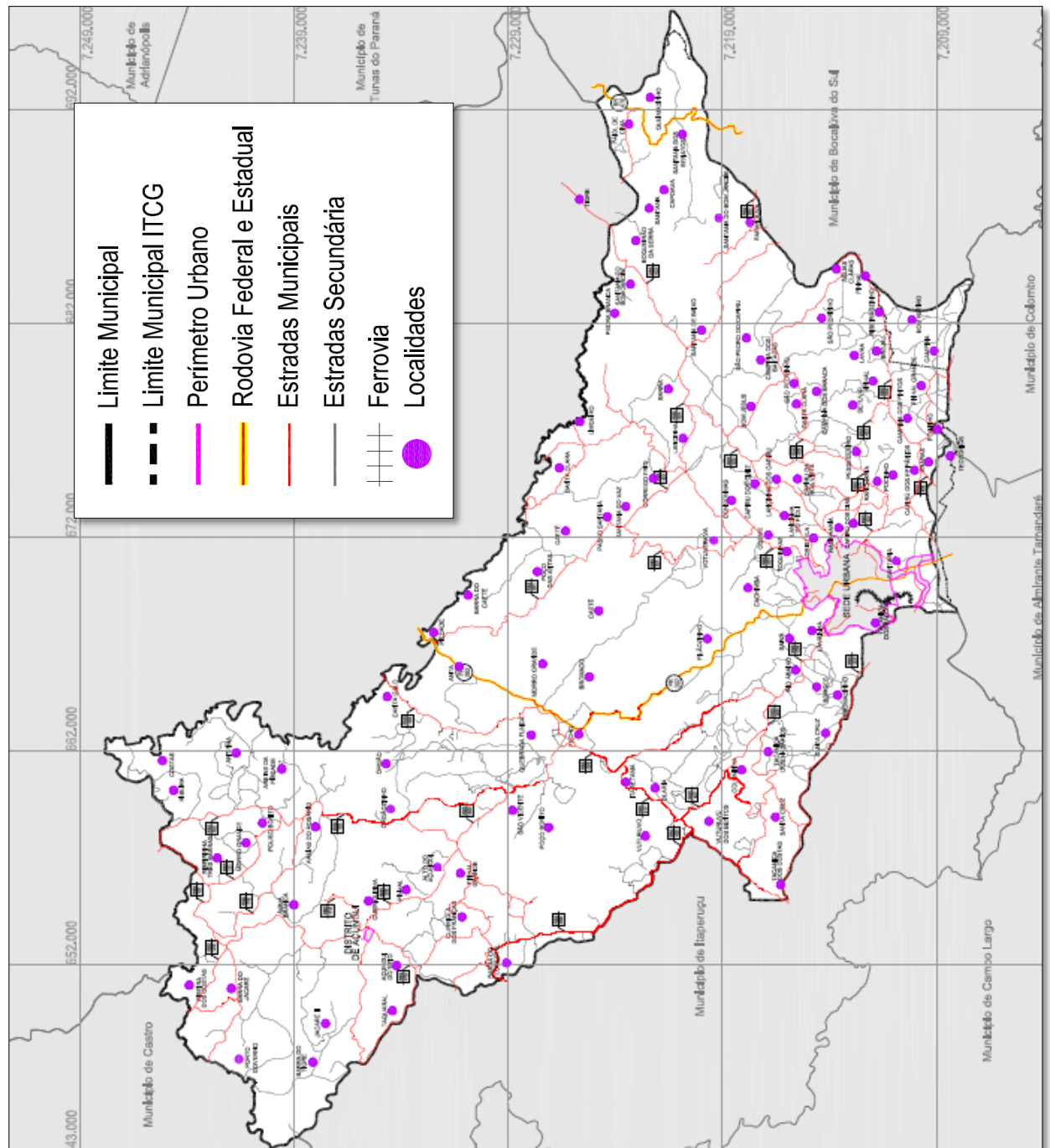
Figura 2 – Regiões hidrográficas e hidrografia



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul e PARANACIDADE, 2010.

Conforme podemos verificar na Figura 3 a sede urbana possui pequena extensão e localiza-se próxima a entrada principal da cidade, possui maior número localidades rurais do que urbanas e ambas ainda estão em desenvolvimento.

Figura 3 - Localidades rurais



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul e PARANACIDADE, 2010.

Apresentada a conjuntura local, passaremos agora para a abordagem referente ao universo da pesquisa.

3.4 UNIVERSO DA PESQUISA E OS/AS ADOLESCENTES PESQUISADOS/AS

A consulta aos processos de execução de medidas socioeducativas foi norteada pelos princípios éticos e profissionais do serviço social. Com autorização do Ministério Público de Rio Branco do Sul foi realizada a coleta de dados sobre os/as adolescentes que receberam medidas socioeducativas no período de setembro de 2014 a dezembro de 2016, resguardando-se o compromisso de manter sigilo sobre a identidade dos sujeitos da pesquisa. Para a consulta aos Planos Individuais de Atendimentos elaborados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS foi necessário à autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social. As autorizações foram digitalizadas e constam no fim da dissertação como apêndices 1 e 2.

No total, após análise individual de cada processo tivemos como resultado dados de 100 (cem) adolescentes: 25 (vinte e cinco) meninas e 75 (setenta e cinco) meninos. Inicialmente os registros mostravam 102 processos, porém dois foram descartados por não atenderem ao objetivo: um foi inserido com o nome errado gerando duplicidade e outro foi inserido na Vara incorreta não estando disponíveis as informações necessárias. Sobre cada adolescente foram coletados os seguintes dados: nome completo; medida socioeducativa recebida; ato infracional praticado; idade na prática do ato; local em que cometeu o ato; com quem cometeu o ato; endereço residencial; responsável legal no processo; situação escolar; medida de proteção recebida, e; situação processual. A tabulação destes dados, o cruzamento das informações e a análise dos mesmos veremos a seguir no capítulo 4.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para a apresentação e análise dos dados, dividimos o conteúdo em categorias que foram delimitadas de acordo com o agrupamento dos assuntos. Buscamos assim, responder aos objetivos desta pesquisa. As categorias elencadas foram: atos infracionais e as medidas socioeducativas; situação escolar e medidas protetivas; família, comunidade e processo de execução de medidas socioeducativas, e; situação processual.

Para a elaboração dos quadros, utilizamos como valores os nomes das/os adolescentes, por este ser o dado que não se repete e por estar presente em todo o universo da pesquisa. Os nomes não serão divulgados por questão de sigilo profissional. Como rótulo de coluna, utilizamos o sexo como dado fixo e a categoria em questão como dado rotativo. Como formato padrão para todos os quadros, utilizamos a letra F para feminino, M para masculino e T para total.

4.1 ATOS INFRACIONAIS E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Nesta categoria, utilizamos o universo da pesquisa totalizando 100 (cem) adolescentes, sendo 25 (vinte e cinco) meninas e 75 (setenta e cinco) meninos. Começaremos apresentando as medidas socioeducativas aplicadas as/os adolescentes no período de setembro de 2014 à dezembro 2016, no Município de Rio Branco do Sul – Paraná. Conforme mostra o quadro 2, foram aplicadas cinco tipos de medidas, quatro em meio aberto e uma em meio fechado.

Quadro 2 – Medidas socioeducativas por tipo e sexo

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	F	M	T
Advertência	4	23	27
Advertência + Prestação de serviço à comunidade	1	2	3
Liberdade assistida	1	0	1
Liberdade assistida + Prestação de serviço à comunidade	0	1	1
Prescreveu (inquérito não concluído)	2	1	3
Prestação de serviço à comunidade	17	37	54
Prestação de serviço à comunidade + Restrição de liberdade + Liberdade assistida	0	1	1
Reparação de dano	0	1	1
Restrição de liberdade	0	7	7
Restrição de liberdade + Advertência + Prestação de serviço à comunidade	0	1	1
Restrição de liberdade + Prestação de serviço à comunidade	0	1	1
TOTAL GERAL	25	75	100

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

Os dados mostraram que o número de meninos com processo de execução de medidas socioeducativas no período da pesquisa, é o triplo do número de meninas. Este dado pode refletir a questão dos espaços ocupados por ambos, fazendo referência novamente ao âmbito privado e público. Direta ou indiretamente, as relações sociais atribuem a estas/es adolescentes, papéis que imbuem as mulheres em relação ao cuidado e ao homem em relação ao provimento financeiro conforme afirmou Louro (2002). Os desdobramentos desta questão restringem às meninas a esfera doméstica e em alguns casos ao espaço escolar, enquanto aos meninos é vislumbrado o espaço público seja para atividades de lazer ou laborativas.

De acordo com os dados levantados, a medida socioeducativa mais aplicada às meninas e meninos foi a de prestação de serviço à comunidade que corresponde ao objetivo pedagógico do SINASE, priorizando as medidas em meio aberto em detrimento às medidas em meio fechado. A segunda medida mais aplicada, também foi igual para as meninas e meninos, foi a de advertência. As medidas de restrição de liberdade ocorreram com menor incidência, porém, por sua aplicação estar relacionada a infrações que expõem a sociedade a riscos, trataremos um pouco sobre elas.

Entre os meninos foram aplicadas nove medidas de restrição de liberdade, sendo que duas foram alteradas para prestação de serviço à comunidade, uma por progressão e outra por ausência de vagas no Centro de Socioeducação (CENSE). No que tange aos atos infracionais que culminaram nestas medidas, três deles foram roubos agravados pelo emprego de arma de fogo, outros três por homicídio, um por tentativa de homicídio, um por ameaça e um por tráfico de drogas. Constatou-se também que entre as meninas não houve a aplicação de medidas de restrição de liberdade parcial ou total. Este dado nos leva a concluir que os atos infracionais cometidos pelas meninas são mais leves do que os cometidos pelos meninos.

Conforme consta no ECA, quando se faz necessário é permitido a aplicação de duas ou mais medidas socioeducativas a um/a adolescente por um mesmo ato infracional. Dentre o público pesquisado, isto ocorreu com seis meninos e uma menina. No caso da menina, as medidas aplicadas foram de advertência e prestação de serviço à comunidade, sendo que para os meninos envolvia liberdade assistida, restrição de liberdade e prestação de serviço à comunidade. Embora as

medidas socioeducativas mais aplicadas tenham sido iguais para ambos os sexos, os atos infracionais praticados não foram os mesmos, conforme veremos no próximo item do capítulo. Outra informação sobre a aplicação das medidas socioeducativas foi do tempo de duração, conforme podemos observar a seguir, no quadro 3:

Quadro 3 - Tipo e tempo de medida socioeducativa por sexo

TIPO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	NÃO DETERMINADO			NO ATO			1 MÊS			2 MÊSES			3 MÊSES			4 MÊSES			5 MÊSES			6 MÊSES			TOTAL GERAL		
	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T
Advertência	0	0	0	4	23	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	23	27	
Advertência + PSC*	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	1	2	3	
Liberdade assistida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
Liberdade assistida + PSC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	
Prescreveu	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	
Prestação de serviço à comunidade (PSC)	0	1	1	0	0	0	0	1	1	8	17	25	5	7	12	4	6	10	0	1	1	0	4	4	17	37	54
PSC + Restrição de liberdade + Liberdade assistida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1**	1		
Reparação de dano	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1		
Restrição de liberdade	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7***	7		
Restrição de liberdade + PSC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1		
Restrição de liberdade + Advertência + PSC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1		
Total	2	5	7	4	23	27	1	1	2	8	17	25	5	7	12	5	9	14	0	1	1	0	6	6	25	75	100

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

*Prestação de Serviço à Comunidade - PSC

**Tempo de medida socioeducativa aplicada de dezoito meses

***Tempo de medida socioeducativa aplicada de doze meses

A aplicabilidade das medidas socioeducativas está relacionada com o seu objetivo em levar a/o adolescente a refletir sobre o ato infracional cometido. Assim, a agilidade em apurar os fatos e determinar qual a medida adequada é fundamental. Com base nos dados podemos observar que duas meninas e um menino tiveram os processos prescritos em decorrência dos inquéritos não terem sido concluídos. Por este motivo não receberam medida socioeducativa.

A medida de advertência é aplicada no ato da oitiva informal, que, de acordo com o ECA resulta em admoestação verbal e orientação por escrito, foi aplicada a quatro meninas e vinte e três meninos, totalizando vinte e sete adolescentes. Outra medida que ocorre no ato da oitiva informal é a de reparação de dano, que consiste em acordo entre as partes envolvidas. Dentro do período da pesquisa esta medida só foi aplicada uma vez, a um menino.

A duração das medidas socioeducativas estudadas, com exceção das concluídas no ato, variam de um mês a um ano e seis meses. De acordo com os dados tabulados, a maior incidência é de dois e quatro meses, tanto para as meninas como para os meninos. A maior duração de medida socioeducativa apresentada foi de um ano e seis meses, a um menino que recebeu a medida de prestação de serviço à comunidade e posteriormente a de restrição de liberdade e progressivamente a de liberdade assistida.

Ao observarmos no quadro 3 os índices relacionados as meninas, a maior duração de medida socioeducativa aplicada foi de quatro meses, sendo uma de liberdade assistida e quatro de prestação de serviço à comunidade. Porém, a duração de medida mais aplicada foi a de dois meses, sendo todas as oito de prestação de serviço à comunidade.

Vale ressaltar que as medidas socioeducativas são aplicadas de acordo com a gravidade do ato infracional praticado pela/o adolescente e pelo risco que oferece ou não à sociedade. Para visualizarmos melhor esta questão, traremos agora no quadro 4, que mostra quais os atos infracionais foram cometidos pelas/os adolescentes da pesquisa e as medidas socioeducativas a eles aplicadas.

Quadro 4 – Medida socioeducativa e ato infracional por sexo

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	ATO INFRACIONAL	F	M	T
Advertência	Dirigir sem habilitação	0	7	7
	Dirigir sem habilitação + Receptação	0	2	2
	Lesão corporal	2	3	5
	Uso de drogas	0	5	5
Advertência + Prestação de serviço à comunidade	Furto	0	2	2
	Lesão corporal	1	0	1
Liberdade assistida	Lesão corporal	1	0	1
Liberdade assistida + Prestação de serviço à comunidade	Roubo majorado pelo emprego de arma e concurso de agentes	0	1	1
Prescreveu	Ameaça	2	0	2
	Dirigir sem habilitação + Receptação	0	1	1
Prestação de serviço à comunidade + Restrição de liberdade + Liberdade assistida	Lesão corporal + Uso de Drogas + Ameaça	0	1	1
Prestação de serviço à comunidade	Dirigir sem habilitação	0	4	4
	Lesão corporal	13	3	16
	Perturbação do sossego	0	5	5
	Uso de drogas	0	3	3
Reparação de dano	Dano	0	1	1
Restrição de liberdade	Homicídio	0	2	2
	Porte de arma de fogo + Tentativa de homicídio	0	1	1
	Roubo majorado	0	3	3
	Tráfico de drogas	0	1	1
Restrição de liberdade + Prestação de serviço à comunidade	Roubo + Ameaça	0	1	1
Restrição de liberdade + Advertência + Prestação de serviço à comunidade	Homicídio	0	1	1
Total *		19	47	66

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

*Total dos atos infracionais de maior incidência. Ver tabela completa no Anexo 3.

Conforme os dados apresentados, podemos observar que foram cometidos vinte e dois tipos de ato infracional e em alguns casos, mais de um ato por adolescente. Conforme o ECA, os atos infracionais são análogos aos crimes cometidos pelas pessoas maiores de dezoito anos. Uma das características que os diferencia é que como consequência dos atos infracionais temos as medidas socioeducativas que devem manter o caráter pedagógico em detrimento ao punitivo.

Foram contabilizados vinte e dois atos infracionais diferentes. Destes, os meninos praticaram vinte e um enquanto as meninas apenas cinco. O único ato não praticado pelos meninos foi o de injúria. Ao analisar os atos praticados, percebeu-se que se agrupam no que tange a agressividade da ação, ao risco e ao dano oferecido à sociedade. Observou-se que os atos de maior violência e que oferecem maior risco à sociedade, tais como homicídio simples ou qualificado, tentativa de homicídio, roubo com porte de arma de fogo e tráfico de drogas foram cometidos por meninos, o que reforça os estereótipos de gênero. A agressividade traduzida nas ações dos meninos, quando se evoca os papéis, esperando-se que os “homens” não devem levar desaforo para casa e devem assumir o papel de força, cria um ambiente propício a tais atitudes. Este fator não impede que as meninas também desenvolvam comportamentos violentos.

Voltando nossos olhares para os dados referentes aos meninos, o ato infracional com maior incidência foi o de dirigir sem habilitação, totalizando dezesseis ocorrências. Deste total, onze adolescentes cometeram o ato isoladamente, sendo que sete receberam a medida socioeducativa de advertência e quatro a de prestação de serviço à comunidade. Três adolescentes, além de dirigir sem habilitação cometeram o ato de receptação, dois deles receberam a medida de advertência e um o processo prescreveu sem aplicação de medida socioeducativa. Sobre as duas últimas ocorrências, uma foi acrescida de atropelamento e a outra de uso de drogas, ambas receberam a medida de prestação de serviço à comunidade.

Ao olharmos o quadro 5, podemos concluir que os meninos praticaram uma variedade maior de atos infracionais que as meninas. Dentre os vinte e dois tipos de ato infracional ocorridos, os meninos praticaram vinte e um, enquanto as meninas somente cinco. O Ato mais praticado pelos meninos, dirigir sem habilitação, no período da pesquisa, não foi cometido pelas meninas. Resta o questionamento sobre as razões pelas quais as meninas (sem idade para tal) não se utilizam de motocicletas para se locomover. Este fato demonstra que os meninos tem mais

liberdade de circular pela comunidade.

Destacaremos agora as duas medidas socioeducativas de maior incidência, a medida de advertência, no quadro 5, e a de prestação de serviço à comunidade no quadro 6.

Quadro 5 - Medida socioeducativa de advertência

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	ATO INFRACIONAL	F	M	T
Advertência	Associação para o tráfico de drogas	0	1	1
	Dano	0	1	1
	Dirigir sem habilitação	0	7	7
	Dirigir sem habilitação + Receptação	0	2	2
	Injúria	1	0	1
	Injúria + Ameaça	1	0	1
	Lesão corporal	2	3	5
	Perturbação do sossego	0	2	2
	Tráfico de drogas	0	1	1
	Uso de artefato explosivo	0	1	1
	Uso de drogas	0	5	5
Advertência + Prestação de serviço à comunidade	Furto	0	2	2
	Lesão corporal	1	0	1
TOTAL		5	25	30

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

Os dados do quadro 5 nos mostram que as cinco meninas que receberam medida socioeducativa de advertência, cometeram apenas três tipos de ato infracional: injúria; ameaça, e; lesão corporal. Já os meninos que receberam esta mesma medida, cometeram dez tipos de ato: associação para o tráfico de drogas; dano; dirigir sem habilitação; receptação; lesão corporal; perturbação do sossego; tráfico de drogas; uso de artefatos explosivos; uso de drogas, e; furto.

Embora exista o ECA e o SINASE para orientar a execução das medidas socioeducativas, estes documentos são apenas norteadores para as ações, cabe a autoridade responsável na oitiva informal, decidir qual à medida que se adequa melhor a situação da/o adolescente. Deve-se avaliar as condições da/o adolescente de cumprir a medida imposta assim como se seu resultado atingirá o objetivo pedagógico. Gallo e Williams (2005) ressaltam que os fatores de risco aos quais as/os adolescentes estão expostos devem ser analisados e contrabalanceados com o fortalecimento dos fatores de proteção, para que as motivações que as/os levam a ter comportamentos desviantes sejam anulados.

Vejamos agora os dados sobre a medida de prestação de serviço à comunidade e os atos infracionais.

Quadro 6 – Medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	ATO INFRACIONAL	F	M	T
Prestação de serviço à comunidade + Restrição de liberdade + Liberdade assistida	Lesão corporal + Uso de Drogas + Ameaça	0	1	1
Prestação de serviço à comunidade	Ameaça	1	1	2
	Ameaça + Lesão corporal	0	1	1
	Dano qualificado	0	1	1
	Desacato	0	1	1
	Desacato + Porte de arma de fogo	0	1	1
	Dirigir sem habilitação	0	4	4
	Dirigir sem habilitação + atropelamento	0	1	1
	Dirigir sem habilitação + Uso de drogas	0	1	1
	Furto	0	2	2
	Injúria + Ameaça	2	0	2
	Lesão corporal	13	3	16
	Perturbação do sossego	0	5	5
	Porte de arma de fogo	0	1	1
	Porte de arma de fogo + Roubo	0	2	2
	Receptação	0	3	3
	Roubo	0	2	2
	Roubo + Ameaça	1	0	1
	Roubo + Ameaça + Porte de arma	0	1	1
Tentativa de roubo	0	1	1	
Tráfico de drogas	0	2	2	
Uso de drogas	0	3	3	
TOTAL		17	38	55

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

Como podemos observar no quadro 6, entre as meninas, o ato infracional de maior incidência na medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade é o de lesão corporal, sendo que treze das vinte e cinco meninas o cometeram. Entre os meninos, nesta medida, o ato infracional mais cometido foi o de perturbação do sossego, seguido pelo de dirigir sem habilitação. Observamos ainda que dentre os trinta e oito meninos que receberam esta medida, oito praticaram mais de um ato infracional e entre as meninas, três do total de dezessete.

Os atos infracionais podem ser interpretados de formas variadas e receber medidas socioeducativas diferentes de acordo com seu impacto ou gravidade conforme abordado anteriormente. Este fato fica evidente quando observamos a conjuntura e/ou descrição do ato cometido. Como exemplo, podemos pegar o ato de lesão corporal, que entre as meninas foi de baixa gravidade e dentre os meninos de média a alta gravidade. Embora o ato infracional seja o mesmo, a intensidade é diferente. Este fato reforça o argumento de que os meninos são mais viris, mais fortes e, por isso, mais agressivos.

Outra informação extraída dos processos de execução de medida

socioeducativa foi sobre a prática do ato infracional, se as/os adolescentes agiram sozinhas/os ou com cúmplices.

Quadro 7 – Cúmplices

CÚMPLICES	F	M	T
1 Adolescente	10	15	25
1 Adolescente e 1 adulto	0	2	2
1 Adolescente e 2 adultos	0	1	1
1 Adulto	0	1	1
13 Adolescentes	0	1	1
2 Adolescentes	2	9	11
2 Adolescentes e 1 adulto	0	1	1
3 Adolescentes	0	5	5
4 Adolescentes	0	1	1
5 Adolescentes	0	1	1
Nenhum	13	38	51
TOTAL	25	75	100

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

Nos processos de execução de medida socioeducativa o registro do ato infracional cometido pelas/os adolescentes é composto pelo boletim de ocorrência e as declarações realizadas na oitiva informal. Foi nestes registros que encontramos os dados para a elaboração do quadro 7, que nos mostram a maior concentração de adolescentes cometendo o ato sozinhas/os. A participação de adultos no ato infracional também foi identificada.

O quadro 7 nos mostra que apenas os meninos praticaram o ato infracional com a participação de adultos. A incidência da prática com mais de um/a adolescente aparece em segundo lugar, sendo dez das vinte e cinco meninas e quinze dos setenta e cinco meninos. Em terceiro lugar aparecem as ocorrências do ato infracional praticado com mais dois/duas adolescentes. Na maioria dos casos não foi possível identificar se os/as adolescentes que agiram como cúmplices receberam a mesma medida socioeducativa.

Um dos casos que nos despertou a atenção foi o do adolescente que praticou o ato infracional em conjunto com mais treze adolescente. Como o local do ato foi na cidade de Curitiba e os adolescentes não residiam em Rio Branco do Sul, não conseguimos acesso a dados sobre eles. As medidas socioeducativas devem, sempre que possível, serem aplicadas no município em que a/o adolescente reside e não necessariamente no local do ato infracional, com exceção a medida de reparação de dano.

Questões relacionadas à educação escolar apareceram em diversos momentos durante a pesquisa. No próximo item mostraremos algumas destas questões e sua relação com as demais categorias estudadas.

4.2 SITUAÇÃO ESCOLAR E MEDIDAS PROTETIVAS

Ao olhar para as/os adolescentes, considerando a sua situação de pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, observamos que a sua educação é formada nos diversos âmbitos sociais. Tanto em casa com a família, na comunidade em que reside ou na escola, a educação deve ser gerida em prol de colaborar para o seu desenvolvimento de forma integral. Assim, quando olhamos os dados sobre o local em que as/os adolescentes cometeram o ato infracional, podemos observar sua relação com a sociedade. Para explicar esta relação, segue o quadro 8.

Quadro 8 – Local do ato infracional

LOCAL DO ATO	F	M	T
Bairros	21	39	60
Centro	2	16	18
Outras cidades (Cerro Azul, Curitiba e Itaperuçu)	1	10	11
Zona rural	1	10	11
TOTAL	25	75	100

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

As nomenclaturas “bairro” e “zona rural” foram contabilizadas de acordo com o Plano Diretor Municipal de Rio Branco do Sul. Com base nos endereços do ato, que constam nos processos, fizemos a tabulação. Segundo o Plano Diretor Municipal, a nomenclatura bairro compreende todas as regiões habitadas do município e zona rural todas as áreas que possuem produção agrícola. Áreas de periferia não foram descritas e dentro da área urbana existem faixas de zona rural. O item “outras cidades” foi colocado por ter a ocorrência de atos infracionais nas cidades de Cerro Azul, Curitiba e Itaperuçu por adolescentes que residem em Rio Branco do Sul.

Os dados mostram que o maior índice de ato infracional ocorre nos bairros. Das sessenta ocorrências nos bairros, dezesseis aconteceram dentro das escolas. As meninas, em sua maioria cometem o ato na região em que residem e os meninos em regiões próximas. No que se refere às meninas este fato está ligado ao tipo de ato infracional mais praticado por elas, que é o de lesão corporal decorrente de brigas com as/os vizinhas/os. O segundo maior índice se diferencia das meninas

para os meninos. As meninas cometeram mais atos infracionais na escola e os meninos no centro da cidade. Este fato, mais uma vez, reflete o tipo de ato infracional praticado.

No que tange ao ato infracional de roubo, pode-se observar que, em sua maioria, ocorreram na região central e foram praticados por meninos. Este resultado pode ter sido propiciado pelo fato da região central estar localizada na entrada da cidade e concentrar grande parte do comércio. Outro fator relevante é que esta é uma das poucas localidades onde existe transporte coletivo, que embora não seja intramunicipal, percorre os bairros urbanos.

O registro dos locais em que os atos infracionais aconteceram mostram as meninas os cometeram predominantemente na região domiciliar ou escolar. Os tipos de ato infracional associados a localização, reforçam a informação apontando briga com as/os vizinhas/os e briga com outras meninas na escola, com maior incidência. Em relação aos meninos, observou-se que o espaço público ganhou destaque estando relacionado aos atos de dirigir sem habilitação e roubo. Quando falamos do local aonde as/os adolescentes cometeram o ato infracional, vemos a questão dos papéis sociais. Mesmo que não apareça de forma explícita, podemos observar que os fatos que envolvem as meninas são mais do âmbito do espaço privado e o que envolve os meninos mais do espaço público, evidenciando a abordagem realizada por Louro (2002), conforme referenciado anteriormente.

Dos doze aos dezoito anos incompletos a/o adolescente que comete ato infracional recebe como consequência a medida socioeducativa. No município de Rio Branco do Sul, no período de setembro de 2014 a dezembro de 2016, não houve ocorrências com adolescentes na idade inicial (doze anos). A idade mínima registrada tanto das meninas quanto dos meninos é de treze anos.

Quadro 9 – Idade das/os adolescentes no ato infracional

IDADE	F	M	T
13 Anos	1	2	3
14 Anos	7	13	20
15 Anos	8	12	20
16 Anos	3	26	29
17 Anos	6	22	28
TOTAL	25	75	100

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

A prática do ato infracional entre as meninas do universo da pesquisa tem maior incidência, sequencialmente, nas idades de quinze, quatorze e dezessete

anos. Entre os meninos a idade de maior frequência é dezesseis anos, seguida por dezessete e quatorze anos. Ao olharmos os dados sobre o ato infracional cometido apresentados anteriormente, vemos que a idade de dezesseis anos para os meninos coincide com o desejo de dirigir e, em muitos casos, com a necessidade básica de trabalhar. Na maioria dos casos analisados, consta no registro dos autos que os adolescentes pegos dirigindo sem habilitação alegaram estarem a caminho do trabalho, o que não justifica a infração, talvez apenas elucide a motivação.

Com isso, vale lembrar que o município escolhido como *lócus* da pesquisa possui uma extensa área territorial, em grande parte de zona rural e não possui transporte coletivo intramunicipal. Para que as/os adolescentes tenham acesso a trabalho, escola e serviços públicos, muitas vezes precisam se deslocar por quilômetros de estradas sem asfalto ou qualquer infraestrutura, podendo impactar na execução e cumprimento das medidas socioeducativas a elas/es aplicadas e aos atos infracionais praticados. Isto nos leva a questionar como as meninas estão lidando com tais adversidades uma vez que não cometem o ato infracional de dirigir sem habilitação e se caso a infraestrutura fosse mais adequada o cenário socioeducativo seria diferente.

Conforme observamos no quadro 4 - Medida socioeducativa e ato infracional e no quadro 9 - Idade no ato, o universo de adolescentes estudadas/os tem idade entre treze e dezessete anos, ou seja, estão em idade escolar. Novamente podemos observar, conforme afirmam Gallo e Williams (2005) que a escola pode ser considerada um fator de risco ou de proteção dependendo da conjuntura. Segundo os autores se a escola não tiver recursos adequados e profissionais qualificados para lidar com situações adversas de comportamentos agressivos ou infracionais das/os crianças e adolescentes, pode sim ser considerada, em conjunto com outros fatores, como de risco. Porém, quando, no ambiente escolar, são trabalhadas estas questões de conflito, pode contribuir para anular outros fatores negativos.

O sistema educacional vigente no Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), estabelece a educação básica em duas etapas: ensino fundamental e; ensino médio (subsequente ao ensino fundamental, como etapa final da educação básica). Segundo esta lei, entendesse como defasagem escolar o atraso referente à idade cronológica e o período educacional a ser cursado. Aos seis anos de idade a criança deve cursar o primeiro ano do ensino fundamental, mudando de série sucessivamente a cada ano letivo, até completar o nono período.

Deve ser iniciado aos seis anos de idade e concluído entre os quatorze e quinze anos. O ensino médio é composto por três anos letivos devendo ser cursado entre os quinze e dezoito anos de idade. No quadro 10, veremos a relação idade e escolaridade das/os adolescentes da pesquisa.

Quadro 10 – Idade e escolaridade

ENSINO	SITUAÇÃO	SÉRIE	IDADE DAS/OS ADOLESCENTES																	
			13 ANOS			14 ANOS			15 ANOS			16 ANOS			17 ANOS			GERAL		
			F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T
Fundamental	Completo**	9º ano	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	2
		1º ano	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	Cursando***	5º ano	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
		6º ano	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	2
		7º ano	0	1	1	2	4	6	0	1	1	0	1	1	0	0	0	2	7	9
		8º ano	1	0	1	2	2	4	1	0	1	0	2	2	1	0	1	5	4	9
		8º e 9º ano	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	2
		9º ano	0	0	0	1	2	3	1	1	2	0	2	2	0	0	0	2	5	7
		Não consta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1
	Incompleto****	3º ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1
		4º ano	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
		5º ano	0	0	0	0	0	0	0	3	3	1	2	3	1	2	3	2	7	9
		6º ano	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	5	5	0	3	3	0	10	10
		7º ano	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	4	4	0	2	2	0	7	7
		8º ano	0	0	0	0	0	0	3	1	4	1	0	1	0	3	3	4	4	8
		9º ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1
	Não consta	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	1	1	1	3	4	2	5	7	
Médio*	Cursando	1º ano	0	0	0	0	1	1	1	1	2	1	2	3	1	2	3	3	6	9
		2º ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	2	2	0	4	4
		3º ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	4	4	0	5	5
	Incompleto	1º ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1
		2º ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1
TOTAL			1	2	3	7	13	20	8	12	20	3	26	29	6	22	28	25	75	100

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

*Não houve incidência de adolescentes no ensino médio na situação completo.

** Completo – situação em que a/o adolescente concluiu a série mas encontra-se fora da escola.

*** Cursando – situação em que a/o adolescente encontra-se matriculado e frequentando a escola.

****Incompleto – situação em que a/o adolescente abandonou o ano letivo em que estava matriculada/o ou desistiu de estudar.

A realidade do universo observado, mostra de acordo com o quadro 10, a maioria das/os adolescentes encontram-se em defasagem escolar. A faixa etária que compreende o maior número de meninas no ensino fundamental fica entre quatorze e dezessete anos e dos meninos entre dezesseis e dezessete, ambas fora da idade padrão para esta fase escolar.

A defasagem escolar afeta não só a formação acadêmica como também a profissional. A maioria dos cursos profissionalizantes ofertados gratuitamente exige que as/os adolescentes tenham ensino fundamental completo tornando-se também um fator de exclusão para este público, apresentando reforço negativo. Outra implicação é em relação ao primeiro emprego, geralmente ofertado pelo Programa Jovem Aprendiz, que também está relacionado ao desempenho escolar.

De acordo com Antunes (2006) a educação escolar desde seus primórdios está intrinsecamente ligada às atividades laborativas de forma sexista. O ensino das mulheres voltado para a área das pedagogias e o dos homens voltados para as engenharias. Atualmente, embora de forma mais sutil, a educação acaba realizando os mesmos direcionamentos. Isto fica evidenciado nos dados desta pesquisa, que apresenta a defasagem escolar maior entre as meninas. Outro fato que reforça esta questão é a pretensão profissional.

Nos registros das oitivas informais, as meninas não relataram interesse em concluir os estudos enquanto os meninos verbalizaram, em alguns casos, a necessidade de conclusão para a conquista de emprego. O interesse em realizar cursos profissionalizantes ou ensino superior não foi registrado. Essas informações foram obtidas com base na leitura dos relatórios que compõe os processos, pois não foi possível realizar entrevista com as/os adolescentes durante a pesquisa. Por este motivo, não é possível dizer se a ausência de registro nos casos das meninas foi por falta real de interesse delas em estudar e se profissionalizar ou pelo assunto não ter sido suscitado durante a oitiva.

O maior grau de instrução registrado entre as/os adolescentes pesquisadas/os foi o terceiro ano do ensino médio, cursado por quatro meninos de dezessete e um de dezesseis anos. Entre as meninas o maior grau de instrução foi o primeiro ano do ensino médio, cursado por três meninas com idades respectivas de quinze, dezesseis e dezessete anos.

Dentre as/os adolescentes que se encontravam no ensino fundamental, identificou-se dois meninos que concluíram o ano escolar, mas encontravam-se evadidos, um com quatorze e outro com dezessete anos. Este tipo de ocorrência não foi registrado entre meninas. Cursando esta etapa do ensino, foram registradas doze meninas e vinte e um meninos. Em situação de evasão escolar com séries incompletas identificamos nove meninas e trinta e seis meninos, sendo esta situação condicionante para a aplicação de medida de proteção em conjunto com as medidas socioeducativas conforme mostra o quadro 11.

Quadro 11 – Medidas de proteção e escolaridade por sexo

MEDIDA DE PROTEÇÃO	ENSINO	SITUAÇÃO	F	M	T
Matrícula e frequência escolar	Fundamental	Completo	0	1	1
		Cursando	0	1	1
		Incompleto	5	10	15
	Médio	Cursando	0	0	0
		Incompleto	1	0	1
Matrícula e frequência escolar + tratamento	Fundamental	Completo	0	0	0
		Cursando	0	0	0
		Incompleto	1	0	1
	Médio	Cursando	0	0	0
		Incompleto	0	0	0
Não aplicada	Fundamental	Completo	0	1	1
		Cursando	12	16	28
		Incompleto	3	25	28
	Médio	Cursando	3	14	17
		Incompleto	0	0	0
Tratamento	Fundamental	Completo	0	2	2
		Cursando	0	0	0
		Incompleto	0	1	1
	Médio	Cursando	0	1	1
		Incompleto	0	1	1
TOTAL			25	75	100

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

*Não houve incidência de adolescentes no ensino médio na situação completo.

** Completo – situação em que a/o adolescente concluiu a série mas encontra-se fora da escola.

*** Cursando – situação em que a/o adolescente encontra-se matriculado e frequentando a escola.

****Incompleto – situação em que a/o adolescente abandonou o ano letivo em que estava matriculada/o ou desistiu de estudar.

Considerando a/o adolescente uma pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, a educação é uma questão de extrema relevância. As medidas socioeducativas, por assumirem um caráter pedagógico em detrimento as medidas punitivas, ressaltam esta importância. Na fase da adolescência uma das instituições que contribuem para a educação é a escola. Em todos os processos de medida socioeducativa estudados foram registrados a situação escolar, isto porque a esta

condição está vinculada a aplicação ou não da medida de proteção de matrícula e frequência escolar.

Segundo o ECA, as medidas de proteção devem ser aplicadas as/aos adolescentes que cometeram ato infracional de acordo com a necessidade apresentada. Elas podem ser aplicadas concomitantemente as medidas socioeducativas ou convertidas em tal. Nos casos de adolescentes que deveriam estar cursando o ensino fundamental e não estão, deve ser aplicada obrigatoriamente a medida de matrícula e frequência escolar. No universo estudado, nove meninas e trinta e seis meninos encontravam-se nesta situação, mas, somente seis meninas e dez meninos receberam esta medida.

Além da medida protetiva de matrícula e frequência escolar, outra medida que pode ser aplicada é a de tratamento de saúde. Individualmente, esta medida foi aplicada a três meninos do ensino fundamental e dois do ensino médio. Apenas uma menina recebeu as duas medidas de proteção concomitantemente. As medidas de proteção contribuem para atingir os objetivos pedagógicos das medidas socioeducativas, que de acordo com o ECA, como citado anteriormente, necessitam da participação intersetorial em sua execução. Família, comunidade e Estado devem agir conjuntamente.

A medida protetiva de tratamento de saúde não está condicionada a situação escolar das/os adolescentes. Esta se relaciona com a necessidade de intervenção estatal para a adesão ou inclusão da/do adolescente a tratamento específico, geralmente para recuperação de dependência de drogas e episódios de doenças psicológicas. No universo estudado nove meninos foram autuados por uso de drogas, porém apenas cinco receberam a medida de proteção de tratamento. Dentre as meninas não foi registrado o uso de drogas e apenas uma recebeu a medida de tratamento para acompanhamento psicológico.

4.3 FAMÍLIA, COMUNIDADE E PROCESSO DE EXECUÇÃO

O princípio da integralidade ressalta que a/o adolescente deve ser atendido em suas múltiplas facetas e que, deste processo, devem participar a família, a comunidade e o Estado. Estas três instituições são peças importantes tanto para a construção da personalidade da/o adolescente quanto para a plena execução das medidas socioeducativas. Pelas/os adolescentes legalmente serem inimputáveis, a

família tem papel fundamental na garantia do acesso aos seus direitos. Na ausência da família o Estado designa uma pessoa para assumir o papel de responsável legal.

Com base no ECA, norteado pelo princípio da integralidade, o SINASE vem reforçar a importância da participação da família, comunidade e Estado no processo de execução das medidas socioeducativas. Em primeira instância a família, por passar maior parte do tempo com a/o adolescente deve participar efetivamente de todo o processo. Desde a oitiva informal, a presença de um responsável legal pela/o adolescente é imprescindível.

Quadro 12 – Responsável no processo

RESPONSÁVEL NO PROCESSO	F	M	T
Advogada	0	1	1
Assistente social	1	0	1
Avó paterna	1	1	2
Conselheira tutelar	2	0	2
Irmã	0	1	1
Irmão	1	0	1
Mãe	18	51	69
Pai	1	21	22
Pais	1	0	1
TOTAL	25	75	100

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

De forma predominante as mães se apresentaram como responsáveis legais nos processos estudados, ou seja, as mães foram as pessoas que mais acompanharam as/os adolescentes à oitiva informal. Moura, Lopes e Silveira (2016) elucidam que as famílias monoparentais femininas estão em constante ascensão. Nesta configuração, geralmente a mulher é a única responsável pelo provimento financeiro de seu grupo familiar, que em suma é composto por ela e seus filhos. Porém, com base nos dados levantados não é possível afirmar se a baixa participação dos pais se dá por sua ausência no núcleo familiar ou por outro motivo. Acredita-se que a incidência de mães solteiras ou em um segundo relacionamento também pode ter contribuído para este fato. Diante da realidade estudada, percebeu-se que as mães continuam assumindo o papel de cuidadora. Evidencia-se que os pais têm pouca participação neste momento da vida de seus filhos e filhas. A ausência dos pais fica evidente.

Ainda sobre a participação da família nos processos, vale ressaltar que houve a ocorrência de quatro profissionais sem parentesco com as/os adolescentes em questão, como responsáveis legais. Outras quatro ocorrências foram com as avós paternas, irmãs e irmãos. A incidência de responsáveis legais sem grau de

parentesco, nestes casos é atribuída a adolescentes que se encontravam em situação de rua ou institucionalizadas/os.

Assim como a família, a comunidade tem papel importante na formação da/o adolescente. As características do local em que mora, as pessoas com as quais convive, contribuem direta e indiretamente para a sua formação integral. A construção do conceito de princípios e valores, geralmente é norteadada pelos bons e maus exemplos observados no seu dia-a-dia.

Mostraremos agora, uma relação dos locais onde as/os adolescentes estudadas/os residem e com base no Plano Diretor Municipal, apresentaremos algumas características das regiões.

Quadro 13 – Região residencial

LOCALIDADE	F	M	T
Açungui	0	2	2
Albarana	0	1	1
Areais do Rosário	0	1	1
Centro	0	2	2
Corriola dos França	0	3	3
Corriolinha	0	1	1
Itaperuçu	1	10	11
Jardim dos Minérios	0	1	1
Madre	1	5	6
Natanea	0	1	1
Nodari II	4	5	9
Nossa Senhora de Fátima	0	7	7
Papanduva	7	8	15
Ribeirinha	1	0	1
Santa Terezinha	0	1	1
Santaria	3	1	4
São Gabriel	0	1	1
São Luiz	0	1	1
Santo Antônio	0	1	1
Tacaniça	0	1	1
Tacaniça dos Falcões	0	1	1
Tigrinho	0	1	1
Vila Abraão	0	1	1
Vila Ricarda	0	2	2
Vila São Pedro	8	12	20
Vila Velha	0	3	3
Zona Rural	0	2	2
TOTAL	25	75	100

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

O planejamento urbano do município de Rio Branco do Sul começou a ser realizado há aproximadamente seis anos. Por possuir uma vasta área de preservação ambiental e uma grande diversidade topográfica, este planejamento ainda não foi concluído. Algumas das regiões citadas na tabela 15 ainda não foram mapeadas e, conforme relatado anteriormente, não existe a descrição das áreas de

periferia. Os dados referentes à zona rural aparecem na tabela com duas ocorrências, porém as regiões do Açungui, Corriola dos França; Corriolinha; Jardim dos Minérios; Ribeirinha; São Gabriel; São Luiz; Santo Antonio; Tacaniça; Tacaniça dos Falcões, e; Tigrinho, também constam como zona rural no Plano Diretor. Estas são as regiões mais afastadas e em sua maioria com dificuldades de acesso a sede urbana.

Na região da sede urbana, ainda de acordo com o Plano Diretor, estão os bairros Madre; Natanea; Nodari II; Nossa Senhora de Fátima; Papanduva; Santa Terezinha; Santaria; Vila Abraão; Vila Velha; Vila Ricarda, e Vila São Pedro. Embora estejam na região urbana ou em sua proximidade, os bairros ainda não contam com infraestrutura suficiente. Alberana e Areais do Rosário não constam no mapeamento.

Um dos critérios para seleção dos processos que comporiam o universo desta pesquisa é a/o adolescente residir no município de Rio Branco do Sul. Após a seleção, verificou-se que o endereço residencial de algumas/ns adolescentes nos registros do processo era da cidade de Itaperuçu. Ao questionar no MP sobre estas ocorrências, foi esclarecido que, no momento do ato infracional, a/o adolescente residia em outro município, porém no momento da autuação, estavam residindo em Rio Branco do Sul sendo este o endereço válido.

Ao analisar a conjuntura social na qual as/os adolescentes estão inseridas/os, pode-se destacar a questão da localidade em que residem como um fator de risco, que segundo Gallo e Williams (2005) em conjunto com outros fatores pode influenciar as atitudes infracionais das/os adolescentes. Quando olhamos para o município de Rio Branco do Sul, em sua vasta área territorial, percebemos que a topografia diversificada e a pouca infraestrutura cria inúmeros obstáculos tanto para o deslocamento da população como para o acesso a tecnologias e serviços.

Ficou evidenciado que embora não nominado como tal, a maioria das regiões em que as/os adolescentes residem é de zona rural ou periférica. A distância da residência em relação à instituição de execução das medidas socioeducativas e a falta de meios de comunicação, em alguns casos, podem interferir na situação processual dificultando à adesão das/os adolescentes a medida aplicada.

4.4 SITUAÇÃO PROCESSUAL

Após analisar as informações obtidas sobre o desenvolvimento dos processos, passaremos agora para a análise da situação processual das/os adolescentes em dezembro de 2016. Optou-se por analisar estes dados por perceber que existia incidência de casos registrados em quatro situações distintas: arquivado – por atingir a maioridade ou por não atingir o objetivo da brevidade; concluído – por ter cumprido a medida imposta; em andamento – que ainda está em cumprimento ou decisão, e; prescrito – por inquérito não concluído. Quantitativamente, veremos a situação das meninas e dos meninos.

Quadro 14 – Situação do processo

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	SITUAÇÃO DO PROCESSO												GERAL		
	Arquivado			Concluído			Em andamento			Prescrito					
	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T
Advertência	1	2	3	3	19	22	0	0	0	0	2	2	4	23	27
Advertência + Prestação de serviço à comunidade	0	1	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	1	2	3
Liberdade assistida	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Liberdade assistida + Prestação de serviço à comunidade	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Prescreveu (inquérito não concluído)	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2	1	3
Prestação de serviço à comunidade	7	16	23	8	17	25	2	1	3	0	3	3	17	37	54
Prestação de serviço à comunidade + Restrição de liberdade + Liberdade assistida	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Reparação de dano	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Restrição de liberdade	0	1	1	0	6	6	0	0	0	0	0	0	0	7	7
Restrição de liberdade + Advertência + Prestação de serviço à comunidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1
Restrição de liberdade + Prestação de serviço à comunidade	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	9	22	31	12	46	58	2	1	3	2	6	8	25	75	100

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria

Sobre a medida de prestação de serviço à comunidade, observou-se que oito dos dezessete processos foram concluídos, sete arquivados e dois estavam em andamento. Referente à medida de advertência, um processo estava arquivado e três concluídos. Dos vinte e cinco processos de meninas, doze encontravam-se concluídos, nove arquivados, dois em andamento e dois prescritos.

Ao consideramos a situação processual dos meninos sobre a medida de prestação de serviço à comunidade, identificou-se que dezesseis dos trinta e sete processos foram arquivados, dezessete concluídos, dois estavam em andamento e três prescreveram. No que diz respeito à medida de advertência, dois processos estavam arquivados, dezenove concluídos e dois prescritos, conforme indicado no quadro 14. Do total de setenta e cinco processos referentes aos meninos, vinte e dois foram arquivados, quarenta e seis foram concluídos, um estava em andamento e seis prescreveram.

Diferentemente das meninas, os meninos receberam medida de restrição de liberdade como mostrado anteriormente. Referente a esta medida, dos oito processos, sete foram concluídos e um arquivado por indisponibilidade de vaga no CENSE. Não foi possível identificar nos processos se os adolescentes que receberam esta medida passaram pela semiliberdade e/ou liberdade assistida como forma de progressão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base a temática: as questões de gênero nas medidas socioeducativas em meio aberto, delimitou-se como objetivo geral: analisar as questões de gênero e educacionais a partir dos processos de execução de medidas socioeducativas das/os adolescentes que cometeram atos infracionais no Município de Rio Branco do Sul – Paraná no período de setembro de 2014 a dezembro de 2016, disponibilizados pelo Ministério Público.

Como norteador para o desenvolvimento do estudo adotou-se o conceito de gênero como relacional e como categoria de análise, com base em Scott (1995) que traz a percepção de gênero como componente das relações sociais, apontando-o no contexto das relações de poder como um elemento fundamental. Para auxiliar na análise das categorias optou-se por trazer as conceituações escolhidas sobre educação, trabalho e gênero. Realizou-se também um traçado histórico sobre as medidas socioeducativas e o entrelaçamento dos assuntos em questão.

Dada à importância do assunto, a pesquisa foi desenvolvida com cunho qualitativo, buscando a partir da pesquisa documental realizada por meio da coleta de dados nos processos de execução de medidas socioeducativas, aplicar a análise de conteúdo aos registros encontrados em tais materiais. Com isso, buscou-se o aprofundamento da discussão de cada categoria para vislumbrar os eixos do tema e respondê-lo em sua completude.

As categorias de análise foram abordadas separadamente nos itens do capítulo quatro, elaboradas de acordo com os seguintes objetivos específicos: mapear os atos infracionais e medidas socioeducativas a eles associados frente sua incidência entre meninas e meninos; identificar a situação escolar das/os adolescentes na época em que cometeram o ato infracional assim como a aplicação de medidas de proteção concomitantes as medidas socioeducativas; verificar a participação dos familiares como responsáveis legais no processo de execução das medidas socioeducativas, e; analisar a situação processual das/os adolescentes no momento da coleta de dados.

Referente ao primeiro objetivo específico, a categoria: atos infracionais e as medidas socioeducativas, mostrou que no período estudado houve a incidência do triplo de meninos do que meninas com processo de execução. Porém não é possível identificar o motivo desta diferença. Esta categoria possibilitou observar também,

que a questão da brevidade referente a execução da medida socioeducativa é abordada, mas que o encerramento dos processos, seja por cumprimento ou arquivamento, em sua maioria, não atendem a este quesito. Neste sentido vale questionar se a demora na conclusão dos processos se dá pela dificuldade de adesão das/os adolescentes a medida socioeducativa ou a fatores externos tais como falta de infraestrutura de atendimento, rotatividade de profissionais nos serviços de execução dentre outros.

Ainda sobre a primeira categoria, ao mapear os atos infracionais cometidos no período da pesquisa, observou-se que as infrações atribuídas as meninas eram de menor gravidade do que as atribuídas aos meninos. Em conformidade com o estabelecido no ECA, as medidas socioeducativas devem ser aplicadas levando em consideração a gravidade do ato infracional e as condições da/o adolescente em cumpri-la. Assim, as medidas aplicadas em liberdade são atribuídas aos atos mais leves e os de restrição parcial ou integral, aos atos mais graves. Com isso, podemos concluir que as medidas socioeducativas aplicadas no município de Rio Branco do Sul foram elencadas de acordo com a lei. Como não houve casos de meninas que seus atos colocassem em risco a sociedade, não receberam medidas de restrição, diferenciando-se dos meninos neste ponto.

Um dos atos infracionais que foi cometido somente por meninos foi o de dirigir sem habilitação. Embora a faixa etária das/os adolescentes no ato infracional seja muito próxima, as meninas não foram autuadas por esta infração. Se considerarmos que o cenário local é o mesmo, e que ambos os sexos possuem necessidades parecidas de locomoção, quais foram os fatores que levaram os meninos a cometerem este ato e as meninas não? Esta é uma das questões que poderá ser abordada em um próximo estudo.

Nesta categoria outro fato analisado foi o da presença ou não de cúmplices no ato infracional. Conforme relatado anteriormente, treze meninas e trinta e oito meninos cometeram o ato infracional sozinhas/os. Esses números mostram que mais da metade das/os adolescentes praticaram a infração sozinhas/os, mas não deixa evidente quais os fatores de risco as/os influenciaram. Segundo Gallo e Willians (2005) para cada fator de risco existe um fator de reforço positivo capaz de anulá-lo, mas que isso se diferencia de uma pessoa para outra. Este argumento reforça a importância do acompanhamento e do atendimento personalizado, porque se for possível identificar quais fatores expõem as/os adolescentes a situações de

risco, talvez seja possível trabalhar com a prevenção e não somente com a execução das medidas socioeducativas.

Para responder ao segundo objetivo específico, na categoria: situação escolar e medidas protetivas, abordamos inicialmente a questão do local aonde ocorreram os atos infracionais. Foi possível constatar que sessenta por cento das/os adolescentes cometeram o ato nos bairros, as meninas nas regiões em que residiam e vizinhança e os meninos nas regiões mais centrais do município. As meninas mais uma vez apareceram concentradas no espaço privado e os meninos no espaço público, conforme argumenta Louro (2002). Identificou-se também que a idade de maior incidência entre as/os adolescentes no ato infracional fica entre quatorze e dezessete anos. Esse dado pode auxiliar na identificação dos fatores de reforço positivo a serem trabalhados para a prevenção de atitudes infracionais.

Saber a idade das/os adolescentes no ato infracional nos permite em conjunto com a informação da escolaridade de cada um/a, saber se estão ou não em defasagem escolar. Para esta análise utilizou-se como referencia a Lei de diretrizes e bases da educação (1996), que mostra a idade ideal para as crianças e adolescentes cursarem cada período escolar. Com o cruzamento destas informações podemos concluir que existe sim defasagem escolar entre as/os adolescentes da pesquisa. Outro ponto no qual estas informações se relacionam é no que tange a evasão escolar e a medida de proteção de matrícula e frequência escolar.

De acordo com o ECA, esta medida de proteção deve ser aplicada a toda criança e adolescente que estiver fora da escola, podendo ser concomitante com as medidas socioeducativas. Embora houvesse nove meninas e trinta e seis meninos nesta condição, apenas seis meninas e dez meninos receberam tal determinação, não ficando evidente nos processos o motivo da não aplicação da medida de proteção. Além da medida de proteção de matrícula e frequência escolar, houve também a aplicação da medida de proteção de tratamento de saúde. No caso dos meninos esta medida estava associada ao tratamento para recuperação da dependência de drogas e no único caso de meninas a que foi aplicada, referia-se a acompanhamento psicológico.

Neste contexto que abrange questões de educação e saúde podemos observar que as fragilidades sociais podem atuar como fatores de risco gerando vulnerabilidades para as/os adolescentes. De acordo com o principio da

integralidade, abordado anteriormente, vemos que as necessidades básicas devem ser atendidas para que se criem reforços positivos capazes de influenciar estas meninas e meninos a não voltarem a cometer atos infracionais. Para que seja possível identificar quais reforços positivos devem ser trabalhados é importante que tanto a família, como a comunidade e o Estado ajam em conjunto em prol da garantia de direitos. O terceiro objetivo a ser estudado trouxe mais informações a este respeito.

A terceira categoria: família, comunidade e processos de execução, nos possibilitou verificar a participação dos familiares como responsáveis legais nas oitivas informais. O que isto significa? Significa que através dos registros das oitivas informais identificamos quem acompanhou a/o adolescente ao fórum quanto foram receber a medida socioeducativa. Embora o ECA determine que crianças e adolescentes sejam sujeitos de direitos, pelas/os mesmas/os serem considerados inimputáveis, existe a necessidade do acompanhamento de um responsável legal com idade superior a dezoito anos a qualquer procedimento oficial.

Com isso, ao analisarmos os dados das oitivas informais foi possível concluir que a participação das mães nesta etapa do processo de execução de medidas socioeducativas é significativamente maior do que a de qualquer outro membro da família. Esta informação nos mostra, mais uma vez, as mães assumindo o papel de cuidadoras, assim como afirmou Louro (2002). O papel do cuidado atribuído as mulheres, nestes casos, as mães, pode ou não estar relacionado à questão da expansão das famílias monoparentais trabalhada por Moura, Lopes e Silveira (2006). Porém, somente com os dados coletados não é possível identificar se a não participação dos pais foi somente por ausência factual ou familiar, se eles compõem ou não o núcleo familiar.

Neste sentido, vale ainda ressaltar que o registro realizado se referia a presença de um responsável legal na oitiva informal. Este dado pode não traduzir a real participação da família no decorrer do processo. Seria necessário o acompanhamento de cada caso, desde a oitiva até a conclusão da medida socioeducativa para se obter informações mais específicas a este respeito. Ainda sobre a terceira categoria, outro dado trabalhado foi a região residencial das/os adolescentes.

Retomando as questões abordadas por Gallo e Willians (2005), que ressalvam a importância de se identificar os fatores de risco para contrabalancear

com fatores de proteção, destacamos a região residencial das/os adolescentes como parte deste todo, pois assim como a família, a comunidade e a infraestrutura do local em que residem podem gerar fatores de influência positiva e/ou negativa. Os resultados da pesquisa mostraram que no período estudado, a maioria das/os adolescentes residiam em regiões periféricas e rurais, com pouca infraestrutura e grande distância da sede urbana. Estas características podem dificultar o acesso a essas/es adolescentes aos serviços básicos e especiais.

Sobre o quarto e último objetivo específico, a categoria: situação processual, nos mostrou que cinquenta e oito das/os cem adolescentes cumpriram a medida socioeducativa a elas/es imposta e trinta e um/a tiveram seus processos arquivados. Os arquivamentos foram realizados por motivos diversos: não adesão a medida socioeducativa imposta, não atender a diretriz da brevidade, por ter atingido a maioria dentre outros. Porém, não foi possível quantificar em relação aos motivos de arquivamento porque esta não era uma informação contida nas partes disponibilizadas dos processos de execução. Esta é uma informação que talvez, com um acesso maior aos processos, fosse possível mensurar.

Um ponto positivo a ser destacado é que dos cem processos analisados, apenas oito prescreveram sem ser aplicada a medida socioeducativa. Embora tenha um número considerável de adolescentes que não concluíram a medida a elas/es imposta, o sistema de execução está caminhando, mesmo com todas as dificuldades apresentadas anteriormente. Podemos concluir assim, que todos os objetivos delineados para esta pesquisa foram alcançados.

De forma geral podemos dizer que os resultados mostraram que existem diferenças e semelhanças nos processos de execução de medidas socioeducativas das meninas e meninos de Rio Branco Sul – Paraná. As diferenças apontaram para questões relacionadas aos papéis sociais atribuídos e/ou desempenhados pelas/os adolescentes e seus familiares. Sob a luz das considerações de Gallo e Willians (2005) foi possível observar que um mesmo fator pode ser considerado de risco ou de proteção de acordo com um conjunto de outros fatores.

Considerando que a base de dados foi documental, vale ressaltar ainda que o PROJUDI, sistema utilizado para a coleta de dados desta dissertação, não foi elaborado com o objetivo de subsidiar pesquisas e sim de atender as demandas judiciais. Outro ponto a ser considerado é que o acesso aos dados foi liberado com parcialidades, visto que a pesquisadora não é da área jurídica. É possível que as

informações não encontradas, constem nos processos nas partes as quais não se teve acesso.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou visualizar as questões de gênero que estão expressas nas medidas socioeducativas. Desde o processo educacional proporcionado pela família, comunidade, escola dentre outros, as questões de gênero permeiam a vida das/os adolescentes e fazem parte de seu desenvolvimento enquanto sujeito. Conforme aborda Antunes (2006), as atividades laborais sexistas são reafirmadas através dos tempos com uma educação que direciona as meninas para as pedagogias e atividades ligadas ao cuidado, como o sexo frágil e para os meninos uma educação diferenciada, voltada para as engenharias, para o lugar público, de força. Isso afeta as/os adolescentes influenciando no processo de tomada de decisões e na formação de sua personalidade.

O sistema socioeducacional e as medidas socioeducativas em meio aberto são campos de pesquisa ainda pouco explorados pela ótica de gênero. Entender as particularidades imbricadas nesta área pode abrir portas para a elaboração de políticas e serviços que atendam de forma particular e integral as necessidades das/os adolescentes em conflito com a lei. Talvez já esteja na hora, ou passado dela, de se investir na prevenção da atividade infracional mais diretamente.

Esta pesquisa mostrou que existe a necessidade de novos estudos que se aprofundem mais sobre a realidade das meninas e meninos que cometeram atos infracionais, buscando compreender para além dos registros documentais, quem são estes sujeitos. Outras questões que também poderão levar a futuros estudos são sobre os profissionais que atuam no processo de execução das medidas socioeducativa: quem são, o que eles fazem, como fazem, qual vínculo estabelecem com seu público; assim como sobre as famílias das/os adolescentes: composição familiar, história de vida dentre outros.

O termino desta dissertação aponta que existe um longo caminho a ser trilhado no que tange a socioeducação e gênero. Elucida que existem diferenças e semelhanças entre meninas e meninos no processo de execução de medida socioeducativa que precisam ser aprofundadas, para que o objetivo pedagógico elencado no SINASE seja cumprido em sua plenitude e possa realmente beneficiar o desenvolvimento destes sujeitos de direito.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis: *Idéologie et Appareils Idéologiques d'Etat*, **Pensée**, Paris, junho de 1970.

ALTHUSSER, Louis: *Il Materialismo Storico*, Editori Riuniti, Roma, 1973.

ALTVATER, Elmar: *Krise und Kritik – Zum Verhaelthis von Oekonomischer Entwicklung und Bildungs und Wissenschaftspolitik*, em: LEIBFRIED, Stephan (ed.): **Wider die Untertanfabrik – Handbuch zur Demokratisierung der Hochschulen**, Koeln, 1967, pp. 52-6.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez, Campinas – SP; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e a sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo.. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. (2ª ed., 10 reimpr. rev. e ampl.) São Paulo: Boitempo, 2009.

ÁVILA, Lisélen de F. **As Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e a Relação com a Judicialização das Violências nas Escolas na Cidade de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. 149fhs. Porto Alegre – RS, 2013.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Título original: *L'Analyse de Contenu*. Presses Universitaires de France, 1977. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Editora:Edições 70.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo**: a experiência vivenciada. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1967.

BECKER, Gary S.: **Human Capital**, national Bureal of Economic Research, New York, 1964.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude: **A Reprodução – Elementos para um Teoria do Sistema de Ensino**, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1975.

BOURDIEU, Pierre: **A Economia das Trocas Simbólicas**, Perspectiva, São Paulo, 1974, Cap. 7: Reprodução Cultural e Reprodução Social, p. 296.

BRASIL, Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – Lei federal nº 12.594 de 18 de Janeiro de 2012.

BRASIL, Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2012. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/levantamento-sinase-2012>> Acesso em: 22 de set. 2015.

BRASIL, Resolução nº 119/2006 do CONANDA. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República / Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente** – Processo N° 0000.001308 / 2006-36, folhas 01 a 122. Brasília, DF, 11 de dez. 2006. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos>>. Acesso em: 22 de set. 2015.
BRITO, Leila M. T. de. Liberdade assistida no horizonte da doutrina de proteção integral. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 23, n. 2, pp.133-138, abr./jun. de 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722007000200003>> Acesso em: 21 de set. de 2015.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In. ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.) **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Editora 34, p. 13-58.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria R., **Instruídas e Trabalhadeiras**. Trabalho feminino no final do século XX. Cad. Pagu [online]. 2002, n.17-18, pp.157-196. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000100007&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 21 de set. de 2015

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**. Quando a vida é passível de luto? Tradução Sérgio Tadeu e Arnaldo Marques: revisão de tradução Mariana Vargas; revisão técnica Carla Rodrigues. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York, Routledge, 1989. [*Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. (Trad.: Renato Aguiar).]

CABRAL, Talita K. C.; CASAGRANDE, Lindamir S. **Educação, gênero e trabalho: a realidade das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município de Rio Branco do Sul - Paraná**. In: XI JORNADAS LATINO-AMERICANAS DE ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. Esocite 2016. Curitiba, PR, Universidade Tecnológica federal do Paraná: Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. 2016. 8 p. Disponível em: <http://www.esocite2016.esocite.net/resources/anais/6/1471458793_ARQUIVO_Educacao,generoetrabalhorealidadedasadolescentesemcumprimentodemedidasocioeducativaemmeioabertonomunicipiodeRioBrancodoSul.pdf> Acesso em: 20 de out. de 2016.

CALADO, Vânia A. **Escolarização, gênero e conflito com a lei: um estudo de registros de atendimento a adolescentes em medida socioeducativa**. 2010.223f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento) – Instituto de

Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-30072010-105519/pt-br.php>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

CARVALHO, Cristiano C. Serviço social, medidas socioeducativas e o adolescente infrator no Liberdade Assistida. **e-Hum: Revista das Áreas de Humanidade do Centro Universitário de Belo Horizonte**, v. 6, n.1, p.71-80, 01 de out. de 2013. Disponível em: < <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/view/917>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

COELHO, Bianca I.; ROSA, Edinete M. Ato infracional e medida socioeducativa: representações de adolescentes em L.A. **Psicologia & Sociedade**, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. v. 25, n.1, pp.163-173, 01 de jan. de 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000100018>.> Acesso em: 20 de out. de 2016.

COSTA, Claudia R. B. S. F. da., **É Possível Construir Novos Caminhos?** Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERG, Rio de Janeiro, ano 5, nº2. 2005.

COSTA, Claudia R. B. S. F. da; ASSIS, Simone G. Fatores Protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicologia e Sociedade**: 18 (3): 74-81; set/dez. 2006.

COSTA, Ana Paula M.; GOLDANI, Julia M. **A Influência do Contexto Familiar nas Decisões Judiciais a Respeito de Atos Infracionais de Adolescentes: o intervencionismo familiar ainda se faz presente?** Textos e Contextos (Porto Alegre), v.14, nº1, p.87-103, jan/jun.2015.

COSTA, Cândida Da. Dimensões da medida socioeducativa: entre o sancionatório e o pedagógico. **Textos e Contextos**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.14, n.1, p.62-73, 01 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/16858>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

COSTA, Claudia de Lima. O leito do procusto. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 2: 1994, p.141-174, 1994. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1715>> acesso em: 20 de out. de 2016.

DEWEY, John: **Vida e Educação**, Melhoramentos, São Paulo, 1971 (7ª ed.).

DIAS, Aline F. Entre sociabilidade e movimentos de resistência: o significado da educação escolar para jovens autores de ato infracional. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007. Quadrimestral. v.7, n.1, p.70-87, 01 de maio de 2013.

DIGIÁCOMO, Ideara de A.; DIGIÁCOMO, Murilo J. Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado. (Atualizado até a Lei nº 13.441, de 08 de maio de 2017) Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2017. 7ª Edição.

DUARTE, Joana das F. **Para além dos Muros**: as experiências sociais das adolescentes privadas de liberdade. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 170flhs, Porto Alegre- RS. 2015.

DURKHEIM, Émile: **Educação e Sociologia**, Melhoramentos, 8ª ed., São Paulo, 1972

EDDING, Friedrich: **Internationale Tendenzen in der Entwicklung der Ausgaben fuer Schulen und Hochschulen**, Kieler Studien, Kiel, 1958; e EDDING, F.: **Oekonomie des Bildungswesens. Lehren und Lernen als Hausshalt und Investition**, freiburg i.Br., 1965.

ENGUITA, Mariano F. **A Face Oculta da Escola**: educação e trabalho no capitalismo. trad. Tomaz Tadeu da Silva – Porto alegre: Artes Médicas. 1989. 272p.

ESTABLET, Roger: A Escola, **Tempo Brasileiro**, nº 35, Rio de Janeiro, 1973, pp. 93-125.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução Raquel Ramalhete. 42. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro – RJ. 1967.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade**. (Cultural Action for Freedom) 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. Editora Moraes LTDA – São Paulo – SP. 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio C.; NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2007. p. 241-260.

FURNISS, E.S. (1965). **The position of the laborer in a system of nationalism**: A study in the labor theories of the later English Mercantilists, Nova York, Augustus M. Kelly.

GALLO, Alex E.; WILLIAMS, Lúcia C. de A. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. In.: *Psicologia: Teoria e Prática* – 2005,7(1): 81-95.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 5. ed., p. 184. 2010. Disponível em:< <http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

GOBBO, Edenilza; MULLER, Crisna M. A prática pedagógica da medida socioeducativa. **Revista Emancipação**, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR. v.11, n. 2, p.175-187, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1249>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

GRAMSCI, Antonio. **II Materialismo Storico**, Editori Riuniti, Roma, 1973.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um Dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, 22: 2004, p.201-246, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332004000100009&script=sci_abstract&tlng=pt > Acesso em: 20 de out. de 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>.> Acesso em: 20 de out. de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf> . Acesso em: 05 jun. 2017.

JACOBINA, Olga M. P.; COSTA, Liana F. “Para não ser bandido”: trabalho e adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 10, n. 2, pp. 95-110, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25803/27536>.> Acesso em: 22 de set. 2015.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, Coleção Gênero, v. 1, 1997.

JÓFILI, Zélia. **Piaget, Vigotsky, Freire e a Construção do Conhecimento na Escola**. Educação: Teorias e Práticas. Dezembro 2002; ano 2: p.191-208.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho./In: LOPES, M. J. M.; MINAYO, Maria Cecília. de S.; DESLANDES, Suely F.; NETO, Otávio C.; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 443-481.

LUZ, Nanci S. da.; GITAHY, Leda. **Divisão sexual do trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil**. Entrelaçando gênero e diversidade : matizes da divisão sexual no trabalho. / Nanci Stancki da Luz, Lindamir Salete Casagrande (org.). – Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.

MAGRO, Mariana F. A reinserção social do adolescente autor de ato infracional através da medida socioeducativa de liberdade assistida. **Revista Espaço Jurídico: Journal of Law, UNOESC**, v.8, n.2, p.155-168, 01 de jul. de 2007. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/1898>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

MAIOR, Olympio de Sá S.M. Procurador de Justiça do MPPR e coordenador do CAOP de Proteção aos Direitos Humanos, no Seminário: **O Paraná discute os 27 anos do ECA**, em Curitiba – Paraná, em 13 de julho de 2017.

MALVASI, Paulo A. Entre frieza, calculo e “vida loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. **Revista Saúde e Sociedade**, USP, São Paulo, v.20, n.1, p.156-170, 01 de mar. de 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29780>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

MANNHEIM, Karl: **Freedom, Power and Democratic Planning**, New York, 1950.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MARQUES, Graziela C. S. Acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas: do direito a implementação da ação educativa. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, Quadrimestral, v.7, n.1, p.192-210, 01 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/660>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

MARUSHI, Maria C.; BAZON, Marina R. **Aplicação de Medidas Socioeducativas em Adolescentes**: Avaliação Auxiliar às Tomadas de Decisão. *Revista Psicologia*. v.44, nº 3. p.453-463, jul/set. 2013.

MARX, Karl. **O Capital**, I. 1, v. 1, São Paulo, Difel, 1978.

MARX, Karl. **Das Kapital**, Vol. I, Dietz Verlag, Berlim, 1958.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Maria Lygia Quartim De. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 99-105, jan. 2013. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634466>>. Acesso em: 28 set. 2016.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor; SILVEIRA, Regina Coeli da. Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família. Que mulher é esta?. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 32, p. 55-66, dez. 2016

NARDI, Fernanda Ludke; DELL'AGLIO, Debora Dalbosco. Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre a família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, April-June, 2012, Vol.28(2), p.181(11)

OLIVEIRA, Glacielli T. de S. **Do Lar Doméstico ao Lar Institucional**: a percepção sobre o trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas lares de Curitiba e região metropolitana. 2017. 156f. Dissertação de Mestrado. Linha de Pesquisa: Tecnologia e Sociedade – Programa de Pós – Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

PARSONS, Talcott: **The Social System**, The Free Press of Glencoe, Londres, 1964 (1ª ed. Paperback)

PASSAMANI, Maria E.; ROSA, Edinete M. Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v.29, n.2, p.330-345, 01 de jan. de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200010> Acesso em: 20 de out. de 2016.

PIAGET, J. **A linguagem e o Pensamento da Criança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1973.

POULANTZAS, Nicos: Escola em Questão, **Tempo Brasileiro**, nº 35, Rio de Janeiro, 1973, pp. 126-37.

QUELUZ, Gilson L; LIMA FILHO, D.L. A Tecnologia e a Educação Tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, MG, v. 10, n.1, p.19-28, 2005. Disponível em <http://ser.dppg.cefetmg.br/index.php/revistaet/article/view>. Acessado em: 23 de set. 2015.

RAGO, Margareth. Descobrimo Historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, n.11, p.89-98, 1998.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex. In: REITER, Rayna rapp. (ed). **Toward an Anthropology of Women**. New York, Monthly Review, 1975.

SALLES, Leila M. F.; SILVA, Ivani R. de O. O “projeto educação e cidadania” e a inclusão escolar do adolescente em liberdade assistida. **Educação: Revista do Centro de Educação UFSM**, v.37, n.2, p.381-396,01 de maio de 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3636>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

SANTOS, Maria Christina Dos; JUNIOR, Moysés Francisco Farah. Sistema socioeducativo direcionado à responsabilização e promoção social de adolescente autor de ato infracional. **Espaço Jurídico: Journal of Law**, 01 September 2012, Vol.13(2), pp.297-324

SAVIANI, Derval. Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos. **Ver. Bras. Educ.** 2007, vol.12,n.34, p. 152-165.

SCHULTZ, Theodore W.: **O Capital Humano – Investimentos em Educação e Pesquisa**, Zahar, Rio de Janeiro, 1971.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Vol. 20 (2), jul-dez. 1995, p. 71-99.

_____. **Gender and the Politics of History**. New York, Columbia university Press, 1988.

_____. “El problema da invisibilidade” In: ESCANDON, Carmem R. (org.) **Gênero e história: la historiografía sobre la mujer**. México: Instituto Mora, 1992 a.

SENKEVICS, Adriano S.; CARVALHO, Marília P. de. Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos. **Cadernos de pesquisa Fundação Carlos Chagas**. v.45, p. 944-958, out/dez. 2015.

SENKEVICS, Adriano Souza and CARVALHO, Marília Pinto de. O que você quer ser quando crescer?”. Escolarização e gênero entre crianças de camadas populares urbanas. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** v.97, n.245, p.179-194, 2016. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/2653/2513>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

SILVA, Fábio Silvestre; OLIVEIRA, Francisco Helder Da Silva; PICCIONE, Marcelo Arruda; LEMOS, Roberta Freitas. Futebol libertário: compromisso social na medida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 01 January 2008, Vol.28(4), pp.832-845

SIMIÃO, Daniel S. Gênero no Mundo do Trabalho: variações sobre um tema. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 5, ano 2, p. 9-20.

SOLOW, Robert M. **Capital Theory and the Rate of Return**, North Holland Publishing Company, Amsterdã, 1963.

VARELA, J. (1983). **Modos de educación en la España de la contrarreforma**. Madrid, La Piqueta.

VIERA, Caroline Santos De Feldens; **A instrumentalização do paradigma da proteção especial da criança e do adolescente na aplicação de medida sócio-educativa**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, 2009, 120f.

VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ANEXOS**Anexo 1 - Autorização de coleta de dados MP**

PODER JUDICIARIO
57ª SEÇÃO JUDICIÁRIA DA COMARCA DE
RIO BRANCO DO SUL - PARANÁ
FÓRUM DR. VERISSIMO GONÇALVES PEREIRA NETO
VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA
Rua Horaci Santos, nº 264, CEP 83.540-000, centro, Rio Branco do Sul/PR
Tel (41) 3652-1498
E-mail: mrwf@tjpr.jus.br – Mensageiro: Mrwf
Margaret Regina Wolf Fernandes
Escrivã Criminal

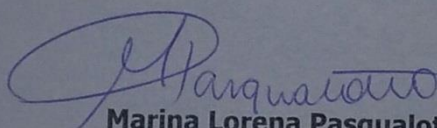
Autorização para coleta de dados

Eu, Marina Lorena Pasqualotto, Juíza de Direito da Vara da Infância e Juventude - seção infracional - Rio Branco do Sul, pelo presente, autorizo a realização da coleta de dados para a elaboração da dissertação de mestrado intitulada: Educação, gênero e trabalho: a realidade das adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto no município de Rio Branco do Sul. A coleta será realizada neste fórum, pela pesquisadora Talita Ketlyn Costa Cabral, aluna do curso de mestrado no Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Esclareço que a responsabilidade civil e ética na condução da pesquisa é exclusiva da mestranda Talita Ketlyn Costa Cabral.

Por ser verdade, assino o presente em duas vias iguais.

Rio Branco do Sul, 22 de maio de 2017


Marina Lorena Pasqualotto
Juíza de Direito

ANEXO 2 - Autorização de coleta de dados SMAS

Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul
Rua Horacy Santos, 222- Centro
Rio Branco do Sul - Pr
Cep: 83540-000
CNPJ:76 105 576-0001.85
Fone 41 3973-8030



Secretaria Municipal de Assistência Social
Rua Domingos Alessandro Nodari, 63- Centro
Rio Branco do Sul
Estado do Paraná
E-mail: smas@riobrancodosul.pr.gov.br
Fone 41 3652 1155 / 3652 5507

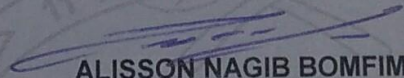
AUTORIZAÇÃO PARA USO DE DADOS

Eu, **ALISSON NAGIB BOMFIM**, Secretário Municipal de Assistência Social no município de Rio Branco do Sul, autorizo a realização da pesquisa de campo intitulada: **Educação, gênero e trabalho: a realidade das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município de Rio Branco do Sul**, a ser realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, pela aluna de mestrado **TALITA KETLYN COSTA CABRAL**, do programa de Pós Graduação em Tecnologia – PPGTE da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Esclareço que a responsabilidade civil e ética na condução da pesquisa é exclusiva da pesquisadora **TALITA KETLYN COSTA CABRAL**.

Por ser verdade, assino o presente em duas vias de igual teor.

Rio Branco do Sul, 27 de março de 2017.


ALISSON NAGIB BOMFIM
Secretário Municipal de Assistência Social
Decreto nº 5.022/2017

ANEXO 3 – Quadro completo - Medida socioeducativa e ato infracional

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	ATO INFRACIONAL	F	M	T
Advertência	Associação para o tráfico de drogas	0	1	1
	Dano	0	1	1
	Dirigir sem habilitação	0	7	7
	Dirigir sem habilitação + Receptação	0	2	2
	Injúria	1	0	1
	Injúria + Ameaça	1	0	1
	Lesão corporal	2	3	5
	Perturbação do sossego	0	2	2
	Tráfico de drogas	0	1	1
	Uso de artefato explosivo	0	1	1
Advertência + Prestação de serviço à comunidade	Uso de drogas	0	5	5
	Furto	0	2	2
Liberdade assistida	Lesão corporal	1	0	1
	Lesão corporal	1	0	1
Liberdade assistida + Prestação de serviço à comunidade	Roubo majorado pelo emprego de arma e concurso de agentes	0	1	1
Prescreveu	Ameaça	2	0	2
	Dirigir sem habilitação + Receptação	0	1	1
Prestação de serviço à comunidade + Restrição de liberdade + Liberdade assistida	Lesão corporal + Uso de Drogas + Ameaça	0	1	1
Prestação de serviço à comunidade	Ameaça	1	1	2
	Ameaça + Lesão corporal	0	1	1
	Dano qualificado	0	1	1
	Desacato	0	1	1
	Desacato + Porte de arma de fogo	0	1	1
	Dirigir sem habilitação	0	4	4
	Dirigir sem habilitação + atropelamento	0	1	1
	Dirigir sem habilitação + Uso de drogas	0	1	1
	Furto	0	2	2
	Injúria + Ameaça	2	0	2
	Lesão corporal	13	3	16
	Perturbação do sossego	0	5	5
	Porte de arma de fogo	0	1	1
	Porte de arma de fogo + Roubo	0	2	2
	Receptação	0	3	3
	Roubo	0	2	2
	Roubo + Ameaça	1	0	1
	Roubo + Ameaça + Porte de arma	0	1	1
Tentativa de roubo	0	1	1	
Tráfico de drogas	0	2	2	
Uso de drogas	0	3	3	
Reparação de dano	Dano	0	1	1
Restrição de liberdade	Homicídio	0	2	2
	Porte de arma de fogo + Tentativa de homicídio	0	1	1
	Roubo majorado	0	3	3
	Tráfico de drogas	0	1	1
Restrição de liberdade + Prestação de serviço à comunidade	Roubo + Ameaça	0	1	1
Restrição de liberdade + Advertência + Prestação de serviço à comunidade	Homicídio	0	1	1
Total *		25	75	100

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria